



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**

**MARIA DE FÁTIMA DE SOUSA LOPES**

**UMA ANÁLISE FUNCIONALISTA DA MODALIDADE DEÔNICA NA COLUNA**  
***CONFRONTO DAS IDEIAS DO JORNAL “O POVO”***

**FORTALEZA**

**2015**

MARIA DE FÁTIMA DE SOUSA LOPES

UMA ANÁLISE FUNCIONALISTA DA MODALIDADE DE ÔNTICA NA COLUNA  
*CONFRONTO DAS IDEIAS DO JORNAL “O POVO”*

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Linguística. Área de concentração: Descrição e Análise Linguística. Orientadora: Profa. Dra. Márcia Nogueira Teixeira

FORTALEZA

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca de Ciências Humanas

- 
- L864a      Lopes, Maria de Fátima de Sousa.  
              Uma análise funcionalista da modalidade deôntica na coluna confronto das ideias do jornal “O Povo” / Maria de Fátima de Sousa Lopes. – 2015.  
              133 f. : il. color., enc. ; 30 cm.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2015.  
              Área de Concentração: Descrição e Análise Linguística.  
              Orientação: Profa. Dra. Márcia Nogueira Teixeira.
1. Análise do discurso. 2. Lógica Deôntica. 3. Funcionalismo (Linguística). 4. Jornalismo – Linguagem. I. Título.

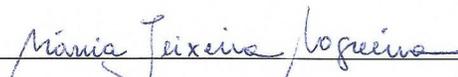
MARIA DE FÁTIMA DE SOUSA LOPES

UMA ANÁLISE FUNCIONALISTA DA MODALIDADE DE ÔNTICA NA  
COLUNA CONFRONTO DAS IDEIAS DO JORNAL *O POVO*

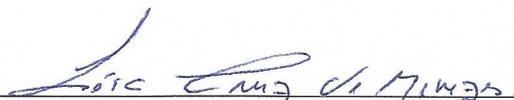
Dissertação de Mestrado apresentada  
ao Programa de Pós-Graduação em  
Linguística da Universidade Federal do  
Ceará como requisito parcial para  
obtenção do Título de Mestre em  
Linguística. Área de concentração:  
Descrição e Análise Linguística

Aprovada em: 16/12/ 2015.

BANCA EXAMINADORA



Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Márcia Teixeira Nogueira (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)



Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Léia Cruz de Menezes  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)  
Universidade Estadual do Ceará (PROFLETRAS)



Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Maria Fabíola Vasconcelos Lopes  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Dedico este trabalho a minha família.

“A linguagem constitui uma fonte inesgotável de múltiplos tesouros. Inseparável do homem, sempre presente em todos os seus atos, é a linguagem que dá forma a seu pensamento e sentimentos, assim como a seus esforços, vontades e ações. Fundamento último da sociedade humana, a linguagem é a marca da personalidade individual, do país natal e da nação. O título de nobreza do homem”

Louis Hjelmslev

## AGRADECIMENTOS

A Deus, que, dentro do meu entendimento espiritual, conduziu-me até aqui desde o término do Ensino Médio.

Ao meu irmão, Erivardo, que sempre acreditou na minha capacidade, antes desconhecida por mim.

A minha irmã, Edilena, que me estendeu a mão incessantemente durante os momentos mais árduos da vida acadêmica e pessoal.

Ao meu irmão, Eilton, pelas longas horas de conversas sobre os planos futuros de um Mestrado e sobre problemas existenciais.

Ao meu noivo, Robson, pelo apoio nas noites de estudos, pela compreensão nos momentos de angústia, pela confiança que depositou em mim e pelo amor constante.

A minha mãe, Matilde, que, a seu modo, colaborou para o meu desenvolvimento quanto pessoa, para o meu amadurecimento prematuro, e me possibilitou alçar voos, que somente as situações difíceis podem nos proporcionar.

Ao meu cunhado, Eliezio, pelo apoio e credibilidade que depositou em mim incessantemente.

À professora Márcia Teixeira Nogueira, que me acompanhou nesse processo de construção e amadurecimento do meu trabalho, orientando-me com muita competência e paciência. Agradeço ainda por todo o carisma, humildade, compreensão e gentileza durante as orientações, tornando-se um exemplo de profissional a ser seguido por mim.

À professora Nadja Paulino Pessoa Prata, pela grande colaboração durante a Graduação até a minha aprovação no Mestrado, pelo apoio no grupo de pesquisa, que me incitou à vida acadêmica, e pelo aprendizado que ela me deixou, tanto em modalidade deôntica quanto em valores humanos.

Às bancas de qualificação e defesa, compostos pela professora Maria Fabíola Vasconcelos Lopes e Léia Cruz de Menezes, pela colaboração no desenvolvimento e amadurecimento do meu trabalho, pela cooperação nos estudos da modalidade deôntica e pela competência na correção da minha dissertação.

Aos professores da Pós-Graduação em Linguística da UFC, em especial, a Ricardo Leite, Maria Elias e Hebe Carvalho, pelo desenvolvimento que tive graças a sua valiosa intervenção profissional.

À família PRECE, pois sem este programa jamais teria ingressado numa Universidade pública, em especial, Hermison, Daniele, Manoel Andrade, Vanessa, Missiele e Liliane, que me acompanharam, me encorajaram e me ajudaram a construir a pessoa que sou.

Ao amigo, Rafael Evaristo, pela grande amizade que vem se delineando desde a Graduação.

Ao amigo, André Oliveira, pelas muitas horas de conversas, de risadas e de escrita acadêmica.

Aos companheiros do Mestrado, em especial, Giselli Neves, Ana Cátia Lemos, Ana Patrícia Moreira, Jorge Carvalho, Priscila Caxilé, Luann Ferreira, Vanderlucia Sousa e Larisse de Oliveira, pelas conversas, pressões, cafés, risadas, compartilhamento de desesperos e alegrias, enfim, pela amizade nesse processo tão desafiador, que é concluir um Mestrado em Linguística na UFC.

Ao Eduardo e à Vanessa, secretários competentes do PPGL, pela competência em nos assessorar nas burocracias acadêmicas.

À Funcap, pelo financiamento de parte dos meus estudos, colaborando para a disseminação da pesquisa científica cearense.

## RESUMO

O presente estudo analisa de que maneira as expressões linguísticas da modalidade deôntica atuam na defesa de pontos de vista dos autores da coluna *Confronto das Ideias* do jornal O Povo. Pesquisamos, a partir de uma visão funcionalista da linguagem, a manifestação da modalidade deôntica em sessenta textos produzidos sobre trinta temas, cada tema com dois textos de posicionamentos contrários. Os temas tratados na coluna fazem referência a questões sociais, de interesse da comunidade. Os textos coletados foram publicados nos anos de 2013 e 2014. Vista como a modalidade relacionada à possibilidade ou necessidade de atos executados por agentes moralmente responsáveis, a modalidade deôntica foi aqui analisada quanto aos aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos. No que se refere aos meios linguísticos de expressão da modalidade deôntica, verificamos que os auxiliares modais foram os mais recorrentes, com 62,7% de frequência. Dentre eles, o verbo auxiliar *dever* foi constante frente aos demais, instaurando *obrigação*, seguido pelo auxiliar modal *poder*, que teve uma considerável frequência, instaurando *proibição* através da polaridade negativa *não+poder*. O valor de *obrigação* nos textos do *corpus* foi o mais frequente, com 65,9% de recorrência, seguido do valor de *permissão*, manifestado, muitas vezes, como uma sugestão. Com relação aos aspectos semânticos, a fonte deôntica que mais instaurou a modalidade foi a do tipo *enunciador*, com 63,2% de frequência, uma vez que os autores, na maioria dos casos, falam em nome deles e de um suposto senso comum. O alvo deôntico mais frequente, sobre o qual recaem os valores deônticos instaurados nesses textos, foi o *domínio-comum*, com 49,2% de presença nos textos. Esse tipo de alvo deôntico diz respeito a toda a comunidade, inclusive o enunciador. Quando o alvo é uma terceira pessoa definida, é mais frequente a referência a uma *instituição*. O tempo verbal em que os verbos auxiliares modais mais se manifestaram foi o *Presente*, com 68,6% de frequência, e o modo, o *Indicativo*, com 75,7% de recorrência. Concluímos que os autores se utilizam desses recursos para apresentar suas ideias com relação a obrigações, permissões, sugestões e proibições acerca de assuntos de interesse social. Algumas expressões linguísticas são usadas para asseverar ou atenuar a força ilocucionária com que os autores defendem seus pontos de vista, objetivando conquistar a adesão dos leitores às práticas apresentadas por eles como desejáveis. A modalidade deôntica é configurada, assim, como uma

categoria que instaura noções relacionadas à conduta e à cidadania na defesa de opiniões sobre as questões de interesse social abordadas na coluna *Confronto das Ideias* do jornal *O Povo*.

**Palavras-chave:** modalidade; modalidade deôntica; coluna jornalística.

## ABSTRACT

This study analyzes how linguistic expressions of deontic modality act in defense of points of view on texts from “Confronto das Ideias” column of a Brazilian newspaper called “O Povo”. We analyzed based on a functionalist view of language the manifestation of deontic modality in sixty texts produced over thirty topics each one with two contrary points of view. The topics covered in the column are about social issues of community interests. These texts were published in 2013 and 2014. Seen as the type of modality that is related to the possibility or need of acts performed by morally responsible agents, the deontic modality was analyzed in its syntactic, semantic and pragmatic aspects. With regard to the linguistic expressions of deontic modality, we verified that the modal auxiliaries were the most frequent of them with 62.7% of frequency. Among them, the auxiliary verb *must* was recurrent in establishing *obligation*, followed by the modal auxiliary *can*, that had an occasional frequency in establishing *prohibition* by negative polarity *cannot*. The *obligation* value was the most frequent with 65.9% of recurrence followed by *permission* value, often manifesting suggestions. With regard to semantic aspects, the deontic source that most introduced the modality was *enunciator* with 63.2% of frequency, since the authors, in most cases, speak on behalf of them and of a supposed common sense. The most common deontic target on which fall the deontic values was the *common-area* with 49.2% of presence in the texts. This type of deontic target relates to the whole community including the enunciator. When the target is defined by a third person, it was most frequent references to institutions. The tense in which the modal auxiliary verbs most appear was the *Present*, with 68.6% of frequency, and the *Indicative*, with 75.7% of recurrence. We conclude that the authors use these resources to present their ideas about obligations, permissions, suggestions and prohibitions related to topics of social interests. Some linguistic expressions were used to assert or attenuate the illocutionary force with which the authors defend their points of view, aiming to persuade the readers to practices presented by them as ideals. The deontic modality is therefore set as a category that introduces notions about conduct and citizenship in defense of points of view about social issues pointed in the column.

**Keywords:** modality; deontic modality; newspaper column.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Aspectos morfossintáticos.....	50
Quadro 2 - Aspectos semânticos .....	50

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - modelo de interação verbal com base na Gramática Funcional.....	11
Figura 2 - Componentes da GDF.....	13
Figura 3 - Esboço geral da GDF.....	15
Figura 4 – Fonte Deôntica x Valores Modais.....	70
Figura 5 – Fonte Deôntica x Alvo Deôntico.....	71

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Expressão dos valores deônticos em relação à polaridade no português .....	41
Tabela 2 - Meios de expressão da modalidade deôntica na coluna <i>Confronto das Ideias</i> .....	53
Tabela 3 - Tempo verbal na manifestação da modalidade deôntica.....	58
Tabela 4 - Modo verbal na manifestação da modalidade deôntica.....	60
Tabela 5 - Valores deônticos na coluna <i>Confronto das Ideias</i> .....	62
Tabela 6 - Fontes deônticas na coluna <i>Confronto das Ideias</i> .....	65
Tabela 7 - Alvos deônticos na coluna <i>Confronto das Ideias</i> .....	67

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
<b>2</b>	<b>SUPORTE TEÓRICO FUNCIONALISTA</b> .....	<b>7</b>
<b>2.1</b>	<b>A Gramática Discursivo-Funcional (GDF)</b> .....	<b>10</b>
<b>2.1.1</b>	<i>Componentes da teoria da GDF</i> .....	<b>13</b>
<b>2.1.2</b>	<i>Níveis do componente gramatical</i> .....	<b>15</b>
<b>2.2</b>	<b>Síntese conclusiva</b> .....	<b>19</b>
<b>3</b>	<b>CATEGORIA LINGUÍSTICA MODALIDADE</b> .....	<b>21</b>
<b>3.1</b>	<b>Modalidade</b> .....	<b>21</b>
<b>3.2</b>	<b>Tipologia linguística para o estudo da modalidade</b> .....	<b>26</b>
<b>3.2.1</b>	<i>Tipos de modalidade na GDF</i> .....	<b>29</b>
<b>3.3</b>	<b>Síntese conclusiva</b> .....	<b>32</b>
<b>4</b>	<b>A MODALIDADE DEÔNTICA</b> .....	<b>34</b>
<b>4.1</b>	<b>Peculiaridades da modalidade deôntica</b> .....	<b>34</b>
<b>4.2</b>	<b>Os valores modais deônticos</b> .....	<b>39</b>
<b>4.3</b>	<b>Meios de expressão da modalidade deôntica</b> .....	<b>42</b>
<b>4.4</b>	<b>Alvo deôntico</b> .....	<b>43</b>
<b>4.5</b>	<b>Fonte deôntica</b> .....	<b>44</b>
<b>4.6</b>	<b>Síntese conclusiva</b> .....	<b>44</b>
<b>5</b>	<b>A MANIFESTAÇÃO DA MODALIDADE DEÔNTICA NOS TEXTOS DE OPINIÃO DA COLUNA CONFRONTO DAS IDEIAS DO JORNAL O POVO</b> .....	<b>46</b>
<b>5.1</b>	<b>Metodologia</b> .....	<b>46</b>
<b>5.1.1</b>	<i>Caracterização, delimitação e constituição do corpus</i> .....	<b>46</b>
<b>5.1.2</b>	<i>Procedimentos metodológicos</i> .....	<b>47</b>
<b>5.1.3</b>	<i>Categorias de análise</i> .....	<b>49</b>
<b>5.2</b>	<b>Resultados: análise e discussão</b> .....	<b>51</b>

<b>5.2.1</b>	<b><i>A modalidade deôntica e os aspectos morfossintáticos</i></b> .....	<b>51</b>
5.2.1.1	<i>Os meios linguísticos de expressão da modalidade deôntica</i> .....	52
5.2.1.2	<i>O tempo e o modo verbal</i> .....	58
<b>5.2.2</b>	<b><i>A modalidade deôntica e os aspectos semânticos</i></b> .....	<b>61</b>
5.2.2.1	<i>Os valores deônticos</i> .....	62
5.2.2.2	<i>A fonte deôntica</i> .....	64
5.2.2.3	<i>O alvo deôntico</i> .....	67
<b>5.2.3</b>	<b><i>Cruzamento dos aspectos morfossintáticos e semânticos</i></b> .....	<b>70</b>
<b>5.3</b>	<b>Síntese conclusiva</b> .....	<b>72</b>
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>74</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>77</b>
	<b>ANEXO</b> .....	<b>80</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A construção discursiva abrange várias categorias que assessoram a veiculação de um conteúdo proposicional, e a modalidade, por ser uma delas, merece estudos e aprofundamentos, uma vez que as interações discursivas são dinâmicas e complexas, e a língua é heterogênea e maleável. Entendendo que a modalidade codifica a atitude do falante em relação ao que diz e para quem diz, apresentamos esta pesquisa impulsionados pelo objetivo de desenvolver um estudo que esclareça a relação da modalidade deôntica com a coluna *Confronto das Ideias*.

O interesse por realizar esta pesquisa surgiu na observação aos textos de caráter opinativo presentes nos periódicos da cidade de Fortaleza-Ce. No caso, chamaram-nos a atenção os textos da coluna intitulada *Confronto das Ideias*, do jornal O Povo, que tem considerável circulação nessa cidade. Nessa coluna, os autores têm a oportunidade de apresentar duas opiniões contrárias acerca de uma mesma temática, sendo ela sempre de caráter social e polêmico. O que nos chamou a atenção foi justamente essa dualidade de ideias, possibilitando assim uma dupla visão sobre um mesmo tema. cremos que isso favorece a adesão do leitor, pois este tem a opção, a partir dos argumentos traçados, de posicionar-se de um modo ou outro em relação a uma situação abordada. Nesse contexto envolto de argumentação, percebemos alguns expedientes de modalização deôntica que marcam a interação entre enunciador (autores dos textos) e enunciatários (leitores do jornal), e são esses expedientes o nosso foco de análise.

Motivados pela observação do grande número de verbos com teor argumentativo presente nos textos de opinião da coluna *Confronto das Ideias* e da existência de trabalhos sobre a modalidade deôntica em gêneros do discurso, ficamos a desejar uma análise acerca da manifestação desse tipo de modalidade em textos de opinião de base jornalística. Percebemos uma recorrência de trabalhos de considerável importância acerca da modalidade em múltiplos discursos, como editoriais, anúncios publicitários, bulas de remédio, discursos políticos, discursos religiosos, aulas, dentre outros. No entanto, houve a necessidade de avaliarmos a manifestação da modalidade deôntica em textos de opinião, e como não encontramos trabalhos desse tipo em coluna jornalística, sentimos a necessidade de fazê-lo. Assim, expomos aqui a nossa investigação das marcas da modalidade deôntica nos referidos textos da coluna citada acima, tendo em vista que essa categoria de modalidade tem importante papel na construção

dos textos opinativos presentes em colunas jornalísticas. Embora se vejam pesquisas envolvendo o discurso jornalístico, pouco se falou dos textos de opinião publicados em colunas.

Um outro ponto que nos motivou a estudar a modalidade deôntica está na necessidade de enunciador e enunciatário, de maneira geral, tornarem-se esclarecidos quanto aos usos linguísticos que auxiliam a construção da argumentação no discurso. Para o enunciador é válido entender melhor as expressões que podem servir-lhes como estratégias de persuasão, e para os enunciatários é interessante compreender o que está por traz dos discursos direcionados a eles, norteados-lhes a compreensão das intenções dos enunciadores, que se utilizam dos modalizadores como estratégias argumentativas. Mesmo que analisemos aqui as expressões modalizadoras deônticas com base nas escolhas linguísticas dos enunciadores, vale ressaltar que tal estudo também se faz importante para o aprimoramento intelectual do enunciatário, pois, cientes dos efeitos que certas expressões conferem ao discurso, ele estará preparado para uma leitura crítica, e para questionar de forma mais consciente, enriquecendo, assim, o conhecimento e a atuação discursiva do usuário da língua, auxiliando-o a melhor selecionar as informações recebidas e interpretar melhor as estratégias usadas para persuadi-lo. Este parâmetro poderá ser considerado em análises da modalidade deôntica referentes a aspectos didáticos, possíveis de se realizar em trabalhos futuros, mas não deixa de justificar nossa opção em analisar esta categoria linguística.

Os textos de opinião que compõem a coluna *Confronto das Ideias* presente no jornal O povo são discursos de peculiaridade bastante interessante, pois, além de trazerem opiniões de autores diversos acerca de múltiplos problemas existentes na sociedade contemporânea, mostram dois pontos de vista acerca de uma mesma temática, sendo eles uma resposta afirmativa e uma negativa a um questionamento feito pelo jornal. Por exemplo: “Os professores da rede pública de Fortaleza entram em greve hoje. Os motivos alegados para a paralisação são justificáveis?”<sup>1</sup>.

A relação entre esses discursos e o estudo da categoria linguística modalidade deôntica se dá em função primordialmente do caráter argumentativo dos textos em questão. Acreditamos que os discursos opinativos, em essência, são modalizados, uma vez que lidam diretamente com a persuasão do público-alvo. Por argumentação, concordamos com Koch (2002) quando esta afirma que “como ser dotado de razão e vontade, o homem, constantemente,

---

<sup>1</sup> Confronto das Ideias: Greve dos professores de Fortaleza, Jornal O Povo, 01/08/2014.

avalia, julga, critica, isto é, forma juízos de valor”. Com isso, pensamos que a modalidade é uma estratégia eficaz em qualquer discurso que se volte para a expressão da vontade de um enunciador.

A investigação da língua em uso considera que a utilização da linguagem e a produção de textos se fazem para a (e na) interação. Com a dimensão dos pressupostos funcionalistas da linguagem, que se preocupam em entender as funções que os meios linguísticos de expressão desempenham no processo comunicativo, torna-se cada vez maior a necessidade de estudar as funções das expressões que circundam nosso meio interativo, a fim de alargar a compreensão do funcionamento da língua, uma vez que, em todas as situações de interação, há sempre indivíduos dispostos a trocar informações com os mais variados propósitos.

Partindo da opção pelo modelo teórico funcionalista da linguagem, que atribui ao usuário de uma língua o papel central na investigação linguística, já que o objetivo maior é explicitar como os usuários de uma língua se comunicam entre si de modo eficiente, por meio da expressão linguística (DIK, 1997), acreditamos que essas expressões, no caso, os modalizadores deônticos, devem ser analisadas dentro de um contexto; do qual se considerem os participantes, suas intenções comunicativas, seus papéis e regulamentos definidos na interação social.

De acordo com Lyons (1977), a modalidade linguística é definida, em linhas gerais, como o modo pelo qual o falante se posiciona em relação ao enunciado por ele produzido; é a sua avaliação sobre as noções de probabilidade, obrigação ou proibição relativas ao conteúdo que comunica. Dessa forma, fazer uma abordagem a respeito da modalidade é tratar das opções enunciativas do falante dotado de determinada informação pragmática, pronto para atuar numa situação comunicativa, estabelecendo assim uma interação com o ouvinte.

A modalidade se comporta como um recurso argumentativo utilizado pelo falante para atuar sobre o ouvinte. Isso explica a necessidade de se estudar a modalidade deôntica, uma vez que nós vivemos em espaços de interação, e nesse processo há sempre um indivíduo a atuar sobre outro, movido por certa intencionalidade. Veremos, então, a repercussão da modalidade nesse tipo de interação por nós escolhido, já que nele os modalizadores são recursos bastante utilizados pelos autores dos textos. A sua relevância tanto pragmática quanto semântica nos motiva a estudá-la. Por exemplo, no enunciado “Luiz Felipe Scolari é quem *deve* pagar pelo

fracasso de 2014”<sup>2</sup>, o modal *dever* mostra a indignação do enunciador, e ainda o seu desejo, provido de determinada intensidade na sua construção argumentativa, atribuindo a ela certo moralismo.

Tendo em vista que a modalidade é um recurso argumentativo, faz-se necessário dizer que a modalidade deôntica é usada na interação verbal, em princípio, para exprimir o ponto de vista do enunciador, como aponta Neves (2011). Nossa escolha pelo tipo argumentativo foi motivada, principalmente, porque é nesta tipologia textual que a modalidade linguística se manifesta mais frequentemente, em função do caráter qualificador dos conteúdos veiculados quanto aos graus de comprometimento com eles. Assim, o leitor precisa interagir com o ouvinte, movido por determinada intencionalidade. A presente pesquisa buscou entender como as expressões instauradoras da modalidade deôntica podem repercutir na construção argumentativa de textos de opinião produzidos nessa coluna do jornal O Povo.

A intenção da pesquisa, com isso, é evidenciar os efeitos que a utilização de modalizadores deônticos podem gerar com base nas escolhas das expressões linguísticas feitas pelos autores da coluna Confronto das Ideias. Isso nos leva à busca pela compreensão da maneira como os valores deônticos podem contribuir com a defesa de um ponto de vista, levando em consideração alguns parâmetros de análise, tais como a natureza do valor deôntico instaurado (obrigação, permissão, proibição), as expressões linguísticas manifestantes da modalidade deôntica (verbo auxiliar, verbo pleno, adjetivo, advérbio, adjetivo em função predicativa), a indicação de fonte e alvo (enunciador, não-especificado, terceiro-reportado, domínio comum) e o tempo (Pretérito, Presente e Futuro) e modo verbal (Subjuntivo, Indicativo e Imperativo).

O uso argumentativo da modalidade deôntica nos textos de opinião da coluna jornalística citada instigou-nos algumas questões e hipóteses que expomos a seguir.

Formulamos as seguintes questões norteadoras de nossa pesquisa: (i) Qual o valor deôntico mais instaurado pelos autores dos textos opinativos na coluna *Confronto das Ideias*? (ii) Que tipo de fonte é mais referida na instauração de valores modais deônticos nos textos opinativos da coluna *Confronto das ideias*? (iii) Que alvo é mais recorrente nos textos presentes na coluna *Confronto das ideias* e como essa predominância pode ser interpretada? (iv) Que

---

<sup>2</sup> Confronto das Ideias: Mudança no comando da seleção brasileiro, Jornal O Povo, 11/07/2014.

meios linguísticos para a manifestação da modalidade deôntica são utilizados nos textos opinativos da coluna *Confronto das Ideias* do jornal O Povo? (v) Como se manifestam as sobredeterminações das modalidades sobre a modalização deôntica nos textos de opinião da referida coluna jornalística? (vi) Que relação há entre o tempo e o modo dos verbos na instauração da modalidade deôntica?

Sustentamos, assim, a hipótese de que os modalizadores deônticos assessoram os autores dos textos de opinião da coluna *Confronto das Ideias* a expressarem suas vontades e intenções na busca pela adesão ideológica dos leitores a uma ideia defendida em relação a um determinado tema em discussão. O que acreditamos que difere das outras pesquisas realizadas, condiz com as escolhas linguísticas, que podem ser diferentes, motivadas pelas características do gênero em questão, dentre outros aspectos referentes as questões norteadoras expostas acima.

Para realizarmos a análise em questão, coletamos trinta discursos presentes na coluna *Confronto das ideias*, que compõe o jornal O Povo, periódico de grande circulação na cidade de Fortaleza. Realizamos a coleta de cinquenta temas discutidos, em que, para cada tema, há um posicionamento contra e um a favor do que propõe a questão feita pelo jornal. Dessa forma, nosso *corpus* é constituído de sessenta textos de opinião. Após a coleta das expressões da modalidade deôntica, fizemos a relação dessas expressões com os valores desta modalidade, com a fonte, com o alvo e com o tempo e modo verbal. Todos esses cruzamentos foram necessários para entendermos os efeitos de sentido que esses modalizadores são capazes de conferir ao texto, revelando-nos qual a relação dessa categoria linguística com a argumentatividade dos artigos de opinião analisados.

Na análise quantitativa, utilizamos o programa estatístico SPSS para a realização da rodagem dos dados. A opção pelo programa se deu pela necessidade de precisão estatística, já que essa ferramenta pode tratar um volume grande de dados com maior rigor e eficiência, garantindo-nos uma maior veracidade dos dados para assim desenvolvermos uma análise mais consistente.

Com essa análise da modalidade deôntica na coluna *Confronto das Ideias*, foi possível identificar e relacionar aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos associados à manifestação dessa categoria. E, assim, nos aproximamos de uma compreensão mais acurada da relação entre a modalidade deôntica e a construção discursiva da referida coluna.

No que diz respeito à organização desta dissertação, seu conteúdo encontra-se subdividido em seis capítulos.

O primeiro condiz com o presente capítulo, *Introdução*, em que apresentamos, justificamos e apontamos os objetivos da pesquisa em foco.

O segundo capítulo, intitulado *Embasamento funcionalista da linguagem*, apresenta a teoria de base em que nos fundamentamos, no caso, a teoria da Gramática Discursivo-Funcional (GDF). Expomos os componentes, níveis e camadas previstos nesse modelo teórico.

O terceiro capítulo, *Categoria linguística modalidade*, traz alguns conceitos sobre a modalidade. Fazemos algumas considerações da modalidade desde uma concepção lógica à concepção linguística, e expomos conceitos com base em Lyons, Palmer, Hengeveld, Dik, dentre outros. Apresentamos, também, os tipos de modalidade tratados por linguistas e discutimos, por último, os subtipos modais propostos pela GDF.

No quarto capítulo, nomeado *A modalidade deôntica*, trazemos as peculiaridades da modalidade deôntica, suas manifestações através dos meios de expressões. Trazemos também considerações sobre os valores deônticos e as noções de fonte e alvo deônticos.

O quinto capítulo, *A manifestação da modalidade deôntica nos textos de opinião da coluna Confronto das Ideias do jornal O Povo* apresenta inicialmente a caracterização, constituição do corpus, os procedimentos metodológicos e as categorias de análise. Em seguida, expõe e discute os resultados da pesquisa. Por fim, apresentamos os resultados qualitativos e quantitativos do trabalho com relação aos modalizadores deônticos na coluna jornalística *Confronto das Ideias*.

O sétimo capítulo, *Conclusão*, sintetiza nossos resultados e apresenta as considerações finais sobre a pesquisa.

## 2 SUPORTE TEÓRICO FUNCIONALISTA

A fim de oferecer fundamentação teórica a esta pesquisa, propomo-nos discutir alguns pressupostos teóricos funcionalistas difundidos por linguistas e pesquisadores renomados, cujas ideias principais estão sucintamente apresentadas abaixo.

Genericamente, a teoria funcionalista entende a língua como um instrumento de comunicação, e defende que esta não pode ser considerada como um objeto autônomo, mas como uma estrutura submetida aos aspectos do uso, que exercem grande influência sobre sua estrutura linguística. Assim, o funcionalismo analisa a estrutura gramatical e tem como referência a situação comunicativa inteira: o propósito do ato de fala, seus participantes e seu contexto discursivo.

Dessa forma, pautamos nosso trabalho na concepção e análise da língua no processo interativo, entendida como ferramenta essencial para a construção da interação humana. A corrente funcionalista dentro da Linguística, no parecer de Lyons (1981, p 166), é vista como um tipo de movimento particular dentro do estruturalismo. A corrente funcionalista é caracterizada por Lyons (1981) com base na crença de que a estrutura fonológica, gramatical e semântica das línguas é determinada pelas funções exercidas nas sociedades em que operam. Os representantes pioneiros do funcionalismo foram os membros da Escola de Praga, que teve sua origem no Círculo Linguístico de Praga, fundado a partir de 1926 e que, após a II Guerra Mundial, influenciou, de modo particular, as correntes linguísticas europeias.

Não apenas os linguistas da Escola de Praga, mas também outros linguistas que se consideravam funcionalistas, chegaram a enfatizar um dos aspectos relevantes para esta teoria, a multifuncionalidade da linguagem, a importância de suas funções expressiva, social e conotativa, em contraste com, ou além de sua função descritiva. Vale ressaltar que um dos interesses da Escola de Praga fundamentou-se na perspectiva funcional da sentença, no que diz respeito à estrutura gramatical das línguas, difundida por Mathesius em 1939.

Embora a língua possa ser estudada do ponto de vista de várias vertentes linguísticas, optamos pela abordagem funcionalista. Tal opção foi motivada pelo fato de a língua ser vista a partir do seu viés comunicativo, aspecto relevante na análise da modalidade deôntica, visto que a modalização é um aspecto proeminente da interação verbal. Dessa forma, adotamos a concepção de que a linguagem constitui uma atividade cooperativa regida por

normas, regras linguísticas e pragmáticas, como expõe Dik (1997). Os aspectos estruturais apontados por Dik (1997) são estabelecidos a partir da situação comunicativa vigente e são moldados de acordo com o desenvolvimento do discurso, por isso acreditamos que as regras linguísticas são subordinadas às regras pragmáticas.

Para Dik (1989), a Linguística tem de se ocupar com dois tipos de sistemas de regras: (i) as regras que governam as expressões linguísticas (semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas); (ii) as regras que governam os padrões de interação verbal nos quais essas expressões linguísticas são usadas (pragmáticas). Dessa forma, o primeiro sistema condiz com um sistema de regras instrumentais em relação às finalidades e aos propósitos do sistema de regras pragmáticas, uma vez que o paradigma funcional determina que as expressões linguísticas devem ser descritas e explicadas em termos de um quadro geral fornecido pelo sistema pragmático de interação verbal, como nos informa Neves (1997, p.78). Isso explica nossa opção pelo paradigma funcional, pois entendemos que as expressões linguísticas da modalidade devem ser analisadas a partir do seu contexto comunicativo.

No que diz respeito à corrente funcionalista, é importante acrescentar que Nichols (1984) declara a existência de três tipos de funcionalismo: um conservador, que aponta a inadequação do formalismo ou do estruturalismo, sem propor uma análise da estrutura; um extremado, que nega a realidade da estrutura como estrutura, e considera que as regras se baseiam internamente na função; e um moderado, que reconhece a inadequação de um formalismo e de um estruturalismo, propõe opções de análise funcionalista, enfatizando a importância da semântica e da pragmática para a análise da estrutura linguística e admite que a noção de estrutura é central para o entendimento das línguas naturais.

O funcionalismo moderado ajusta-se bem aos propósitos do nosso estudo, uma vez que analisaremos as expressões linguísticas da modalidade deôntica em consonância com as motivações pragmáticas do falante. Embora haja uma grande variedade de modelos teóricos funcionalistas, há um consenso entre eles no que tange a necessidade de a língua ser estudada no seu contexto comunicativo, indo além das suas relações internas.

Prosseguindo com a contextualização do embasamento teórico, dentre os grandes nomes do funcionalismo linguístico, contamos com a contribuição de Halliday (1985). Este propõe uma teoria funcionalista sistêmica, e busca estabelecer relações entre todas as escolhas semanticamente relevantes feitas na língua como um todo, procurando chegar, assim, a

responder por que um falante escolhe determinados itens dentre os tantos disponíveis naquela língua para fazer o seu enunciado. Para Halliday (1985), o sistema linguístico está intrinsecamente ligado ao sistema social, ao uso.

Com base no exposto, frisamos que os teóricos funcionalistas, de maneira geral, defendem que todo indivíduo é dotado de uma habilidade para usar e interpretar, de modo comunicativamente eficaz, as expressões linguísticas na interação verbal. Essa habilidade é denominada competência comunicativa, nomenclatura difundida por Hymes (1971), e que constitui a base de todo estudo funcionalista da linguagem. Essa capacidade permite que os falantes sejam capazes de adequar-se às diversas situações comunicativas, utilizando-se as expressões de modo apropriado, segundo as convenções linguísticas da interação verbal e da comunidade da qual fazem parte. É por esse último postulado que nossa pesquisa se insere perfeitamente nos estudos funcionalistas da linguagem. A modalidade deôntica é manifestada em expressões linguísticas já internalizadas pelo falante, e usadas por ele de acordo com a situação comunicativa vigente.

Resumidamente, os princípios básicos funcionalistas justificam-se no fato: (i) de a linguagem ser uma atividade sociocultural; (ii) de a estrutura servir a uma função cognitiva ou comunicativa; (iii) de a estrutura ser não-arbitrária, motivada, icônica; (iv) de a mudança e variação estarem sempre presentes; (v) de o significado ser dependente do contexto e não-atômico; (vi) de as categorias não serem discretas; (vii) de a estrutura ser maleável, não-rígida; (viii) de as gramáticas serem emergentes e (ix) de as regras da gramática permitirem desvios, exceções (GIVÓN, 1995). Em linhas gerais, pode-se afirmar que o Funcionalismo dentro da Linguística tende a enfatizar o caráter instrumental da linguagem. Vale ressaltar que há uma afinidade entre o ponto de vista funcionalista e o do sociolinguístico, que incluíram o comportamento linguístico na noção mais ampla de interação social. (LYONS, 1981).

Assim, a presente pesquisa encaixa-se coerentemente nos moldes funcionalistas, uma vez que acreditamos que, para realização da análise linguística, as relações das estruturas gramaticais das línguas devem estar subordinadas a seus distintos contextos comunicativos. Por isso, concordamos com o fato de que “ao se adotar um ponto de vista funcionalista para o estudo de uma língua natural, tenta-se verificar como opera o usuário desta língua” (DIK, 1989). Então, o linguista reitera que o contexto comunicativo, que envolve falante, ouvinte e conteúdos compartilhados, é imprescindível para a análise das expressões linguísticas.

## 2.1 A Gramática Discursivo-Funcional (GDF)

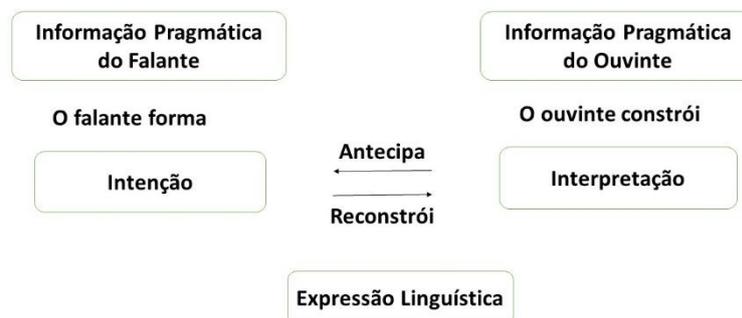
Atentos a uma abordagem funcionalista que tente explicar as regras e princípios subjacentes à construção das expressões linguísticas que modalizem deonticamente o enunciado, no sentido da sua funcionalidade, somente uma gramática que considere todos os componentes da interação verbal poderia embasar-nos de forma mais completa, para assim realizar uma análise da língua no seu uso efetivo. Por isso, optamos pela utilização da Gramática Discursivo-Funcional (GDF), elaborada por Hengeveld e Mackenzie (2008), para dar suporte à análise das expressões da modalidade deôntica, no intuito de compreender como se dá a manifestação dessas expressões na interação verbal da coluna jornalística *Confronto das Ideias*, tomando como base algumas categorias do modelo proposto pela GDF.

A Gramática Discursivo-Funcional não tem a intenção de oferecer uma descrição completa do contexto discursivo como um todo e nem é de modo algum um modelo de análise do discurso, embora busque entender a estrutura dos enunciados no seu contexto discursivo. Não obstante, uma importante característica da GDF é considerar muito seriamente o fato de que os enunciados são produzidos e compreendidos no contexto, visto que assume que a intenção do falante não surge do nada, mas sim em um contexto comunicativo consideravelmente diverso. Conforme os princípios estabelecidos na Gramática Funcional por Dik (1997 p 6), a GDF, que dela deriva e a partir dela se expande, representa uma abordagem que leva em conta a natureza situada da comunicação linguística e, em função disso, apresenta uma explicação da interação entre linguagem e contexto. Com isso, a escolha pela GDF é justificada porque tal modelo nos possibilita a compreensão dos efeitos pretendidos na atuação dos modalizadores.

A fim de contextualização, é importante saber que a GDF é uma expansão da Gramática Funcional, organizada por Simon Dik (1997). Este propõe um modelo de interação verbal que explica, de maneira coerente, o papel da expressão linguística no modelo de interação verbal do falante. Tal modelo prevê uma “construção” em torno da expressão linguística, mas esta serve apenas como mediação entre Falante (*Speaker*) e Destinatário (Ouvinte, *Adressee*). Há a intenção do Falante, que tenta expressar sua vontade por meio da expressão linguística e, para isso, antecipa a interpretação do Ouvinte, que tenta reconstruir a intenção do Falante, por meio da interpretação da expressão linguística. Dik (1997) tem interesse pela intencionalidade do falante na modificação da informação pragmática.

A Gramática Funcional se interessa pela capacidade comunicativa dos falantes e pela organização gramatical da língua. Nesse sentido, partindo do pressuposto de que o estabelecimento da comunicação é a principal função de uma língua, é possível afirmar que o principal interesse de uma Gramática Funcional é saber como os usuários das línguas se comunicam por meio de expressões linguísticas, de modo a influenciar uns aos outros. Dik (1997) propõe, assim, a existência de algumas capacidades essenciais do falante, sendo elas: a capacidade linguística, a capacidade epistêmica, a capacidade lógica, a capacidade perceptual e a capacidade social. Como já dissemos, a Gramática Funcional leva em consideração ambos os interlocutores, dessa forma, o falante expressa sua intenção comunicativa, levando em consideração a informação pragmática do ouvinte, que reconstrói a intenção do falante, a partir da interpretação das expressões linguísticas utilizadas e de sua informação pragmática. A seguir, expomos o modelo de interação verbal de acordo com a Gramática Funcional:

Figura 1 - modelo de interação verbal com base na Gramática Funcional<sup>3</sup>



Como exposto acima, a Gramática Funcional já aborda a relação entre linguagem e contexto comunicativo. No entanto, por tomar o ato discursivo como unidade de análise, optamos pelo modelo da GDF, que também representa o funcionalismo holandês, para orientar a presente pesquisa.

A Gramática Discursivo-Funcional (GDF), proposta por Hengeveld e Mackenzie (2008), como já mencionado, traz uma abordagem diferente das outras teorias de análise estrutural-funcional da linguagem, posto que tem características peculiares ao tentar aproximar-se o máximo possível da realidade linguística. Sabendo que é a ampliação da GF, o principal objetivo da GDF é dar conta dos fenômenos morfossintática e fonologicamente codificados nas

<sup>3</sup> Fonte: Adaptado de Dik (1997, p 8).

línguas, seja como correlato de aspectos pragmáticos e semânticos da formulação, seja como portadores de propriedades inerentes da codificação. Explicaremos esses termos na próxima seção.

Vale ressaltar que Hengeveld (2004) afirma que o falante primeiro decide qual o seu propósito comunicativo, seleciona a informação mais conveniente e então codifica gramatical e fonologicamente esta informação e a articula. O linguista coloca como ponto inicial do processo comunicativo a intenção comunicativa, essa consideração bastante nos interessa, pois na tentativa de obter a adesão dos leitores sobre suas ideias defendidas, cada autor utiliza expressões modalizadoras que julgam adequadas para cumprir o seu propósito comunicativo.

A Gramática Discursivo-Funcional apresenta as seguintes características, como informa Hengeveld e Mackenzie (2008, p.1): (i) tem uma organização *top-down*, ou seja, sua arquitetura é rigorosamente descendente, começa com a intenção do falante e se desenvolve até a articulação; (ii) o ato discursivo é a unidade básica de análise; (iii) as representações morfossintáticas e a fonológicas são subjacentes às propriedades pragmáticas e semânticas dos atos discursivos e (iv) o Componente Gramatical da teoria está sistematicamente conectado a um Componente Conceitual, um Contextual e um Componente de Saída.

Por tentar se assemelhar ao processamento linguístico do indivíduo, a organização descendente da GDF tem consequências de longo alcance, partindo da operação de formulação, que traduz as representações conceituais em representações semânticas e pragmáticas nos Níveis Interpessoal e Representacional, até a operação de codificação, que traduz as Representações Semânticas e Pragmáticas nos Níveis Morfossintático e Fonológico. A organização descendente da gramática ocorre nos quatro níveis de análise, que são: Nível Interpessoal, Nível Representacional, Nível Morfossintático e Nível Fonológico, discutiremos sobre eles adiante.

Com isso, a GDF é a nossa opção de suporte teórico para a análise linguística, visto que a modalidade deôntica é uma categoria bastante usada pelos enunciadores para fazer cumprir satisfatoriamente seus objetivos, partindo da intenção comunicativa do enunciador às escolhas linguísticas que melhor assessoram na sua construção argumentativa. A GDF é um modelo de gramática cuja organização se aproxima bastante do dinamismo linguístico real, e tendo em vista que a modalidade deôntica deve ser investigada no contexto da interação verbal,

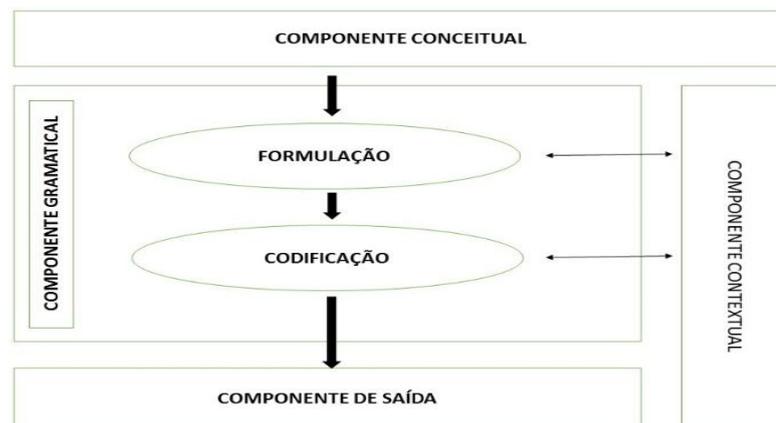
pois pode se manifestar como operador e modificador, a teoria da GDF nos parece bastante adequada aos objetivos da presente pesquisa.

### 2.1.1 Componentes da teoria da GDF

A Gramática Discursivo-Funcional é arquitetada como o Componente Gramatical de um modelo global de interação verbal. Esse Componente é conectado a outros, que juntos contemplam a interação verbal o mais próximo da realidade. Assim, para interagir das mais diversificadas formas com o Componente Gramatical, tem-se o Componente Conceitual, o Componente Contextual e o Componente de Saída. A interação entre os componentes não gramaticais com o Componente Gramatical ocorre por intermédio de duas operações, denominadas formulação e codificação. A primeira condiz com as regras que determinam o que constituem as representações semânticas e pragmáticas, e a segunda diz respeito às regras que transformam as representações semânticas e pragmáticas em representações morfossintáticas e fonológicas, como apresentam Hengeveld e Mackenzie (2008).

A figura abaixo mostra a estruturação dos componentes na GDF e as duas operações como parte de uma teoria mais ampla da interação verbal:

Figura 2 - Componentes da GDF<sup>4</sup>



Como exposto na figura acima, o Componente Conceitual está no topo, pois é a força motriz por trás do Componente Gramatical como um todo. Dessa forma, o Componente Conceitual é pré-linguístico, e nele se encontram acentuado a intenção comunicativa do falante e a representação mental correspondente. A operação de Formulação transforma essas intenções

<sup>4</sup> Adaptado de Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 6.

e conceitualizações em representações pragmáticas, no Nível Interpessoal, e semânticas, no Nível Representacional. De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2012), as regras de Formulação são específicas de cada língua, não havendo regras linguísticas universais neste parâmetro.

O Componente Contextual é alimentado por vários Níveis de Representação dentro da gramática, englobando as operações de Formulação e Codificação, disponibiliza, ainda, antecedentes, referentes visíveis e participantes do ato de fala que podem influenciar a constituição do ato discursivo seguinte. De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 9), a intenção desenvolvida por meio da fala, não acontece em um vácuo, mas em um contexto comunicativo multifacetado.

Embora estejamos conscientes dos limites que a GDF coloca para a formalização do Componente Contextual ao excluir as práticas sociais como gêneros, contextos institucionais etc. (cf. HENGEVELD; MACKENZIE, 2014)<sup>5</sup>, consideramos que o contexto da coluna jornalística em análise nesta pesquisa condiciona o uso da modalidade deôntica. Dessa forma, o contexto é crucial em uma análise linguística que queira aproximar-se o quanto possível do dinamismo da interação verbal.

O Componente Gramatical está ao centro, como exposto na figura acima. Nesse Componente, a operação de Formulação converte a intenção comunicativa em representações pragmáticas e semânticas, nos níveis Interpessoal e Representacional, nesta ordem. No próximo momento, as operações de Codificação transformam essas representações em representações morfossintáticas e fonológicas, que são consideradas o *output* da gramática e, ao mesmo tempo, o *input* para a operação final de articulação, cujo resultado é a expressão linguística.

O Componente de Saída, por sua vez, adota a implementação da linguagem dinâmica, com base em Hengeveld e Mackenzie (2008), e converte as estruturas finais em sinais gráficos, sonoros ou visuais do componente de articulação ou componente de saída. Nas línguas de sinais, a saída será composta por gestos corporais manuais e outros; mas, com as línguas

---

<sup>5</sup> A further corollary of our position is that we exclude general social circumstances such as genre, overall communicative Project, institutional setting, etc. from the Contextual Component because they cannot be shown to have systematic influence upon the workings of the Grammar". (HENGEVELD, K; MACKENZIE, L. Grammar and context in functional grammar. In: Pragmatics, 24, 2: 203-227, 2014. )

escritas, como no caso do nosso *corpus*, o Componente de Saída será responsável pelo controle necessário para a produção de expressões ortográficas.

Como vimos, os Componentes não gramaticais interagem de várias formas com o Componente Gramatical, por meio das operações de Formulação e de Codificação. Explicam Hengeveld e Mackenzie (2012) que a GDF não pode, por si só, fornecer explicações sob a forma de regras de causa e efeito, no entanto, ela está ligada a um Componente Conceitual, um Componente Contextual e um Componente de Saída, os quais englobam todos os aspectos linguisticamente relevantes de cognição, memória e articulação, fornecendo, assim, um quadro para a descrição de fenômenos linguísticos.

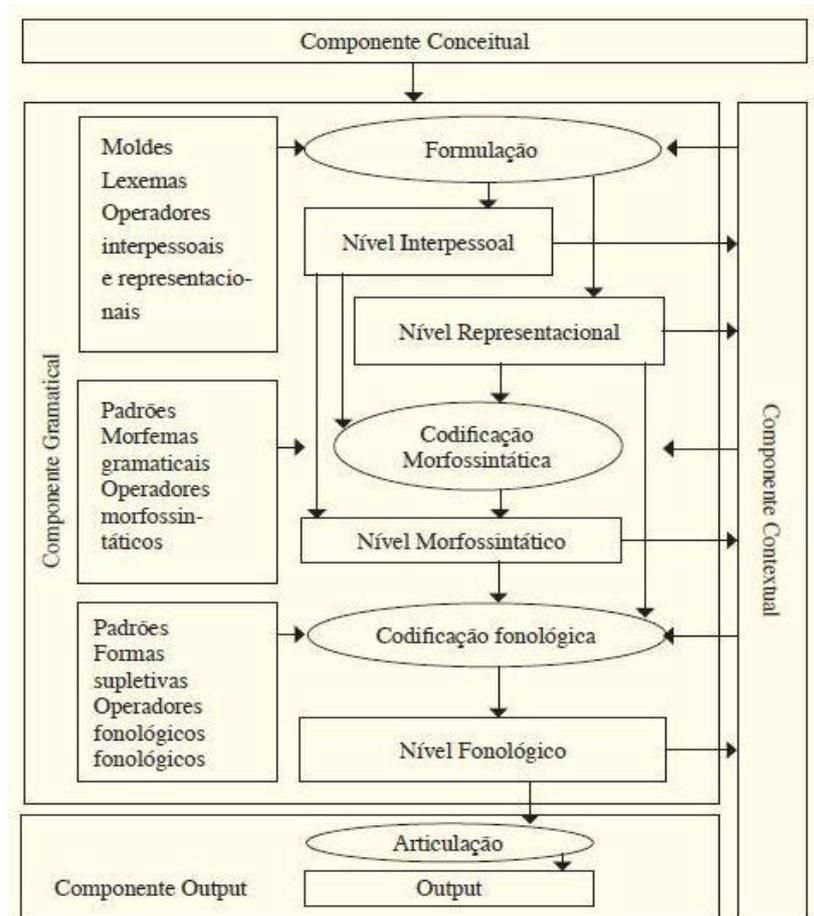
### ***2.1.2 Níveis do componente gramatical***

Neste modelo, tenta-se descrever as unidades linguísticas a partir da aplicação de quatro níveis de análise que se localizam no Componente Gramatical. Dois desses níveis modulares dão conta das motivações pragmáticas (o Nível Interpessoal) e das motivações semânticas (o Nível Representacional) da Formulação linguística. Os outros níveis representam os aspectos estruturais (o Nível Morfossintático) e prosódicos (o Nível Fonológico) da codificação dos enunciados, como mostra o esquema geral da GDF abaixo:

Figura 3 - Esboço geral da GDF<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Adaptado de HENGEVELD, K. e MACKENZIE, J.L. 2008, p.13.



Os quatro níveis de representação estabelecem uma hierarquia organizada em camadas de variados tipos. Abordaremos, nessa sequência hierárquica, de forma hierárquica cada um dos níveis.

O **Nível Interpessoal** diz respeito aos aspectos formais de uma unidade linguística que reflete seu papel entre falante e ouvinte. Este Nível apreende as distinções de formulação concernentes a falante e ouvinte. De acordo com a estrutura da GDF, as unidades discursivas são hierarquicamente organizadas. A mais alta camada deste nível é o **Movimento**, ou **Move**, que consiste em um ou mais **Ato Discursivo** temporalmente ordenados que juntos, formam o núcleo. Cada **Ato discursivo** é organizado sobre um padrão ilocucionário, que prevê dois **Participantes do Discurso**, falante e ouvinte, e o **Conteúdo Comunicado**, composto de **Subatos de Referência** e **Atribuição**. A **Ilocução** indica o propósito de nossos atos verbais, e os **Participantes** representam o falante e o ouvinte.

O **Nível Representacional** diz respeito aos aspectos formais de uma unidade linguística que reflete seu papel no estabelecimento de uma relação com o mundo real ou

imaginário e refere-se à designação e não a evocação, como ocorre com o Nível Interpessoal. A preocupação do Nível Representacional é com a semântica de uma unidade linguística.

As unidades linguísticas desse Nível são definidas em função das categorias semânticas que elas designam. Elas são estruturadas de forma hierárquica e podem ser de diferentes tipos, dentre elas podemos citar: Indivíduo (x), unidade de primeira ordem, que pode ser localizada no espaço e pode ser avaliada em termos de sua existência; Estado-de-coisas (e), entidade de segunda ordem, que pode ser localizada no espaço e no tempo e pode ser avaliada em termo de sua realidade; Conteúdo Proposicional (p), entidade de terceira ordem, que constitui um construto mental, não podendo ser localizado no espaço nem no tempo, mas avaliado em termos de verdade; Propriedade (f), categoria que não tem existência independente e pode ser caracterizada em termos de sua aplicabilidade. Tipos de entidades são categorias, não funções.

O Conteúdo Proposicional pode conter um ou mais Estado-de-coisas, e representa os construtos mentais apresentados, como conhecimentos, crenças, opiniões, desejos; os Estados-de-coisas são caracterizados por uma ou mais Propriedades, que podem conter descrições de Indivíduos e outras Propriedades. O Estado-de-coisas engloba eventos e estados, e são marcados por serem localizados no tempo e poderem ser avaliados em termos de seu estudo de realidade. O Estado-de-coisas contém uma combinação de unidades semânticas que não estabelecem uma relação hierárquica entre si, organizado em propriedade, indivíduo, lugar, tempo, modo, quantidade e razão. A modalidade deôntica modifica os Estado-de-coisas em termos do que é obrigatório ou permitido dentro de um sistema de convenções. De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008), os Estados-de-coisas além de integrar os Conteúdos Proposicionais, também podem aparecer em Episódios. Estes, então, caracterizam-se como combinações de Estados-de-Coisas, e mostram unidade ou continuidade de Tempo (t), Lugar (l) e Indivíduos (x). Os Estado-de-coisas podem ser modificados tendo em vista as propriedades da ocorrência deles. A maioria das modificações diz respeito ao tempo relativo da ocorrência, ao lugar da ocorrência, à frequência da ocorrência, ao status de realidade, ao cenário físico e ao cenário cognitivo. Existem outros modificadores como as expressões de Modo, as orações adjetivas, os adjetivos, etc. Além das modificações lexicais, nessa camada, atuam operadores, como Localização do Evento, Tempo Relativo, Modalidade Orientada-para-o-Evento, Percepção do Evento, Polaridade e Quantificação do Evento.

O Nível Morfossintático é responsável pelas representações estruturais em termos de propriedades lineares das unidades linguísticas e, similarmente a outros níveis, é hierarquicamente organizado. Esta organização prevê as seguintes categorias: Expressão Linguística, Oração, Sintagma e Palavra. Uma Expressão Linguística é qualquer conjunto de pelo menos uma unidade morfossintática. As unidades que se combinam em uma Expressão Linguística podem ser Orações, Sintagmas ou Palavras. A Oração é o agrupamento de um ou mais Sintagmas, e, talvez, Palavras. Ela é caracterizada, em maior ou menor grau, por um padrão para a ordenação desses Sintagmas e por expressões morfológicas de conexão. Um Sintagma, por sua vez, apresenta como núcleo um item lexical que é transmitido a partir do Nível Interpessoal ou do Nível Representacional. A Palavra, a seu modo, pode ser altamente complexa.

Com base no exposto no último parágrafo, analisamos algumas Expressões Linguísticas que são usadas para instauração da modalidade deôntica, buscando analisar os meios lexicais que atuam como núcleo, operadores ou modificadores, tais como verbos, substantivos, adjetivos e advérbios de significação plena, por exemplo, *obrigar, proibir, obrigação, permissão, obrigatório, obrigatoriamente*, etc.; e meios gramaticais, como os auxiliares modais *dever, poder, precisar*, que funcionam como operadores.

Avaliamos essas expressões dentro de orações, uma vez que necessitamos entender como esses termos se conectam aos outros no sintagma, assim como o efeito de sentido que podem gerar no contexto.

O Nível Fonológico, por sua vez, é responsável pelos aspectos de codificação não abrangidos pelo Nível Morfossintático. Ele recebe o *input* de todos os três outros níveis e fornece o *input* para o Componente de Saída. Com base em Hengeveld e Mackenzie (2012), enquanto o componente de saída trata de questões “análogas”, como frequência dos formantes, intensidade, duração e características espectrais, o Nível Fonológico- estando dentro da gramática- é “digital”, contendo representações em fonemas que são, em última análise, baseadas em oposições binárias fonológicas.

A camada mais alta do Nível Fonológico é o Enunciado, sendo ele o maior trecho do discurso correspondente a este Nível. Em seguida, temos a Frase Entonacional, que é caracterizada por um núcleo, ou seja, um movimento tonal localizado em uma ou mais sílabas, ela é normalmente separada das outras por uma pausa. A camada Frase Fonológica em línguas

acentuais contém uma sílaba que é mais fortemente acentuada do que outras. A Palavra Fonológica, por sua vez, é a parte da estrutura fonológica que exhibe pelo menos uma característica acertada, que pode se relacionar ao número de segmentos, aos recursos prosódicos ou ao domínio das regras fonológicas. As palavras fonológicas são divididas em sílabas que, em línguas acentuais, agrupam-se em Pés. Uma das principais funções do Nível Fonológico é transformar todos os marcadores de posição de outros níveis na forma fonológica e integrá-los em uma palavra fonológica.

Cada um dos níveis de representação dentro do Componente Gramatical é estruturado de modo próprio. O que todos eles têm em comum é uma organização hierarquicamente ordenada em camada, ou seja, são dispostos numa estrutura em camadas. Cada camada é composta de um Núcleo (obrigatório), que pode ser restringido por um Modificador (opcional), especificado por um Operador e ter uma Função. Núcleos e Modificadores ( $\Sigma$ ,  $\sigma$ ) representam estratégias lexicais, enquanto operadores ( $\pi$ ) e funções ( $\Phi$ ) representam estratégias gramaticais. Função é sempre relacional e ocorre entre unidades da mesma camada, enquanto o operador se aplica a uma unidade em si mesma.

Dessa forma, na pesquisa funcionalista que aqui desenvolvemos, crescem em importância os contextos efetivos em que ocorre o chamado *uso* linguístico, ganhando destaque fatores pragmático-discursivos, como o gênero textual e a sequência discursiva, perfil dos interlocutores e o caráter intencional responsável por sua expressão enquanto ação, bem como os demais fatores envolvidos no processo interativo.

## 2.2 Síntese conclusiva

Neste capítulo, expomos os conceitos básicos do Funcionalismo linguístico, justificando nossa opção por tal abordagem. O ponto fundamental o qual nos embasamos condiz com o fato de a linguagem ser uma atividade sociocultural, em que sua estrutura serve a uma função cognitiva ou comunicativa. Apresentamos a teoria da Gramática Discursivo-Funcional, em que nos embasamos para a realização da análise do *corpus*. Esta gramática é estruturada como o Componente Gramatical de um modelo global de interação. Esse componente é conectado a outros, que juntos contemplam a interação verbal o mais próximo da realidade. Mostramos que o componente gramatical interage com os outros Componentes, sendo eles o Conceitual, o Contextual e o de Saída.

Apresentamos os quatro níveis de análise das unidades linguísticas, que se localizam no Componente Gramatical. Dois desses níveis modulares dão conta das motivações pragmáticas (o Nível Interpessoal) e das motivações semânticas (o Nível Representacional) da formulação linguística. Os outros níveis representam os aspectos estruturais (o Nível Morfossintático) e prosódicos (o Nível Fonológico) da codificação dos enunciados. Expomos as camadas de cada nível e finalizamos com a intercalação de análise da modalidade deôntica como modificador a partir de como aborda a GDF.

### 3 CATEGORIA LINGUÍSTICA MODALIDADE

Nesta seção, apresentamos alguns conceitos sobre a modalidade linguística, estreitando as considerações para a modalidade deôntica. Nosso objetivo, neste capítulo, é fazer uma revisão das diferentes contribuições teóricas para o estudo dessa categoria e delimitar melhor o nosso objeto de análise.

#### 3.1 Modalidade

Em decorrência da categoria modalidade, enfocada neste trabalho, condizer, de forma genérica, com o comportamento linguístico do falante dotado de intenções, faz-se necessário expor o que se tem dito sobre ela, tendo em vista não ser um assunto novo no mundo da Linguística e, mesmo assim, ainda ser alvo de discussões, dúvidas e descobertas, que ampliam e problematizam o estudo desta categoria.

Faz-se necessário expor que a modalidade não é uma categoria peculiar da Linguística, visto que podemos contar também com o ponto de vista lógico acerca deste fenômeno da linguagem. As abordagens da Lógica e da Linguística para a modalidade têm alguma relação, no entanto é importante estabelecermos uma distinção entre os dois tratamentos, a fim de que tenhamos coerência em relação aos nossos objetivos no que concerne a uma pesquisa linguística dessa categoria.

Sabemos que as considerações sobre a modalidade são feitas desde a Antiguidade clássica. Os lógicos se preocuparam em organizar um sistema que abrangesse as proposições que expressassem determinado raciocínio. A classe de modalidade vista a partir da ótica dos estudos lógicos é reconhecida como alética ou aristotélica (de origem grega, que significa *verdade*) e parte das modalidades fundamentais do possível e do necessário, definindo-se pelas suas respectivas negações. Com isso, é a negação da necessidade e possibilidade alética que compõe as distinções desse tipo de modalidade. É o que Lyons (2009, p 352) designa como oponentes inversos ou *duais*. Assim, a proposição “Necessariamente, o céu é azul” é logicamente equivalente a “Não é possível que o céu não seja azul”. Vale ressaltar, que os lógicos consideram que a modalidade alética se baseia na necessidade mais que na possibilidade e que a negação de uma proposição é função veritativa por definição desta modalidade (LYONS, 2009).

Kerbrat-Orecchioni (1977, p 55, *apud* CORACINI, 1991, p 113), ao tratar das asserções, lembra com pertinência que, mesmo os enunciados ditos gerais e universais (referentes a verdades universais, científicas, como “A Terra gira” ou “A água ferve a 100° C”), só são verdades com relação a um sistema de crenças, um estado de saber, um ponto de vista, um modo determinado de apreensão do real. Confere-se, assim, a existência, por assim dizer, de uma interdependência ou uma inter-relação entre a modalidade alética e a modalidade linguística.

Após a percepção da modalidade alética, os lógicos definiram outros dois eixos conceituais, o do conhecimento e o da conduta, nomeando-os como modalidades epistêmicas e deônticas, do eixo da crença e da conduta, respectivamente, conforme aponta Neves (2011, p 155). No entanto, os objetivos da Linguística e da Lógica modal são diferentes no estudo da modalidade, uma vez que esta última se preocupa com a estrutura formal das modalidades em termos de valores de verdade, e independentemente do enunciador. Os estudos linguísticos, por sua vez, tratam das línguas naturais, compreendendo a modalidade e a sua relação com respeito a enunciado/enunciador/enunciatário dentro de um contexto linguístico. Assim, a modalidade é vista não em termos de verdade, sem considerar o enunciador, mas como uma estratégia argumentativa, frequentemente utilizada por um agente provido de intenções comunicativas.

Kiefer *et al.* (1987 *apud* COMPARINI *et al.*, 1991) discutem a natureza da modalidade na tradição linguística, propondo três noções de modalidade:

- a) modalidade como expressão de possibilidade e necessidade;
- b) modalidade como o significado das atitudes proposicionais;
- c) modalidade como expressão das atitudes do falante.

A expressão de *atitude do falante* é usada para se referir à qualificação cognitiva, emotiva ou volitiva que o falante faz de um Estado-de-coisas. Assim, a presença de uma expressão da atitude do falante torna uma sentença necessariamente não descritiva. A sentença descritiva fornece uma descrição da realidade, refere-se a um Estado-de-coisas, representa uma proposição. Na sentença não-descritiva, a descrição do mundo é apenas parte de sua função, ela não representa uma proposição.

Segundo Coracini (1991), o tratamento das proposições que constituem um sistema, independente do sujeito que as formula e utiliza, repercute, ainda hoje, no estudo das

modalidades, até mesmo naquelas que se inserem numa abordagem semântica. Essa citação de Coracini nos leva a compreensão da base lógica da modalidade linguística, que ainda se conserva, com a ressalva da parte “independente do sujeito”, visto que, a autora distingue no enunciado uma parte objetiva, descritiva e uma parte subjetiva modalizada.

Não são poucos os linguistas que concordam com a ideia de que definir modalidade é algo bastante complexo. Embora a noção de modalidade não seja um tema contemporâneo, ainda há algumas questões que requerem melhor compreensão e esclarecimento, tendo em vista que *modalidade* é um termo linguisticamente abrangente e passível de receber muitas definições.

O que parece comum ao se estudar modalidade é uma inicial confusão semântica entre *modo*, *modalização* e *modalidade*. Os termos são realmente próximos, mas não exprimem necessariamente o mesmo sentido. A categoria *modo*, no que toca a Bechara (2009, p 221), dá-se conforme a posição do falante em face da relação entre a ação verbal e seu agente, por exemplo, o *modo* indicativo faz referência a fatos como verossímeis ou tidos como tais: canto, cantei, cantava, cantarei. Lyons (2009, p 351) aponta *modo* como uma categoria da gramática tradicional. Por conseguinte, a categoria *modo* está concatenada à categoria *tempo*, e ambas são abrangidas pelas modalidades, não como algo a parte, mas como grupos integrantes. O mesmo autor ainda afirma que há determinadas teorias do Tempo, não tradicionais e não generalizadas de momento, mas empiricamente bem fundadas, segundo as quais, considerado desde um ponto de vista muito geral, se pode apreciar que o tempo em si mesmo é fundamentalmente um tema de modalidade. Quem adotar esse ponto de vista supõe (i) que o *modo* é mais comum que o *tempo* nas línguas e (ii) que ambas categorias são mais ou menos independentes em todas as línguas.

Com isso, para uma boa análise das modalidades, muitos pesquisadores recorrem a aspectos como *tempo* e *modo* verbal, uma vez que estes podem exprimir dados que ajudam na compreensão das causas e dos efeitos da modalidade na interação verbal, que tendem a variar de acordo com o tempo e o modo dos Estado-de-coisas.

A modalização, por sua vez, é compreendida, na concepção de Castilho (2010), como a estratégia pela qual o falante expressa sua relação com o conteúdo proposicional, avaliando seu teor de verdade ou expressando seu julgamento. Castilho (2010) não distingue os termos *modalidade* e *modalização*, e, realmente, não vemos a necessidade da existência de

fronteira entre os termos, uma vez que ambos se referem à relação do falante com o conteúdo dos enunciados e estes requerem, obrigatoriamente, a presença de um enunciador e um enunciatário relacionados pela recorrência enunciativa.

Vamos, agora, a alguns pontos de vista com relação à modalidade, que é o nosso foco de análise. Lyons (1977) explica que a modalidade constitui uma categoria linguística por meio da qual o falante codifica conteúdos e intenções (...) de modo a atuar sobre o ouvinte, ou melhor, a interagir com o ouvinte, seja ampliando, modificando ou substituindo sua informação pragmática. Assim, pressupõe-se que onde há interação e propósito comunicativo, a modalidade aparece como uma estratégia de tornar mais eficaz a interação entre falante e ouvinte.

O termo *modalidade*, na concepção de Halliday (2004), está diretamente relacionado à polaridade, uma vez que aquela se refere a graus intermediários entre os polos positivo e negativo. Para uma tipologia da modalidade, o autor leva em consideração a função subjacente da fala e a forma da sentença, o que permite distinguir modalização (epistêmica) e modulação (deôntica). Para o autor, *modalização* diz respeito a avaliação do falante acerca da probabilidade ou do grau de evidência daquilo que está afirmando, e *modulação* condiz com o significado dos polos positivo e negativo que manifestam determinação e proibição, ou seja, se a sentença é uma ordem, existe um grau de obrigação envolvido.

Nas línguas naturais, a polaridade negativa costuma ser, enquanto a polaridade positiva não, ou seja, o valor negativo é geralmente marcado e o valor positivo, não. No caso dos textos da coluna Confronto das ideias, essa característica da relação entre modalidade e polaridade é bastante marcada, visto que a presença da construção “não pode” é muito comum.

Ainda no que concerne à modalidade, Nogueira (2010) enfatiza que esta categoria é definida como uma qualificação do enunciado relativa ao julgamento do falante sobre a verdade de uma proposição, e que o estudo da modalidade linguística deve considerar parâmetros pragmáticos como crenças e expectativas dos participantes de uma interação. Com isso, a modalidade se mostra como um “jogo” de intenções, em que os autores dos textos analisados tentam agir sobre o leitor, buscando uma aceitação, com base nas suas construções linguísticas deonticamente modalizadas.

A partir dessas considerações, podemos diferenciar *modo*, *modalização* e *modalidade*, de acordo com os conceitos tratados. Enquanto o *modo* seria a ação do falante frente a ação verbal e seu agente, *modalização* comporta-se como a avaliação do falante sobre

a probabilidade do que se diz, e *modalidade*, a atuação do falante sobre o ouvinte, de modo a codificar conteúdo e intenções. Todos esses aspectos são válidos para o nosso trabalho, mas, de fato, é a modalidade que mais nos interessa no desenrolar deste trabalho.

Seguindo com a caracterização da modalidade, faz-se pertinente mencionar Palmer (1986), que define modalidade como “a gramaticalização das atitudes e opiniões subjetivas dos falantes”. Para o linguista, o elemento de subjetividade é um ponto indispensável para definir esta categoria. No que diz respeito à modalidade deôntica, o autor a caracteriza como toda modalidade que contém o elemento de vontade. No próximo tópico, exporemos a classificação de Palmer (1986) para a modalidade.

Koch (1993) também colabora com nossos estudos quando aponta que as modalidades são entendidas como parte da atividade ilocucionária, já que revelam a atitude do falante perante o enunciado que produz, constituindo, segundo Parret (1976), atos ilocucionários que adicionam significado aos enunciados, sendo motivadas pelo jogo da produção e do reconhecimento das intenções do falante e, como os demais atos de linguagem, classificáveis e convencionalizados.

A modalidade, assim, é a expressão da subjetividade de um enunciador que assume com maior ou menor força o que enuncia, ora comprometendo-se, ora afastando-se, seguindo normas determinadas pela comunidade em que se insere (CORACINI, 1991). Nesse sentido, a manifestação da modalidade depende do que objetiva o enunciador, a depender do gênero em que a interação está inserida. Assim, onde há interação e propósito comunicativo, a modalidade aparece como uma estratégia de tornar a ação falante/ouvinte mais eficaz.

Nas considerações de Givón (2001), a modalidade codifica a atitude do falante em relação à proposição. O autor defende que a modalidade abrange, entre outras coisas, nossas noções de realidade, no sentido de que ou há existência factual em algum tempo real (‘verdadeiro’), ou não há existência em nenhum tempo real (‘falso’), ou há existência potencial em algum tempo ainda por vir (‘possível’).

Em Hengeveld (1988), a modalidade é definida como todos os meios linguísticos por meio dos quais um falante pode expressar seu comprometimento com a verdade da proposição. É possível estabelecer que, numa abordagem funcionalista, a modalidade linguística é uma categoria relacionada com a pretensão do falante empenhado com a veracidade do que diz, tendo em vista um dado contexto comunicativo.

A modalidade, assim, por expressar o comprometimento do enunciador com o que diz, é uma categoria muito importante na construção dos gêneros argumentativos, visto que é principalmente nesta tipologia textual que a interação enunciador/enunciado/enunciatário parece se manifestar de modo mais estratégico em função da intenção de convencer e persuadir.

### **3.2 Tipologia linguística para o estudo da modalidade**

Partindo do entendimento sobre a categoria modalidade e sua repercussão nos estudos enunciativos, alguns estudiosos definiram a modalidade como base da intenção comunicativa do enunciador e a sua colocação no enunciado. A modalidade tem diferentes formas de expressar a intenção do enunciador, causando, cada uma delas, efeitos diferenciados no enunciatário.

Embora o foco desta pesquisa seja a modalidade deôntica, faz-se necessária a compreensão de que não há somente a modalidade deôntica nesse domínio funcional da modalidade, mas também outras de igual relevância para o estudo das expressões linguísticas na construção argumentativa. Com base nisso, Lyons (1977) distingue três tipos de modalidade, configuradas como alética, epistêmica e deôntica.

Por estar relacionada à verdade extensional de uma proposição, a modalidade alética diz respeito à Lógica e, por esse motivo, não teria interesse para a Linguística, como exposto acima, embora ainda haja teóricos que buscam relacionar as duas áreas de interesse. As modalidades epistêmica e deôntica, também retomadas dos gregos, constituem, respectivamente, os domínios do conhecimento e da conduta, frequentemente apontados nas diferentes tipologias de modalidade linguística. A modalidade epistêmica está relacionada ao conhecimento ou crença do falante em relação à verdade de uma proposição, enquanto a modalidade deôntica se relaciona aos atos realizados por agentes moralmente responsáveis e diz respeito às noções de obrigação e permissão.

Palmer (1986), a seu modo, organiza a modalidade linguística em três tipologias: a epistêmica, a deôntica e a dinâmica. Segundo o teórico, a modalidade epistêmica é considerada um sistema modal que indica o grau de comprometimento do falante com seu enunciado. Essa ideia não se distancia da defendida por Lyons (1977), uma vez que esta modalidade está embasada na subjetividade do falante. A modalidade deôntica é entendida pelo primeiro autor

como o sistema modal que apresenta um elemento de vontade e envolve a ação do falante ou de outra pessoa, sendo esse tipo de modalidade orientada para um agente. Já a modalidade dinâmica é classificada como o sistema modal relacionado ao significado de capacidade/habilidade ou disposição do sujeito, não mantendo, assim, relação com a expressão de opinião ou atitude do falante.

Há quem a distinga em modalidade explícita e a implícita. Tal apontamento é defendido por Coracini (1991). E esta, embora defenda que os enunciados assertivos sejam, por vezes, assumidos explicitamente pelo enunciador, na maior parte do discurso, eles são assumidos apenas implicitamente. Os autores, no caso, conferem um caráter de comprometimento com a verdade do que diz, levando aos leitores os argumentos defendidos de forma consistente e sólida, embora muitos não tenham comprovação empírica.

Parafraseando as considerações de Coracini (1991), a modalidade implícita desempenha um duplo papel no discurso: a) o de convencer, pelas afirmações, da verdade que está sendo enunciado; e b) o de camuflar a ‘origem’ enunciativa: afinal, aparentemente, é o enunciado quem diz o fato que se apresenta, e não o sujeito-enunciador.

O que Coracini (1991) classifica como modalidade implícita é o tipo muito frequente nos enunciados argumentativos. Isso porque, principalmente em textos polêmicos, como é o nosso caso, o enunciador camufla a origem de quem diz, uma prova disso, como veremos na análise, é a forte presença do alvo do tipo domínio comum, em que o autor escreve em nome de todos, omitindo a sua opinião individual.

A modalidade explícita, por sua vez, de acordo com Coracini (1991), é manifestada quando o autor compara, julga, avalia, sugere, prediz, discute e justifica um conteúdo. É raro que o enunciador assuma explicitamente o que enuncia através de expressões. Alguns enunciados ou expressões sugerem a presença, embora escondida, de alguém que julga, sugere, comenta, discute... e essa presença só pode ser a do sujeito-enunciador.

Hengeveld (1988) e Dik (1989) categoriza funcionalmente das modalidades por considera as funções ideacional e interpessoal da linguagem como pertinentes para o estabelecimento dos subtipos modais. Segundo esses autores, três são os tipos de modalidade: a inerente, a objetiva e a epistemológica. A modalidade inerente envolve as relações entre participante e um Estado-de-coisas, indicando principalmente uma avaliação de capacidade. A modalidade objetiva está relacionada com os meios linguísticos que o falante usa para avaliar a realidade de um Estado-de-coisas.

Essa modalidade é subdividida em modalidade epistêmica, em que o falante avalia a realidade de uma situação baseando-se no seu conhecimento da realidade ou de uma situação hipotética, e em modalidade deôntica, em que a avaliação de um Estado-de-Coisas referente ao falante é baseada em regras, convenções e normas morais, sociais e legais. Por fim, a modalidade epistemológica diz respeito ao comprometimento do falante com a verdade da proposição expressa. Seus subtipos são a modalidade subjetiva epistêmica, em que o falante assume a responsabilidade em relação à proposição expressa e especifica o grau de comprometimento com a verdade dessa proposição, e a modalidade evidencial, em que o falante indica como obteve informação sobre o conhecimento da proposição.

Outro ponto a observar com relação à modalidade é que, segundo Hengeveld (1988), no modelo da GF, os critérios de distinção entre modalidade objetiva e subjetiva estavam relacionados aos fatores de a) Interrogação, que para Hengeveld (1988), somente a modalidade objetiva pode ser questionada, enquanto a subjetiva não; b) Condicionalidade, que de acordo com esse critério, somente a modalidade objetiva pode ser hipotetizada, enquanto a modalidade subjetiva não.

Segundo Verstraete (2004), a condicionalidade e a interrogação são possíveis acontecer com a modalidade subjetiva, no entanto a interação desses critérios conduz a modificações de ordem semântica, em virtude da natureza fundamentalmente interpessoal da modalidade subjetiva. O problema da proposta reside no fato de que uma mesma forma de expressão pode ser usada de modo a produzir objetividade ou subjetividade, o que não é resolvido completamente pelo autor.

Para ele, a modalidade epistêmica subjetiva diz respeito a verdade das proposições, enquanto a modalidade deôntica subjetiva diz respeito à desejabilidade das ações. Esta distinção funcional é também refletida gramaticalmente em termos de características do tempo: a modalidade epistêmica objetiva opera sobre os Estados-de-coisas marcados temporalmente, enquanto a modalidade deôntica subjetiva opera sobre Estado-de-coisas sem marcação temporal.

Para Hengeveld (1988), está claro que as modalidades inerente e objetiva (epistêmica e deôntica) estão inseridas no nível da predicação, e a modalidade epistemológica (subjetiva epistêmica e evidencial) está inserida no nível da proposição. O primeiro nível diz

respeito às operações de natureza morfossintática e semântico-pragmática, e o segundo se refere à operação de natureza morfossintática.

Quando nos referimos ao termo modalidade, duas modalidades são postas em foco, a epistêmica e a deôntica, visto que estão diretamente relacionadas ao processo comunicativo. A modalidade epistêmica representa uma das modalidades linguísticas mais presentes na língua em uso. O termo *epistêmico*, assim como *epistemologia*, é derivado da palavra grega que significa conhecimento. Assim, nas palavras de Neves (2011), a modalização epistêmica (que basicamente envolve uma atitude do falante) necessariamente se relaciona com a fonte do conhecimento com a qual o falante pode não estar comprometido. Segundo Neves (2011), a modalidade epistêmica está relacionada com a necessidade e a possibilidade epistêmicas, que são expressas por proposições contingentes, isto é, que dependem de como o mundo é. O conhecimento do falante é responsável por um conjunto de proposições. Lyons (1977) expõe que a modalidade epistêmica faz referência às noções de possibilidade e necessidade, e que é possível considerar uma distinção dentro desta tipologia: a *epistêmica objetiva*, quando o falante está comprometido com a factualidade do Estado-de-coisa descrito; e *epistêmica subjetiva*, que concerne à expressão da opinião ou das inferências do falante.

Quanto à modalidade deôntica, situada no eixo da conduta e das normas, destinamos o próximo capítulo para o tratamento específico dessa modalidade que é objeto da pesquisa aqui apresentada.

### **3.2.1 Tipos de modalidade na GDF**

Como informamos no capítulo anterior, tomaremos como base teórica a Gramática Discursivo-Funcional, organizada por Hengeveld e Mackenzie (2008). Dessa forma, estudaremos a modalidade deôntica dentro do processo comunicativo, e a GDF traz considerável contribuição no que diz respeito ao entendimento de como a modalidade contribui para a realização da intenção do enunciador.

A tipologia de Hengeveld (2004) distingue dois critérios de classificação para a modalidade, que pode ser classificada quanto ao domínio modal e quanto ao alvo de avaliação ou orientação. No que diz respeito ao domínio, o autor categoriza em cinco: *facultativo*, relacionado às habilidades intrínsecas ou adquiridas; *deôntico*, relacionado a avaliações morais ou legais; *volitivo*, relacionado ao desejo; *epistêmico*, relacionado ao conhecimento sobre o

mundo real; e *evidencial*, relacionado à fonte da informação apresentada. No que concerne ao alvo de avaliação, Hengeveld (2004) aponta que a modalidade pode ser direcionada ao *participante, ao evento e à proposição*.

Os tipos de modalidade resultam do cruzamento entre esses dois critérios, configurando o que Hengeveld nos apresenta como: *modalidade inerente*, que se refere aos meios linguísticos por meio dos quais um falante pode caracterizar a relação entre um participante em um Estado-de-coisas e a realização potencial desse Estado-de-coisas; *modalidade objetiva*, que se refere aos meios linguísticos por meio dos quais um falante pode avaliar a realidade de um Estado-de-coisas em termos de seu conhecimento sobre os Estados-de-coisas possíveis e *modalidade epistemológica*, que faz referência aos meios linguísticos por meio dos quais um falante pode expressar seu comprometimento com relação à verdade de uma proposição. Com isso, o autor mostra que as diferentes distinções semânticas geralmente classificadas sob o rótulo ‘modalidade’ não parecem representar uma categoria semântica única e coerente.

As modalidades orientadas para o participante podem ser quanto ao domínio, facultativas, deônticas ou volitivas. As modalidades orientadas para o evento podem ser facultativas, deônticas, volitivas e epistêmicas. As modalidades orientadas para a proposição podem ser volitivas, epistêmicas e evidenciais, segundo Hengeveld e Mackenzie (2008).

Na GDF, a modalidade orientada para o Participante, para o Evento ou para a Proposição é expressa por meio de operadores e modificadores no Nível Representacional. As modalidades orientadas para o participante seriam expressas por operadores e modificadores da camada das Propriedades Configuracionais (f); as orientadas para o evento, na camada do Estado-de-Coisas (e); e, por fim, as orientadas para a proposição, na camada do Conteúdo Proposicional (p).

Com base em Hengeveld e Mackenzie (2008), expomos abaixo alguns exemplos dos domínios de modalidade, retirados da GDF:

*Modalidade Facultativa:*

- (1) Você tem de estar *apto* a nadar (para participar deste curso).<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> You have to be able to swim (to participate in this course). (Hengeveld e Mackenzie, 2008).

*Modalidade Deôntica:*

(2) Eu *devo* comer.<sup>8</sup>

*Modalidade Volitiva:*

(3) Nós *queremos* sair<sup>9</sup>

*Modalidade Epistêmica:*

(4) *Provavelmente*, Sheila está doente<sup>10</sup>

*Modalidade Evidencial:*

(5) *Aparentemente*, é *provável* que ele está vivendo em Lanarkshire.<sup>11</sup>

Os exemplos acima ilustram as modalidades e seu tratamento na GDF. O primeiro exemplo diz respeito à modalidade facultativa e expressa uma capacidade/habilidade de determinado indivíduo para realizar determinada ação. No exemplo (2), a modalidade deôntica é manifestada por meio do modal *dever*, instaurando uma obrigação no enunciador de comer. No próximo exemplo, o enunciado expressa uma vontade em realizar determinada ação. Em (4), a modalidade epistêmica é manifestada por meio do advérbio *provavelmente*, indicando uma probabilidade com base numa crença do enunciador. Por último, a modalidade evidencial, manifestada pelo advérbio *aparentemente* e pelo adjetivo *provável*, indica que só possível deduzir que *ele mora em Lanarkshire* pela aparência que o mesmo demonstra, indicando o que leva o falante a ter essa crença. Vale ressaltar que, dentre esses exemplos, a modalidade deôntica, manifestada pelo verbo modal *dever* (*must*), assim como em português, manifesta ordens, obrigações.

Outro ponto a ser discutido diz respeito à diferença que se faz entre modalidades objetivas e subjetivas. Tal distinção é sempre vista em abordagens sobre modalidade, até mesmo em Hengeveld (2004) e na própria GDF. As modalidades objetivas, genericamente, fazem referência ao julgamento do falante com relação a um Estado-de-coisas com base no seu

---

<sup>8</sup> I must eat. (Hengeveld e Mackenzie, 2008)

<sup>9</sup> We want to leave. (Hengeveld e Mackenzie, 2008)

<sup>10</sup> Probably/evidently/hopefully/undoubtedly Sheila is ill. (Hengeveld e Mackenzie, 2008)

<sup>11</sup> Apparently, he is probably living in Lanarkshire. (Hengeveld e Mackenzie, 2008)

conhecimento de mundo. As modalidades subjetivas se referem ao posicionamento do falante com relação ao conteúdo da proposição. As modalidades objetivas abrangem as modalidades orientadas para o participante e para o evento, enquanto as modalidades subjetivas abarcam a modalidade orientada para a proposição.

Partindo das ideias expostas sobre modalidade deôntica com base na perspectiva linguística funcionalista, esta categoria condiz com o nível semântico, ou seja, representacional, no entanto, a função interpessoal também se faz necessária para o estudo da compreensão da modalidade deôntica a partir da perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional (GDF), visto que há elementos que só são possíveis observar na interação, podendo asseverar ou mitigar a modalidade deôntica e, embora estejamos analisando um *corpus* escrito, algumas vezes, observamos uma maior proximidade do autor com os leitores, estabelecendo, de fato, uma interação verbal satisfatória.

Na GDF, os subtipos modais são compreendidos como modificadores de conteúdos de vários níveis: alguns recaem sobre o Nível Representacional, incidindo sobre um Estado-de-coisas. Vale ressaltar que alguns verbos plenos, por exemplo, que indica proibição, são núcleos da predicação (de um Estado-de-coisas), como em “O regimento *proíbe* som alto após as 22 horas”. Vemos no excerto que o verbo *proibir* é central da predicação. O subtipo modal deôntico, no qual centralizamos aqui especial atenção, refere-se à necessidade e à possibilidade de que os atos sejam executados por agentes é entendido como situado no eixo conceitual da conduta e associado às funções sociais de obrigação e permissão. Tanto na GF quanto na GDF, seu escopo é funcionalmente semântico, pouco pragmático, daí conclui-se que é, funcionalmente, pouco interpessoal. Com isso, a análise da modalidade deôntica está fundamentada na GDF.

### 3.3 Síntese conclusiva

Este capítulo acima traz algumas considerações acerca da modalidade, fazendo um percurso desde a concepção da modalidade no âmbito da lógica até o âmbito da linguística. No que se refere à lógica, a modalidade é reconhecida como alética ou aristotélica (de origem grega, que significa *verdade*) e parte das modalidades fundamentais do possível e do necessário, definindo-se pelas suas correspondentes negações. A modalidade linguística, por sua vez, nas

considerações de Givón (2001), codifica a atitude do falante em relação à proposição, expressando o comprometimento do falante com a verdade do que se diz.

Apresentamos alguns tipos de modalidade. Expusemos de forma geral as modalidades epistêmica, alética e deôntica, com base em Lyons (1977). A primeira está no eixo do conhecimento, da crença. A segunda diz respeito à modalidade do ponto de vista da Lógica. A terceira, por sua vez, corresponde à modalidade que se encontra no eixo da conduta, das regras sociais e do que parece ser obrigatório e permitido. Mostramos também que Palmer (1986) classifica a modalidade em epistêmica, deôntica e dinâmica. A epistêmica indica o grau de conhecimento do falante com o que diz, a deôntica se refere ao grau de comprometimento do falante com que diz. A dinâmica, por sua vez, é classificada como a capacidade ou disposição do sujeito.

Na GDF, a modalidade é classificada quanto à orientação em três tipos: *a modalidade orientada para o participante, modalidade orientada para o evento e modalidade orientada para a proposição*. As modalidades orientadas para o participante podem ser facultativas, deônticas ou volitivas. As modalidades orientadas para o evento podem ser facultativas, deônticas, volitivas e epistêmicas. As modalidades orientadas para a proposição podem ser volitivas, epistêmicas e evidenciais, segundo Hengeveld e Mackenzie (2008).

Mostramos, ainda nesse capítulo, de forma sucinta, a distinção que Hengeveld (2004) faz entre a modalidade objetiva e subjetiva. As modalidades objetivas se referem ao julgamento do falante com relação a um Estado-de-coisas com base no seu conhecimento de mundo, e as modalidades subjetivas se referem ao posicionamento do falante com relação ao conteúdo da proposição. Por fim, mostramos que analisamos a modalidade deôntica na GDF, principalmente quanto ao Nível Representacional, que é entendida como um modificador dos Estado-de-coisas no que se refere às funções sociais de obrigação e permissão.

## 4 A MODALIDADE DEÔNTICA

Neste capítulo, faremos algumas considerações acerca da modalidade deôntica, discutindo, os aspectos semânticos, sintáticos e pragmáticos relacionados à sua manifestação.

### 4.1 Peculiaridades da modalidade deôntica

De acordo com Comparini (1991), o termo *deôntico* é originário do grego (*déon* = o que é obrigatório) e faz referência à lógica da obrigação e da permissão. Assim, a modalidade deôntica diz respeito a todos os elementos linguísticos persuasivos que impõem sutilmente ao ouvinte noções de obrigação, permissão e proibição (sendo esta a negação de uma permissão).

Este tipo de modalidade, por vezes instaurada despercebidamente, tanto na oralidade quanto na escrita, é manifestante de intenções no meio comunicativo, e atua com bastante relevância na efetividade da interação comunicativa, principalmente quando a intenção do locutor vai além de informar, chegando a agir sobre o interlocutor, para fazê-lo proceder como desejado.

Lyons (1977) diz que o termo *deôntico* é amplamente usado por filósofos para se referir a um ramo particular ou extensão da lógica modal: a lógica da obrigação e da permissão. A modalidade deôntica, assim, situada no domínio do dever, é caracterizada como aquela relacionada aos eixos do obrigatório, do proibido e do permitido, e suas respectivas negações. Portanto, é possível afirmar que a modalidade deôntica abarca expressões que fazem referência a uma norma ou critério de julgamento social ou individual, embasados no registro do dever, da obrigação.

Para o mesmo autor, a origem da modalidade deôntica diz respeito à função instrumental da linguagem, que de um lado expressa ou indica o querer e o desejo, e de outro faz com que as ‘coisas aconteçam’ por meio da imposição da intenção, do desejo e da vontade de seus agentes. Ela está preocupada com a necessidade dos atos performados por esses agentes moralmente responsáveis. Ressalta ainda a importância da ‘necessidade deôntica’, que colabora para diferenciar um enunciado deôntico de um epistêmico. Quando o agente, sob o qual é dirigida a ordem, se propõe a executar o que lhe foi requerido, esse reconhece a autoridade do emissor – seja esse uma instituição, ou um outro falante – e avalia a sua responsabilidade de cumprir o que foi solicitado.

Lyons (1977) aponta ainda que a modalidade deôntica não descreve um ato em si, mas um Estado-de-coisas, caso o ato seja realizado em algum tempo futuro. Portanto, está intrinsecamente ligada com a noção de futuridade. No *corpus* que analisamos, essa informação de futuridade procede, visto que os autores discutem ideias e argumentam em favor de um determinado Estado-de-Coisas que, segundo os autores, deve se realizar ou se estender no futuro.

Adiante temos a consideração de Palmer (1986) no que concerne à modalidade deôntica:

O termo “deôntico” é usado num sentido lato para aqueles tipos de modalidades que são caracterizadas como contendo um elemento de vontade. É óbvio, no entanto, que os significados associados à modalidade deôntica são muito diferentes dos da modalidade epistêmica. Esta última está relacionada com a crença, conhecimento, verdade, etc., em relação à proposição, enquanto a primeira relaciona-se com a ação, pelos outros e pelo próprio falante. (Palmer, 1986, p. 96)<sup>12</sup>

Entende-se, assim, que a modalidade deôntica está ligada ao meio pelo qual o enunciador usa o seu discurso para alcançar suas intenções. Há uma preocupação com a forma de se construir o enunciado para que o falante transmita sua mensagem a ponto de que o ouvinte reaja de maneira positiva em relação àquilo que está sendo dito, respondendo favoravelmente à intenção do enunciador.

Outro ponto importante da modalidade deôntica, conforme Lyons (1977), é o fato de ela derivar de alguma origem ou causa, podendo ser uma pessoa ou uma instituição. Assim, além dessa convenção de regras sociais e morais, é necessário também que haja o reconhecimento, por parte dos membros de uma dada sociedade, dos valores e pesos dessas normas. É a partir do reconhecimento dessas regras e valores, por exemplo, que se designa dado membro ou instituição de uma sociedade como autoridade ou não. Conforme Lyons (1977):

Se X reconhece que ele é obrigado a realizar uma ação, logo há usualmente alguém ou alguma coisa que ele reconhecerá como responsável por ele estar sob a obrigação dessa ação. Esta pode ser alguma pessoa ou instituição à qual ele se submete. Isso pode ser algo mais ou menos explícito, formulado por princípios morais ou legais, isso pode ser não mais que uma coerção interna, que ele possa rigidamente identificar e obedecer.

---

<sup>12</sup> Deontic is used in a wide sense here to include those types of modality that are characterized as containing an element of will. It is obvious, however, that the meanings associated with deontic modality are very different from those of epistemic modality. The latter is concerned with belief, knowledge, truth, etc. in relation to proposition, whereas the former is concerned with action, by others and by the speaker himself.<sup>12</sup> (PALMER, 1986 p. 96)

O teórico aponta que ainda que o destinatário de uma expressão deôntica pode se recusar a obedecer uma obrigação, negar que essa obrigação exista ou questionar sua existência, indagando sua origem. Dessa forma, sempre haverá um agente para impor alguma proibição, permissão ou obrigação, e algo ou alguém que esteja sob essa qualificação modal. Da mesma forma, para que se reconheça uma expressão deôntica como tal, haverá sempre fatores socioculturais associados às expressões linguísticas, ou seja, a modalidade deôntica não é apenas marcada linguisticamente, mas depende de fatores externos à própria língua.

A modalidade deôntica ainda é apontada por alguns autores como origem, no processo de gramaticalização, da modalidade epistêmica. Segundo Sweetser (1990), o valor epistêmico teria origem em um sentido mais básico e concreto, que seria a modalidade deôntica, ou modalidade de raiz (*Root Modality*) como ela classifica. A partir do estudo de verbos modais do inglês, Sweetser mostra que o uso dos modais apresenta uma extensão do sentido deôntico para o sentido epistêmico, num processo de mudança linguística

Sweetser (1990) realiza uma distinção entre as modalidades epistêmica e deôntica e a modalidade dinâmica, uma vez que, por suas próprias naturezas, os significados de habilidade e disposição aos quais se referem as expressões da modalidade dinâmica não podem ser impostas por alguém ou por uma instituição, ao contrário das outras duas. O mesmo diz que os verbos modais são considerados ambíguos, pois ora estão relacionados ao mundo deôntico, ora ao mundo epistêmico.

Sweetser (1990) relaciona as modalidades ao mundo externo e ao mundo interno, caracterizando como raiz aqueles sentidos que denotam obrigação, permissão ou habilidade, no que diz respeito ao mundo real, e como epistêmicos os que denotam necessidade, possibilidade ou probabilidade, no que diz respeito à razão. Estariam então no mundo externo os eventos relacionados ao mundo real e no mundo interno aqueles ligados à razão. Dessa forma, existem situações nas quais a fronteira entre o deôntico e o epistêmico é bastante tênue, podendo até gerar certa ambiguidade, como em:

- (1) John must be home by ten. (Obrigação, permissão=deôntico)

João deve estar em casa até as 10h.

- (2) John must be home already. (Probabilidade, possibilidade= epistêmico)

João já deve estar em casa.

Enquanto no primeiro exemplo o modal *must* implica no mundo deôntico, uma obrigação, inferindo que alguém teve permissão para ficar em casa até as dez horas, no segundo exemplo, apesar o verbo auxiliar modal ser o mesmo, ele não implica uma obrigação, mas uma crença, possibilidade ou probabilidade, estabelecendo relação com o mundo epistêmico. A mesma interpretação pode ser atribuída aos dados em português.

Vale ressaltar que, além dessa relação de oscilação semântica entre os diversos valores modais, é importante dizer ainda que outros valores semânticos também podem aparecer associados à modalidade deôntica, como, por exemplo, a volição, modalidade ligada ao desejo do enunciador.

É válido considerar o parecer de Palmer (1986) no que tange à tipologia da modalidade aqui estudada, pois sustenta o teórico que a modalidade deôntica está relacionada à ação do outro e do próprio falante. Já a modalidade epistêmica diz respeito à crença, ao conhecimento e à verdade. O autor afirma que a modalidade não está somente ligada ao verbo, mas a toda a sentença. Com efeito, a modalidade é marcada em outros termos da oração. Nisso justificamos nossa busca por expressões além dos verbos auxiliares e modais, pois acreditamos que outras expressões também veiculam a modalidade deôntica e, da mesma forma que os verbos, modalizam os enunciados de forma a agir satisfatoriamente sobre o leitor.

Com base no exposto no parágrafo anterior sobre a modalidade deôntica ser expressa não somente por verbos, mas principalmente por eles, Searle (1969), ao tratar dos atos de fala, estabelece cinco atos de fala ilocucionários, que instauram ações e, por isso, podem nos interessar no estudo da modalidade deôntica, são eles: ato assertivo, diretivo, expressivo, compromissivo e declarativo. Os atos que nos interessam e se fazem presentes no *corpus* em análise são os atos *assertivos*, que consistem naqueles com os quais o falante expressa um conteúdo proposicional e se compromete com a verdade expressa, de modo que os membros dessa classe são avaliáveis em verdadeiro ou falso, estes atos estão marcadamente nos textos analisados, visto que os autores, comprometidos com as ideias defendidas, intentam levar os leitores a crer neles, ou seja, ao invés de realizar afirmações como “Faça isso”, é comum encontrar no *corpus* expressões “É necessário fazer isso”, “Precisamos fazer isso”.

O fato de o falante utilizar-se das estratégias discursivas para atingir seus objetivos nos remete ao fator intencionalidade, uma vez que o autor precisa estar provido de intenções que o façam objetivar impor as ideias pretendidas. Baseados nisso, Mussalim e Bentes (2011)

afirmam que “a intencionalidade se refere ao modo como os emissores usam textos para perseguir e realizar suas intenções, produzindo, para tanto, textos adequados à obtenção dos efeitos desejados.” Este fator parece preponderante no que se refere à motivação da instauração deôntica por parte dos autores na coluna *Confronto das Ideias*. No decorrer dos textos, os autores apresentam exemplos, mostram consequências de certos fatos, dados estatísticos, considerações pessoais e etc. Esses pontos se mostram frequentes na construção da argumentação dos textos.

Ainda com relação à modalidade deôntica, Vale ressaltar que, segundo a proposta de organização da frase em camadas de Hengeveld (1988) e Dik (1997), a modalidade deôntica situa-se na predicação, que diz respeito à função representacional da linguagem, o que os leva a inseri-la na modalidade objetiva. Uma vez que se relaciona à ausência de marcas linguísticas que revelem a introjeção do falante no enunciado.

Já no que diz respeito à modalidade subjetiva, Vestraete (2004) afirma que a modalidade subjetiva deôntica expressa o comprometimento com o desejo de que ações sejam realizadas. O autor versa sobre modalidade deôntica subjetiva em contraste com a modalidade deôntica objetiva referente aos três níveis funcionais presentes na proposição, de acordo com a proposta do modelo de Dik. Para o linguista, a modalidade deôntica subjetiva caracteriza-se pelo comprometimento pessoal do falante com o valor deôntico instaurado. A modalidade deôntica objetiva, por sua vez, é caracterizada pelo não comprometimento pessoal do falante com o valor deôntico instaurado; nesse caso, o falante pode apenas reportar-se a um valor.

Dessa forma, na pesquisa funcionalista que aqui desenvolvemos, crescem em importância os contextos efetivos em que ocorre o chamado *uso* linguístico, ganhando destaque fatores semântico-pragmático, bem como os demais fatores envolvidos no processo interativo.

A modalidade deôntica se coloca, então, como um recurso argumentativo, em que o falante usa as expressões deônticas para modalizar o seu discurso, e assim conseguir atuar satisfatoriamente sobre o ouvinte. Vem daí a necessidade de se estudar esta modalidade, porque nós vivemos num recorrente processo de interação e, neste processo, há sempre um indivíduo a atuar sobre o outro, movido por certa intencionalidade. Vemos, então, a repercussão da modalidade deôntica nesse processo, que se apresenta como um recurso frequentemente utilizado pelo falante. A sua relevância tanto semântica quanto pragmática justifica a necessidade de estudá-la. Investigar a sua manifestação nos gêneros do discurso é conhecer o

processo de interação e, tendo em vista sua amplitude de utilizações, faz-se necessário identificar em quais gêneros ela aparece com mais recorrência, e as razões que motivaram a sua utilização, chegando à compreensão dos fatores que motivam o uso destes modalizadores mais em uma modalidade de gênero que em outra.

A modalidade deôntica, então, condiz com o grau de comprometimento do autor/falante ao manifestar suas ideias de forma a obrigar, permitir ou proibir (negação de permissão) o leitor/ouvinte. Com isso, o autor, incorporado de intenções comunicativas, utiliza a modalidade deôntica para expressar seus desejos, e para isso se utilizam de determinadas expressões linguísticas que expressem seus pontos de vista, expressões essas descritas no decorrer do capítulo. Percebemos que apontar definições a respeito da modalidade deôntica é lidar com escolhas enunciativas do falante provido de determinada informação pragmática para que, em determinada situação comunicativa, sua intenção seja bem-sucedida ao chegar ao leitor/ouvinte, de modo a estabelecer uma interação satisfatória. Essa abordagem encaminha o presente trabalho, pois é a partir dela que analisamos os textos componentes da coluna Confronto das ideias.

#### 4.2 Os valores modais deônticos

Quando se discutem os valores modais deônticos, a primeira noção que nos vem à mente é a noção que a palavra, de base grega, nos informa, *deón = o que é obrigatório*. Dessa forma, infere-se que o valor predominante da modalidade deôntica refira-se à obrigação. De fato, é nela que todo o aparato deôntico se constrói. E sobre este valor modal, Neves (2011, p 174) informa que há uma divisão que consiste em:

a) Obrigação moral, interna, ditada pela consciência.

(6) **Temos que** admitir que esta não é a realidade do artista brasileiro

b) Obrigação material, externa, ditada por imposição de circunstância externas

(7) Aqueles que recebem ajuda da associação **têm por obrigação** plantar uma árvore.

Na obrigação moral, tem-se como base uma necessidade. Quando ocorre a negação, incide num ato diretivo (que envolve um sujeito de segunda pessoa), conforme Neves (2011). Vemos no exemplo (6) que o valor modal de obrigação é instaurado com base na defesa de um ponto de vista do enunciador a um alvo. A obrigação material é imposta por forças externas.

Consiste em uma obrigação motivada por um dever social ou imposta por uma instituição, por exemplo. Como é possível identificar em (7).

Com relação à obrigação interna e externa, Almeida (1988) aponta que os valores deônticos de obrigação e proibição podem ser internos/morais quando envolvem o dever de consciência, profissional, social e religioso, decorrentes do decoro, dos costumes; e externas/materiais, quando se fundamentam numa necessidade natural, física, biológica ou fisiológica, decorrentes de circunstâncias externas. As forças internas podem servir de base para a instauração de leis, que já serão consideradas como externas aos sujeitos.

As duas obrigações discutidas em Neves e Almeida são possíveis identificar nas expressões deônticas coletadas no *corpus*, visto que os autores tanto expõem suas ideias motivados por situações externas, baseadas em decisões políticas e sociais, como instigam a consciência dos leitores, e até a sua própria, para ações necessárias ao melhoramento do meio social de ambos.

Embora o valor prototípico da modalidade deôntica seja direcionado ao que é obrigatório, Lyons (1977) discute, sim, sentenças deônticas em termos da noção de obrigação, mas estabelece uma relação que é explorada em todos os sistemas padrões da lógica deôntica, e então podemos constatar que a partir da noção de obrigação, a modalidade deôntica pode instaurar outras noções, que também se fazem necessárias no processo interativo-argumentativo. Assim, podemos ter efeitos de sentido referentes à *não obrigação*, que condiz com a permissão de não realizar algo, que, no texto, pode ser um fator que favoreça o autor; à *obrigação*, valor prototípico relacionado à ordem; à *permissão*, referente à não obrigação de realizar algo, noção que deixa o leitor à vontade e, por vezes, torna-se mais eficaz que a obrigação, e *não permitido*, relacionado com a noção de proibição. O valor prototípico da modalidade deôntica de obrigação, dessa forma, pode gerar outros efeitos de sentido, isso amplia a significância e a necessidade do uso da modalidade deôntica nos discursos, principalmente, argumentativos.

Com relação aos efeitos de sentido da modalidade deôntica, percebemos, nos comentários acima, que os efeitos apontados por Lyons (1977) incidem na polaridade, positiva e negativa. Esse é um fator relevante na análise da modalidade deôntica, visto que as expressões linguísticas se manifestam ou de forma afirmativa ou negativa, configurando-se na polaridade negativa ou negativa. Palmer (1995) estabelece uma nomenclatura simples para apresentar a polaridade da modalidade e suas respectivas expressões. Vejamos:

Tabela 1 - Expressão dos valores deônticos em relação à polaridade no português<sup>13</sup>

<i>Valor deôntico e polaridade (positiva/negativa)</i>	<i>Necessidade/possibilidade</i>	<i>Auxiliares modais</i>
<i>Obrigação</i>	Necessário	Deve, ter que/tem de, precisa, necessita
<i>Negação da obrigação = permissão</i>	Não necessária	Não tem que/tem de, não precisa, não necessita
<i>Obrigação de não atuar = proibição</i>	Necessário-não	Não deve/ deve não
<i>Permissão</i>	Possível	Pode
<i>Negação de permissão = proibição</i>	Não-possível	Não pode
<i>Proibição</i>	Necessário – não	-
<i>Negação de proibição = permissão</i>	Possível	-

Analisando a Tabela 1, vemos que a relação entre a língua e a lógica não combinam totalmente, mas é possível entender que há formas de expressões específicas para gerar determinados efeitos de sentido da modalidade deôntica, e esses efeitos vão além do valor de obrigação, por exemplo, podemos proibir ao negar uma permissão ou ao obrigar alguém a não realizar algo. Dessa forma, ainda que as relações linguísticas não correspondam às noções lógicas, é possível observar, em termos de negação (polaridade negativa), que as noções de possibilidade e necessidade possuem uma relação do ponto de vista lógico. Podemos perceber, então, a relação existente entre a modalidade deôntica e a polaridade negativa. Conferimos que os valores deônticos podem ser instaurados direta ou indiretamente, possibilitando ao enunciado sentidos distintos.

Os valores modais deônticos, assim, podem assumir vários sentidos a depender das escolhas enunciativas do enunciador, mas, vale lembrar, que todos esses sentidos se relacionam de algum modo ao efeito de sentido que reflete uma *obrigação*, valor intrínseco da modalidade deôntica. A polaridade negativa é um dos aspectos que alteram os valores de obrigação e permissão das expressões deônticas, dentre outras marcas enunciativas que são capazes de gerar

<sup>13</sup> Tabela organizada com base em Palmer (1995).

sentidos distintos relacionados à conduta. Isso gera no leitor sentidos de proibição, de permissão negada, por exemplo, estabelecendo um grau de modalização deôntica, que cabe ao enunciador escolher as melhores formas de expressar os valores de ordem, a depender da sua intenção comunicativa.

### 4.3 Meios de expressão da modalidade deôntica

Estando a tipologia modal deôntica no eixo da conduta e da ordem, não necessariamente toda expressão que instaure ordem condiz com a modalidade deôntica. Casteleiro (2014) aponta que na expressão linguística é difícil distinguir a ordem das outras manifestações da vontade. A exortação, a advertência, o conselho, o desejo, o pedido e a súplica exprimem-se, em geral, pelas mesmas formas linguística que a ordem.

A modalidade deôntica pode ser manifestada por diversas expressões linguísticas. A mais recorrente, e visível nos trabalhos de Pessoa (2011), Meneses (2006) e Lopes (2009, 2012) é o verbo auxiliar modal, no entanto, vale ressaltar, que sua manifestação não se restringe somente aos verbos auxiliares modais, mas a toda expressão que instaura os valores de obrigação, permissão e proibição de forma a agir sobre o leitor, na tentativa de convencê-lo a determinado posicionamento.

Nesse sentido, Saint-Pierre (1991) estabelece um modelo de descrição dos modalizadores para o francês, podendo distinguir os modalizadores em quatro classes distintas: *os marcadores prosódicos*, que se referem à entonação, duração vocálica etc; *os marcadores morfológicos e sintáticos*, designando os auxiliares modais, verbos de significação plena, adjetivos, advérbios modais e substantivos; *os marcadores discursivos*, que podem ultrapassar o quadro da proposição (repetição, discurso direto, extensão frástica) ou podem indicar convenções do emprego da língua (atos indiretos, fórmulas de polidez); e por fim os *marcadores metalinguísticos*, que são as ligações contextuais/organização textual (acordo, desacordo, justificativa etc).

Dessas quatro classes de modalizadores visualizadas acima, optamos por analisar os marcadores morfológicos, sintáticos e lexicais, tais como verbos, substantivos e adjetivos de significação plena como “obrigar”, “proibir”, “obrigatório” etc., pois são extremamente produtivos na língua portuguesa e principalmente nas interações verbais argumentativas. Os falantes/autores, então, ao fazerem a avaliação de um Estado-de-Coisas, adaptam os conteúdos

conforme suas marcas de julgamento e podem decidir por não indicar diretamente o que objetivam. Essa avaliação pode ser expressa por meios gramaticais e por meios lexicais.

Buscamos então os valores de permissão, obrigação e proibição. Identificamo-los por meio de algumas formas de expressão da língua portuguesa. Os auxiliares modais *dever* e *poder* são exemplos de meios gramaticais que funcionam como operadores de predicação. Os adjetivos modalizadores como *preciso*, *necessário*, *obrigatório* e *proibido* são exemplos de meios lexicais. Os advérbios, *obrigatoriamente*, *necessariamente*, os substantivos *necessidade*, *obrigação*, *permissão* também são considerados modalizadores deônticos, pois expressam ligação com a noção de *dever*.

Vimos aqui algumas expressões que podem instaurar a modalidade deôntica, a fim de explicar que verificamos como esses modalizadores atuam na língua e também quais os efeitos comunicativos resultantes do seu emprego. Dessa forma, damos encaminhamento à discussão sobre modalidade deôntica na coluna *Confronto das ideias*.

#### **4.4 Alvo deôntico**

O alvo deôntico nos possibilita entender *em quem* recai a construção da argumentatividade deôntica. Verstraete (2005), no que diz respeito a isso, aponta que o agente modal (alvo) marca a diferença entre os valores de permissão e obrigação, formando um elemento de orientação argumentativa na construção discursiva, uma vez que condiz com a atitude do agente sobre a realização da ação.

Lyons (1977) realiza a proposta tipológica bipartida do alvo, que diz respeito à instituição/individuo. No entanto, observando a composição do *corpus* e a análise dos dados, é possível ampliar a tipologia dessa categoria de modo a abranger distintos efeitos de sentido. Dessa forma, nesta análise, investigamos o alvo deôntico com base na nomenclatura de Pessoa (2011), mas alteramos de acordo com a disposição do nosso *corpus*, a saber: enunciador, domínio comum, individuo, instituição e não-especificado.

O tipo enunciador condiz com o próprio autor, quando, esporadicamente, o mesmo constrói um questionamento por ele respondido posteriormente. O tipo de alvo indivíduo, instituição e não especificado referem-se a uma terceira pessoa do discurso. O não especificado apenas se configura como uma ação desejada, a exemplo dos casos em que há adjetivos em

função predicativa (é preciso...). O tipo domínio comum é identificado quando se percebe a inclusão da comunidade na qual o está inserido o autor.

A análise do alvo se faz importante, pois assim é possível entender melhor a utilização das formas de expressão da modalidade deôntica, visto que, a depender do alvo, o autor pode modalizar mais ou menos seu enunciado, e a depender da intenção comunicativa do autor, ele pode se direcionar a determinado alvo em detrimento de outro.

#### **4.5 Fonte deôntica**

A fonte deôntica, assim como o alvo, também é analisada de modo bipartido em Lyons (1977) no que se refere a indivíduo/instituição, mas, assim como o alvo, pela diversidade de modos da instauração de uma fonte deôntica, é possível ampliar a tipologia dessa categoria de forma a englobar múltiplos efeitos de sentido.

Classificamos nossa fonte deôntica em: enunciador, instituição, indivíduo, não especificado e domínio comum. A fonte do tipo enunciador é classificada quando o próprio autor se manifesta, o que marca a sua subjetividade. As fontes instituição, indivíduo e não-especificado são terceiros em que os valores deônticos são reportados pelo enunciador. Essa opção visa à criação de efeitos de sentido na construção discursiva da modalidade deôntica.

#### **4.6 Síntese conclusiva**

O presente capítulo apresenta algumas considerações acerca da modalidade deôntica. As considerações giram em torno do que defende Lyons (1977), visto que aponta o autor que a modalidade deôntica é situada no domínio do dever, caracterizada como aquela relacionada aos eixos do obrigatório, do proibido e do permitido, e suas respectivas negações.

Apresentamos uma seção com os valores modais deônticos, que consistem em: obrigação, permissão e proibição. Os três valores investigados no *corpus* da pesquisa.

Continuamos fazendo uma abordagem sobre as expressões da modalidade deôntica. A partir de outros trabalhos, vemos que a modalidade deôntica pode se manifestar a partir de várias formas linguísticas, tais como: verbos auxiliares, verbos plenos, adjetivos, substantivos, advérbios e expressões com função predicativa. Discutimos um pouco sobre as noções de alvo

(em quem recai a ação modalizada deonticamente) e fonte deôntica (quem instaura a modalidade deôntica).

A partir desses elementos linguísticos investigamos a modalidade deôntica na coluna *Confronto das Ideias*.

## 5 A MANIFESTAÇÃO DA MODALIDADE DEÔNTICA NOS TEXTOS DE OPINIÃO DA COLUNA CONFRONTO DAS IDEIAS DO JORNAL O POVO

Neste capítulo, apresentaremos a descrição e análise da manifestação da modalidade deôntica em textos retirados da coluna *Confronto das Ideias*. De início, delimitaremos o posicionamento metodológico que desenvolvemos em nossa pesquisa, expondo as características do presente trabalho, a delimitação de nosso *corpus*, as categorias de análise e o tratamento estatístico de nossos dados.

Discutiremos ainda os resultados das análises dos dados encontrados no *corpus* de amostras textuais da coluna *Confronto das Ideias*, tendo em vista seis parâmetros de análise. Nesse sentido, investigamos a recorrência da manifestação da modalidade deôntica no que diz respeito às expressões linguísticas, aos valores modais, à fonte, ao alvo, ao tempo e ao modo verbal.

### 5.1 Metodologia

Sabemos que a opinião no jornalismo é manifestada a partir de uma variedade de gêneros. Dentre eles, contamos com o editorial, o artigo de opinião, a coluna, a crônica, a charge e a caricatura. Alguns desses gêneros se mesclam. É o que podemos observar com o artigo de opinião e a coluna jornalística. Muitos dos gêneros jornalísticos utilizam a argumentação como ponte para que a interação com o leitor seja cumprida eficientemente.

A modalidade deôntica, então, se mostra como um recurso para assessorar a argumentação textual e, a partir da modalização do enunciado, construir melhor as propostas do enunciador a fim de que sua intenção seja realizada com sucesso. A coluna jornalística é um desses gêneros em que o autor interage frequentemente com o leitor. Composta por textos opinativos, a coluna utiliza a modalidade deôntica para melhor construir a argumentatividade do autor.

Nesta seção apresentamos a delimitação, constituição, caracterização do nosso *corpus*, assim como os procedimentos metodológicos.

#### 5.1.1 Caracterização, delimitação e constituição do corpus

Nossa pesquisa analisou a modalidade deôntica em textos de opinião presentes na coluna jornalística intitulada *Confronto das ideias*. Escolhemos os textos de opinião desta coluna jornalística porque, nas considerações de Fernández (2012), no gênero de opinião, o autor expõe e defende sua opinião baseado em uma determinada temática da realidade, normalmente, polêmica e controversa, procurando, através de alguns meios, poder sustentar sua opinião, convencer e influenciar os seus leitores. Dessa forma, o que nos motivou a optar por esses textos foi justamente seu caráter argumentativo. Sabíamos que esta modalidade é utilizada para ancorar o caráter argumentativo dos gêneros opinativos, no entanto sentimos a curiosidade de saber a sua relevância na construção argumentativa dos textos dessa coluna, que é um gênero ainda não explorado, e que, no jornal O povo, tal gênero é manifestado de maneira diferente, com pontos de vista contrastivos. Assim, as peculiaridades no que diz respeito ao estabelecimento da modalidade deôntica nesse gênero, assim como aspectos específicos que podem motivar a sua utilização nos são de importante relevância na realização desta pesquisa.

Utilizamos para nossa coleta de dados textos opinativos da citada coluna jornalística publicada no periódico O povo, de considerável relevância para os que moram na capital do Ceará, Fortaleza. A escolha deste periódico se deu pela sua grande circulação na cidade e pelo teor crítico do jornal, contendo nele um considerável número de textos de opinião.

A análise se deu com base em 30 temas abordados na coluna *Confronto das ideias*. Cada tema é tratado em dois textos opinativos, um de posição contrária ao outro. Todos os textos possuem uma marcação explícita da modalidade deôntica. No geral, o banco de dados totalizou 24.905 palavras. Os textos coletados pertencem às edições do jornal *O povo* dos anos de 2013 e 2014.

Coletamos os textos opinativos da referida coluna a fim de verificarmos marcas da modalidade deôntica expressas pelos autores. Como já exposto acima, relacionamos o fenômeno estudado – modalidade deôntica- nos textos de opinião, no intuito de observarmos a incidência da categoria linguística investigada, além de identificarmos as razões para sua maior ou menor manifestação. É possível ter acesso aos textos no anexo deste trabalho.

### **5.1.2 Procedimentos metodológicos**

A natureza da presente pesquisa é, em sua essência, indutiva, isso se justifica nas considerações de Lakatos e Marconi (1992), uma vez que iniciamos a investigação providos de

expectativas, e acreditamos que exista certa regularidade nos fatos e fenômenos observados, fazendo com que as observações repetidas gerassem em nós a perspectiva de certa regularidade no mundo dos fenômenos estudados. Assim, ao analisarmos funcionalmente os textos opinativos da coluna *Confronto das ideias*, no que tange à modalidade deôntica, identificamos a frequência da manifestação desta modalidade quanto ao valor semântico, às expressões linguísticas, ao alvo e fonte, ao tempo e modo verbal e ainda às motivações discursivas referentes a esta mesma categoria linguística. Assim, a partir desta análise, buscamos identificar a manifestação da modalidade deôntica no discurso opinativo de coluna jornalística, assim como a relação dessas manifestações com as características específicas do discurso analisado, dentre elas o seu caráter argumentativo.

Ressaltamos que nossa pesquisa é considerada documental, de acordo com a classificação de Gil (2008), isso porque exploraremos fontes documentais, que não receberam qualquer tratamento analítico, no caso, textos opinativos da coluna *Confronto das Ideias* do periódico O povo.

No que tange ao método de procedimento, optamos pelo método funcionalista e estatístico. Utilizamos o método funcionalista, na observação direta do funcionamento da língua portuguesa em textos concretos, especificamente na interpretação dos valores deônticos, da fonte e alvo deônticos, dos meios linguísticos, do tempo e modo verbal para a interpretação dos dados ao considerar a função dos valores deônticos (obrigação, permissão, proibição), sua relação com os aspectos do gênero (coluna jornalística) e com a interação entre autor e leitor. De acordo com Lakatos e Marconi (1992), Malinowski considera que a análise funcionalista envolve a afirmação dogmática da integração funcional de toda a sociedade, onde cada parte tem uma função específica a desempenhar no todo. Com base nesta última consideração, frisamos que nossa pesquisa se encaixa coerentemente no método funcionalista, visto que analisaremos a categoria modalidade deôntica em um *corpus* de natureza escrita cuja funcionalidade é levar à sociedade discussões acerca de questões sociais bastante relevantes e presentes no cotidiano do leitor.

No que diz respeito às técnicas, utilizaremos a técnica de documentação direta, no caso, a observação direta intensiva. Isso porque, segundo Lakatos e Marconi (2003), não nos deteremos em ver e ouvir, mas em examinar fatos e fenômenos que desejamos estudar. Dessa forma, analisaremos os textos opinativos coletados a fim de examinar a modalidade deôntica.

Quanto ao procedimento estatístico, a escolha por este se deu pelo interesse em converter as ocorrências em dados estatísticos como realizações de categorias de análise específicas (valor deôntico, fonte e alvo, expressões, tempo e modo). Isso nos motivou ao emprego do SPSS (*Statistical Package for Social Science*-versão para Windows), para assim estabelecermos a análise objetivada.

Realizada a etapa de identificação dos meios, organizamos a ficha de ocorrências, onde cada uma das formas encontradas foi guardada para posterior análise. Como já citado, utilizamos o programa SPSS, vale ressaltar que esse programa computacional é utilizado para o cálculo de frequência (*frequencies*), para o cruzamento de variáveis, etc. Além disso, o SPSS possibilita a transformação de dados estatísticos em representações gráficas e permite-nos empreender uma análise quantitativamente adequada. Segundo Ferreira (1999), o programa dispõe de: (i) Editor de dados, em que se permite introduzir, modificar, corrigir e visualizar informações; (ii) “Viewer”, que consiste em uma janela, onde se observam todos os resultados estatísticos, os gráficos, as tabelas; (iii) Tabelas dinâmicas, que permitem a exploração de dados, rearranjando linhas e colunas; (iv) Gráficos e (v) Acesso à base de dados, que permite inclusive a importação de arquivos de texto.

Esta fase está constituída de duas partes Não-excludentes: (i) análise quantitativa (utilização do pacote computacional SPSS); (ii) análise qualitativa (inter-relacionamento dos dados à luz do Funcionalismo linguístico e dos estudos sobre modalidade).

O SPSS serviu-nos como um meio para (i) guardar as ocorrências, (ii) classificá-las, ou codificá-las, e (iii) executar a rodagem dos dados de modo a obter a frequência de cada forma de expressão, a relação de influência de variáveis sob as demais (nível de significância), o cruzamento das variáveis<sup>14</sup> e confecção de gráficos.

### 5.1.3 *Categorias de análise*

Para a análise dos dados, focalizamos em três categorias de análises: as sintáticas, as semânticas e as pragmático-discursivas. No que concerne às propriedades sintáticas, analisamos (i) as formas de expressão da modalidade deôntica (auxiliar modal, verbo, adjetivo, substantivo, advérbio e construções modalizadoras) e (ii) as categorias de Modo (indicativo,

---

<sup>14</sup> Aqui o termo “variável” não está sendo usado tal como define a Teoria da Variação ou a Sociologia Quantitativa, mas como categoria de análise.

subjuntivo e imperativo) e Tempo/Aspecto (presente, pretérito perfeito, pretérito imperfeito, futuro do presente e futuro do pretérito), quando relacionadas aos modalizadores. Vejamos o quadro abaixo as propriedades morfossintáticas de análise.

Quadro 1 - Aspectos morfossintáticos<sup>15</sup>

<b>Meios de expressão</b>	<i>Verbos auxiliares modais</i>
	<i>Verbos plenos</i>
	<i>Adjetivos</i>
	<i>Adjetivos em função predicativa</i>
	<i>Substantivos</i>
	<i>Advérbios</i>
<b>Tempo</b>	<i>Pretérito mais-que-perfeito</i>
	<i>Pretérito imperfeito</i>
	<i>Pretérito perfeito</i>
	<i>Presente</i>
	<i>Futuro simples</i>
	<i>Futuro do pretérito</i>
<b>Modo</b>	<i>Indicativo</i>
	<i>Subjuntivo</i>
	<i>Imperativo</i>

No que diz respeito às propriedades semânticas, analisamos (i) os valores deônticos (obrigação, permissão e proibição), (ii) tipo de fonte (enunciador, indivíduo, instituição e não-especificado), (iii) tipo de alvo (domínio comum, não-especificado, indivíduo, instituição e enunciador). No que se refere aos aspectos pragmático-discursivos, identificamos as marcas de atenuação e asseveração que atuam os modalizadores deônticos e os prováveis efeitos de sentido. Vejamos abaixo o quadro com as categorias citadas:

Quadro 2 - Aspectos semânticos<sup>16</sup>

<sup>15</sup> Quadro organizado pela autora.

<sup>16</sup> Quadro organizado pela autora.

<b>Fonte deôntica</b>	<i>Enunciador</i>
	<i>Indivíduo</i>
	<i>Instituição</i>
	<i>Não especificado</i>
<b>Alvo deôntico</b>	<i>Enunciador</i>
	<i>Indivíduo</i>
	<i>Instituição</i>
	<i>Não especificado</i>
	<i>Domínio comum</i>
<b>Valores deônticos</b>	<i>Obrigaçã</i>
	<i>Permissã</i>
	<i>Proibiçã</i>

Levamos em consideração as propriedades pragmáticas em termos qualitativos, que permeiam as análises morfossintática e semântica, como as marcas de asseveração da força ilocucionária, o uso de expressões de intensidade, assim como as marcas de atenuação dos valores deônticos.

Assim, encaminhamos nossos estudos da modalidade deôntica a partir de uma análise quantitativa e qualitativa, e, com isso, damos andamento a uma análise mais completa dos elementos linguísticos deônticos.

## **5.2 Resultados: análise e discussão**

Nesta seção, expomos nossos resultados quantos aos aspectos topicalizados abaixo. Discutimos nossos resultados e apresentamos se confirmamos ou não nossas hipóteses.

### **5.2.1 A modalidade deôntica e os aspectos morfossintáticos**

Em relação aos aspectos morfossintáticos, exploramos (i) os meios de expressões modalizadoras deônticas, (ii) o tempo verbal dos verbos que veiculam a modalidade deôntica e (iii) o modo verbal em que se encontram os verbos modalizadores deônticos. Como estamos tratando desses aspectos formais, vale comentar que, dentro da GDF, eles são estudados dentro

do Nível Morfossintático, nível em que as representações interpessoais e representacionais são codificadas. Assim, a unidade linguística é analisada em termos de sua composição sintática, começando da camada alta para a mais baixa, a saber: expressões linguísticas, orações, sintagmas de vários tipos e palavras de vários tipos e, ainda, de acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008), é possível distinguir, dentro de cada palavra, morfemas de vários tipos. Nossa análise se deu com base em expressões linguísticas contextualizadas em um sintagma.

Dessa forma, observamos que expressões linguísticas manifestam a modalidade deôntica, sendo algumas, bastante recorrentes e outras inusitadas. Procuramos saber, também, a frequência com que se comportam modos verbais da língua portuguesa no referido *corpus*, em que tempo verbal os Estados-de-coisas se encontram quando modalizam os enunciados deonticamente, assim como quais expressões são mais utilizadas pelos autores ao instaurar a modalidade deôntica.

#### *5.2.1.1 Os meios linguísticos de expressão da modalidade deôntica*

Nas amostras textuais da coluna *Confronto das Ideias*, buscamos a recorrência dos seguintes meios de expressão: adjetivo, advérbio, substantivo, verbo auxiliar, verbo pleno e adjetivo em posição predicativa. Realizamos esta categorização com base em outras pesquisas, por exemplo, Lopes (2009), Menezes (2011) e Pessoa (2011), que identificaram essas expressões como as possibilidades mais frequentes de manifestação da modalidade deôntica. Buscamos também outros meios de expressão não ou pouco explorados pelas autoras destacadas, como o verbo pleno “caber”, o advérbio “(des) necessariamente” a fim de identificar outras possíveis expressões que instauram a modalidade deôntica.

Com base nessa classificação, nos 60 textos referentes aos 30 temas, encontramos, encontramos uma recorrente presença de verbos auxiliares manifestando a modalidade deôntica. Assim, constatamos que o *verbo auxiliar* foi a expressão mais utilizada pelos autores dos textos para instaurar esta modalidade. Esse resultado colide com os resultados de Lopes (2012) na sua pesquisa da modalidade deôntica em sala de aula, que resultou na identificação de mais verbos plenos que modais, ao contrário dos nossos resultados. Nesse sentido, o resultado de Lopes (2012) foi motivado pelas características do gênero, no caso, o gênero aula. Os comandos da relação professor-aluno motivam a frequência de verbos plenos instauradores da modalidade deôntica. A seguir, expomos os percentuais das formas de expressão da modalidade deôntica no *corpus* em sua totalidade.

Tabela 2 - Meios de expressão da modalidade deôntica na coluna *Confronto das Ideias*<sup>17</sup>

<i>Meios de Expressão</i>	<i>Frequência</i>	<i>Porcentagem</i>
<i>Verbo auxiliar</i>	116	62,7
<i>Verbo pleno</i>	26	14,1
<i>Adjetivo em função predicativa</i>	16	8,6
<i>Adjetivo</i>	12	6,5
<i>Substantivo</i>	12	6,5
<i>Advérbio</i>	3	1,6
<b><i>Total</i></b>	<b>185</b>	<b>100</b>

Na tabela acima, temos em ordem decrescente de frequência, as expressões detectadas no *corpus*. No topo, temos o *verbo auxiliar*, abaixo deste, o *verbo pleno*, em seguida, o *adjetivo em função predicativa*, logo após, o *adjetivo*, posteriormente, o *substantivo*, e, em última posição, o *advérbio*. Como exposto na tabela acima, os verbos auxiliares foram as expressões que se sobressaíram dentre as demais, totalizando 50 manifestações do verbo *dever*, 44 do verbo *poder*, 17 manifestações do verbo *precisar*, 4 da perífrase *ter que* e 1 ocorrência do verbo *necessitar*. Vejamos os recortes retirados do *corpus*:

- (1) A luta que **devemos** travar agora é para reduzir o uso de todas as drogas, legais e ilegais. (Tema 7)
- (2) É um contrassenso imaginar que o Brasil **pode** exportar talentos e não recebê-los, ter jogadores atuando nas principais ligas internacionais e técnicos dirigindo outros times e seleções, mas nenhum à frente do escrete brasileiro (Tema 4)
- (3) É o Brasil que **precisa** copiar o que acontece lá fora. (Tema 4)
- (4) Legislação que **tem que** ser discutida para dimensionarmos o que é ato de manifestação, natural, nos termos da Constituição (Tema 18)

Destacamos a ocorrência do verbo *dever*, no exemplo (1), instaurando a obrigação de lutarmos para a reduzir o uso de drogas. Vemos que o autor usa a forma de expressão *devemos* para manifestar sua intenção em fazer os leitores aderirem ao protesto contra a liberação da maconha, visto que o tema discutido era a liberação desta droga. Podemos perceber, também, que o autor faz sua exortação à luta utilizando a primeira pessoa do plural, em que o autor se pronuncia em nome de todos, facilitando, assim, a adesão do leitor às ideias defendidas. Podemos ver também que o advérbio *agora* assevera o efeito de sentido do modal

<sup>17</sup> Tabela organizada pela autora.

deôntico. Isso porque o enunciador expõe a urgência de se reduzir o uso da maconha e que os assuntos relacionados a redução do uso de drogas deve ser o foco da população no momento. O autor, como um professor universitário, apresenta os malefícios do uso de drogas como um membro da comunidade que se preocupa com a situação, assim como qualquer outro cidadão, comportando-se como um porta-voz de todos os leitores, ao mesmo tempo em que diz por si. A fonte instaura a obrigatoriedade a todos, inclusive a si mesmo, de engajamento na luta contra as drogas. A partir do que foi exposto, vê-se claramente que o autor do trecho em destaque escreveu o seu texto de forma a argumentar contra a liberação da maconha.

Em (2), o autor utiliza o modal *poder* para comunicar ao leitor a permissão que o Brasil tem de exportar talentos, mas não tem a permissão de recebê-los, contestando afirmativamente o tema/questionamento: O (a) senhor (a) é favorável que a seleção brasileira de futebol seja dirigida por um técnico estrangeiro? Notamos que o modal destacado indica uma permissão, no caso, a exportação de talentos pelo Brasil, e uma não permissão, no caso, o fato de o Brasil não poder receber talentos, incidindo numa proibição criticada pelo autor. Embora o modal *poder* não se repita em ambas orações, essa informação fica implícita.

Temos em (3) o verbo *precisar* como auxiliar. Essa forma de expressão foi utilizada com certa frequência para instaurar a modalidade deôntica, visto que aponta a necessidade de que algumas ações sejam realizadas, como, no caso acima, em que o autor assevera a necessidade de o país avançar na modernização da legislação trabalhista.

Em (4) podemos ver a perífrase *ter que*. Esta teve pouca incidência no *corpus*, talvez porque o seu uso, em muitos casos, estabelece o valor deôntico de forma mais injuntiva. Podemos confrontar esse resultado com o de Menezes (2006), que, por sua vez, a expressão *ter que* foi a segunda mais recorrente no seu estudo da modalidade deôntica no discurso político, isso porque, de acordo com a autora, os oradores apresentam-se como árdios defensores de determinados pontos vista. Esse “posicionamento árduo” não é visível na coluna *Confronto das Ideias*, visto que os autores escrevem com bastante cautela suas opiniões, pois há outro posicionamento sobre a mesma temática na mesma página. Dessa forma, utilizam a modalidade deôntica de forma sutil, muitas vezes, a fim de que suas ideias cheguem ao leitor de forma amena, instaurando uma obrigação despercebida.

Podemos conferir que o excerto exposto acima apresenta uma obrigação e/ou uma necessidade de se estudar a legislação como resposta à pergunta se se deve ou não tipificar o crime de terrorismo no Brasil, após a morte do cinegrafista Santiago Andrade. Percebemos que o discurso do advogado soa mais assertivo, e o *ter que* é bem utilizado, visto que a sua intenção

parece ter sido enquadrar ações como a morte do cinegrafista, não como terrorismo, mas como vandalismo.

Este resultado confirma, em parte, a nossa hipótese de que o meio linguístico mais recorrente nos textos opinativos da coluna *Confronto das Ideias* seriam os verbos modais *dever* e *poder*. Em parte, porque realmente o verbo *dever* correspondeu às expectativas de frequência de uso. No entanto, pensamos que o modal *poder* polarizado negativamente não teria tanta frequência como ocorreu, visto que em outros trabalhos em gêneros opinativos o modal *poder* mostrou recorrente polarizado positivamente.

Surpreendeu-nos, também, o uso desse modal instaurando o valor de *proibição*, quando polarizado negativamente. Este resultado assemelha-se ao obtido no estudo da modalidade deôntica em discursos políticos, de Menezes (2009), que também revelou predominância do modal *dever*, e ao resultado obtido no estudo da modalidade deôntica no discurso midiático, de Pessoa (2011), que manifestou a mesma recorrência desse verbo auxiliar. Contrária, no entanto, o resultado de Lopes (2009), que em seu estudo da modalidade deôntica em aulas de inglês, o modal *poder* foi mais frequente na fala dos professores e alunos em função do contexto situacional.

O verbo modal *dever* é um instaurador prototípico do valor de obrigação, mas, no cruzamento com a polaridade negativa (não dever X), indica proibição. O modal *poder*, por sua vez, instaura, na afirmativa, o valor de permissão, mas, com a polaridade negativa (não poder X), apresenta a noção de proibição. Embora os dois resultem no mesmo valor quando polarizados negativamente, o modal *poder* se comporta como uma opção mais sutil de instaurar uma proibição. Confirmamos no excerto abaixo:

- (5) Em um Estado Democrático de Direito, que deve prezar pela liberdade e paz social, esse comportamento **não deve** ser admitido (Tema 28)
- (6) As regras do MMA não garantem a integridade do praticante e por isso **não pode** ser esporte (Tema 20)

Vemos que, nesse caso, a polaridade negativa no uso dos modais em destaque proíbe e não permite determinadas ações. No trecho (5), o enunciador defende que o comportamento violento e homofóbico de torcidas organizadas de futebol não pode ser admitido pela população brasileira. A utilização da polaridade expressa uma proibição acerca de uma aceitação do povo brasileiro que destoa os direitos humanos. O autor mostra um pouco de revolta em suas palavras, e a polaridade do verbo modal *dever* assume a função de asseverar o valor deôntico, permitindo a expressão de várias sensações, dentre elas, revolta,

descontentamento, queixa, decepção, indignação. Esse recurso não é utilizado com frequência no *corpus*, pois, como este condiz com textos opinativos, que almejam a concordância e aderência do público-leitor sobre as ideias defendidas, os autores buscam interagir com o leitor de forma mais sutil, evitando a utilização de expressões que indiquem asseveração de ordem. Assim, a expressão destacada não se configura como asseveração de ordem ou proibição. Soa mais como um sentimento de revolta contra um Estado que se diz democrático permitir determinados comportamentos agressivos sem ações que os coíbam.

Em (6), o enunciador disserta sobre as regras do MMA<sup>18</sup>, e expõe que essa luta não pode ser considerada esporte. Percebe-se que, após os argumentos, o enunciador deixa bem claro que, conhecendo as regras da luta e as regras dos demais esportes, o MMA não é um esporte. A utilização da polaridade negativa sobre o modal *poder* explicita o posicionamento do autor diante de uma questão polêmica: o MMA pode ou não ser considerado esporte?

Percebemos que a fonte deôntica, em ambos os fragmentos, impulsionada em expor seu ponto de vista sobre questões sociais, argumenta de forma suficiente e modaliza o seu enunciado de maneira clara e assertiva, a fim de conquistar a atenção e a adesão do leitor.

Os verbos plenos, instauradores da modalidade deôntica também foram razoavelmente recorrentes no *corpus*, ao contrário dos resultados de Lopes (2012), pois foi o verbo pleno no modo indicativo a forma que mais se destacou. Vale considerar que a autora trabalhou com textos da fala, o gênero aula, a repercussão dos modalizadores deônticos, assim, ocorre de maneira distinta e de forma mais asseverada. Vejamos os trechos abaixo retirados do *corpus*.

- (7) O que o nosso País **necessita**, urgentemente, é de avanços na modernização da legislação trabalhista. (Tema 16)
- (8) A nós, parlamentares, **cabe** apenas o dever de propiciar, fiscalizar e fazer valer os direitos de todos os cidadãos. (Tema 17)

No exemplo (7), a forma verbal *necessita* expressa, fazendo jus ao seu significado literal, uma necessidade do País em avanços no que diz respeito à legislação trabalhista. Podemos ver que o verbo em destaque não expressa uma obrigação no sentido de ordem, mas se apresenta como uma sugestão. O enunciador manifesta crença nisso e tenta fazer com que o leitor também o faça.

---

<sup>18</sup> Informação não exposta acima, mas presente no *corpus Confronto das ideias*.

No exemplo (8), o verbo *caber*, em sua significação deôntica, indica algo que é dever dos parlamentares, embora o advérbio *apenas* abrande as obrigações que competem aos parlamentares, termo usado para retirar outras obrigações que poderiam ter sido atribuídas a eles. Com essa restrição, o autor exime a si, e aos parlamentares de um modo geral, de outras obrigações que lhes poderiam ser cobradas. Assim, o verbo pleno *caber* indica algo que deve ser feito, em que o complemento indireto informa a quem cabe fazer, isto é, o alvo deôntico. Vale ressaltar que, no caso, o alvo deôntico é a mesma fonte, os parlamentares, incidindo a mesma configuração da instauração deôntica no alvo e na fonte. Nas ocorrências de verbo pleno com valor deôntico identificadas no *corpus*, os valores instaurados ou dizem respeito a uma necessidade do povo ou a uma obrigação do Estado.

O terceiro meio de expressão mais recorrente no referido *corpus* foi o *adjetivo em função predicativa*. Identificamos expressões como *é preciso*, *é obrigatório* e *é proibido*. O quarto meio de expressão mais frequente foi o *substantivo*, em que tivemos recorrência dos nomes *necessidade*, *obrigação*, *dever*. O quinto meio de expressão mais recorrente foi o *adjetivo*, sendo o adjetivo *necessário* o que mais marcou o *corpus*. O sexto meio de expressão encontrado no *corpus* e de menor frequência foi o *advérbio*, manifestado, principalmente, pelos advérbios *(des) necessariamente*, *devidamente*. Abaixo expomos alguns trechos do *corpus* a fim de exemplificação.

- (9) **É preciso** também que sejam levados em conta o ambiente e as circunstâncias em que esse trabalhador irá desempenhar sua função. (Tema 2)
- (10) O Estatuto da Família vê a **necessidade** de amparar a entidade familiar no calor das transformações sociais e a define como o núcleo formado pela união entre homem e mulher. (Tema 17)
- (11) Ações emergenciais são **necessárias** para garantir a ampliação do atendimento (Texto 27)
- (12) Deve ser articulada com um serviço policial de inteligência, recursos audiovisuais, controle de venda de ingressos, que possibilite que as transações e punições sejam **devidamente** fiscalizadas e cumpridas. (Texto 28)

Em (9), o adjetivo em função predicativa instaura uma obrigação da administração trabalhista de Fortaleza para com os guardas municipais, visto que cobram muito desses profissionais, mas não lhe dão uma assistência adequada, e a comunidade ainda cobra desses trabalhadores funções semelhantes à dos policiais.

Em (10), o substantivo *necessidade* indica o comprometimento do Estatuto da Família em amparar a família nas mudanças sociais. Esse comprometimento incide sobre órgão responsável pela família.

Em (11), o adjetivo *necessárias* aponta a necessidade de as creches da prefeitura de Fortaleza planejar ações emergenciais a fim de garantir maior qualidade às crianças. No recorte (12), o advérbio *devidamente* expressa a ideia de uma fiscalização adequada para garantir a ordem dos estádios de futebol.

Dessa forma, constatamos que os valores modais deônticos se manifestam com maior recorrência através dos verbos auxiliares, seguido dos verbos plenos. Como mostrou a tabela, os adjetivos em função predicativa apareceram com certa recorrência se comparada a outros trabalhos, como o de Pessoa (2007). Vale ressaltar que o uso dos adjetivos em função predicativa, por exemplo, *é proibido*, produz o efeito de impessoalidade, já que o foco é o que deve ser feito, sem especificação dos responsáveis por fazê-lo (alvo deôntico), recurso utilizado com certa frequência no decorrer do *corpus*.

#### 5.2.1.2 O tempo e o modo verbal

O fato de delimitarmos o tempo e o modo como aspectos relevantes no estudo da modalidade deôntica é justificado com base no nosso interesse em verificar a relação dos tempos verbais (Presente, Passado e Futuro) e dos modos verbais (Indicativo, Subjuntivo e Imperativo), que servem para atenuar ou asseverar o valor deôntico, e a instauração da modalidade deôntica. Percebemos que essa modalidade é recorrentemente manifestada por meio dos verbos modais em determinados tempos e modos mais do que em outros.

Verificamos, em nosso *corpus*, que o tempo presente é bastante recorrente na instauração da modalidade deôntica por parte dos verbos modais e plenos. Confirmamos a tabela abaixo:

Tabela 3 - Tempo verbal na manifestação da modalidade deôntica.<sup>19</sup>

<i>Tempo</i>	<i>Frequência</i>	<i>Porcentagem</i>
<i>Presente</i>	127	68,6
<i>Futuro simples</i>	10	5,4

<sup>19</sup> Tabela organizada pela autora.

<i>Futuro do pretérito</i>	12	6,5
<i>Pretérito Perfeito</i>	2	1,1
<i>Não se aplica</i>	34	18,4
<i>Total</i>	185	100

Como é possível visualizar, o tempo *presente* é consideravelmente o mais frequente no que diz respeito aos verbos instauradores da modalidade deôntica. O trecho abaixo exhibe um exemplo da ocorrência de verbo deôntico no tempo Presente

- (13) **Devemos** também entender que o governo sozinho, via investimento público, não é capaz de sustentar o crescimento da economia (Tema 14).

No fragmento acima, o tempo *Presente* do verbo *dever* suaviza o valor deôntico da modalidade se comparado com o Futuro. O efeito de sentido no uso do Presente, em vez de Futuro, por exemplo, é instaurar uma obrigação atemporal, isto é, válida em qualquer tempo. O mesmo não ocorre com os verbos no *futuro simples*, vejamos:

- (14) É indispensável a observância no Estado Democrático de Direito da plena igualdade entre os candidatos que uma vez eleitos **deverão** representar exclusivamente a vontade do eleitor.

Neste caso, o *futuro* em que o verbo se localiza, implica em uma obrigação estabelecida ao Estado de realizar as vontades do eleitor, caso os candidatos sejam eleitos. Essa afirmação se dá com base na cultura da política brasileira em não se fazer cumprir as vontades dos eleitores no momento pós-eleição. A afirmação expressa a necessidade do Estado em cumprir com o que foi prometido.

- (15) É comum o relato de passageiros sentados em assento prioritário que “dormem” imediatamente ao perceber a chegada de alguém a quem **deveria** ceder o lugar (Tema 5)

Em (15), temos um exemplo em que o auxiliar modal está no Futuro do Pretérito. O modal quando está nesse tempo verbal denuncia uma obrigação que não foi cumprida, de acordo com Menezes (2011). No exemplo acima, a obrigação de alguns passageiros em ceder o assento no ônibus às pessoas com prioridade, deveria ser cumprida, mas é uma ação que não se concretiza, e não se pode mais cumprir, pois está no passado.

O tempo verbal em que os modalizadores deônticos se localizam pode alterar a significação modal deôntica. Faz-se necessários, assim, a compreensão da relação desses tempos e a instauração da modalidade deôntica.

Quanto ao Modo verbal é classificado como as diferentes formas que determinado verbo toma para indicar a atitude do falante em relação ao fato que ele enuncia para seus interlocutores, atitude essa que pode ser de certeza, de dúvida, de suposição, de mando, etc. O “modo” é a flexão pela qual se exprime a atitude mental do falante, em relação ao processo indicado pelo verbo, na medida em que o enunciado é transmitido, indicando dúvida ou desejo por parte do enunciador.

O modo que mais se manifestou nos verbos instauradores da modalidade deôntica foi o modo *indicativo*, visto que os autores dos textos se expressam, frequentemente, com base em certezas. Vejamos a frequência de ocorrências abaixo:

Tabela 4 - Modo verbal na manifestação da modalidade deôntica.<sup>20</sup>

<i>Modo</i>	<i>Frequência</i>	<i>Porcentagem</i>
<i>Indicativo</i>	<b>140</b>	<b>75,7</b>
<i>Subjuntivo</i>	<b>11</b>	<b>5,9</b>
<i>Não se aplica</i>	<b>34</b>	<b>18,4</b>
<i>Total</i>	<b>185</b>	<b>100</b>

Como exposto acima, o modo *indicativo* foi o mais frequente no *corpus* estudado, seguido do *subjuntivo*. Não houve ocorrências de verbos no *imperativo*. Fato contrário à pesquisa de Lopes (2012), que contou com um considerável número de verbos plenos no modo imperativo. Essas diferenças se dão em função dos gêneros avaliados. Os textos opinativos da coluna *Confronto das ideias* são produções elaboradas previamente, pensadas e repensadas, o mesmo não ocorre em uma sala de aula, em que eventos inusitados ocorrem constantemente, além de haver uma interação mais explícita e direta entre professor e aluno. O mesmo não ocorre na coluna.

Constatamos não tivemos ocorrências da modalidade deôntica no imperativo porque este modo assevera em demasia os valores deônticos, algumas vezes até foge dos efeitos de sentido deônticos. Ao interagir com o leitor, os autores buscaram atenuar a força ilocucionária na instauração da modalidade deôntica, sendo as obrigações e deveres, por vezes,

<sup>20</sup> Tabela organizada pela autora.

tão atenuados que se assemelhavam a sugestões, mas em outros momentos expressaram de fato obrigações e proibições. Essas constatações variam de acordo com o contexto em que o verbo se localiza e com o propósito comunicativo do autor. Observemos o trecho que segue:

- (16) Inexiste lei que **obrigue** alguém a pagar quantia a título de “multa” ou “taxa” por ter perdido uma comanda. (Tema 9)
- (17) Então, **devemos** pegar os maus exemplos do passado e corrigi-los no presente, de modo que possamos garantir para o futuro, uma sociedade mais igualitária (Tema 12).

Em (16) o verbo pleno *obrigar* está no modo subjuntivo. Embora o efeito de sentido do modo subjuntivo seja de incerteza, no enunciado o verbo *inexiste* que antecipa o verbo modal apresenta uma certeza no enunciador sobre a questão de não haver uma lei que obrigue alguém a pagar multa por perder a comanda. Assim, a depender das expressões linguísticas circundantes, os modos verbais, assim como o tempo podem expressar efeitos de sentido variáveis.

O modo *indicativo*, identificado na ocorrência (17) acima, como podemos perceber, dá maior expressividade ao enunciado, é utilizado para assegurar a veracidade dos fatos apresentados, mostrando-os de maneira atualizada e verdadeira aos seus leitores. O efeito de sentido no referido exemplo é o de que a obrigação instaurada é uma verdade consensual, atemporal. Se estivesse no Subjuntivo, por exemplo, “Que nós devêssemos pegar os maus exemplos (...)”, seria a expressão de uma vontade, uma expectativa. Se fosse o Imperativo, por exemplo, “Peguemos os maus exemplos (...)” seria um ato de exortação direta aos leitores. Sánchez (2007) coloca o modo indicativo como aquele indicador de fatos reais e objetivos, sendo empregado, geralmente, para expressar a ação que está situada em um lugar determinado e que ocorre no momento em que se fala da ação verbal. Vale ressaltar que o tempo presente e o modo Indicativo são não-marcados, no sentido de que são mais frequentes e menos complexos (GIVÓN, 1985). Podemos, por exemplo, utilizar o Presente para indicar Futuro.

### 5.2.2 *A modalidade deôntica e os aspectos semânticos*

Levando em consideração que o Nível Representacional lida com os aspectos formais de uma unidade linguística referente a sua designação, cremos que a semântica de uma unidade linguística é o cerne da nossa análise. Preocupamo-nos exatamente com a significação

dos termos modalizadores deônticos dentro do seu contexto de uso, no caso, da coluna *Confronto das Ideias*.

Sabendo que as categorias semânticas básicas do Nível Representacional consistem em Conteúdo proposicional, Estado-de-coisas, Propriedade e Indivíduo, fizemos uma análise quantitativa e qualitativa de algumas expressões, fazendo referência a essas categorias.

Na GDF, essas categorias semânticas representam entidades que são de diferentes ordens, como expusemos acima: entidades de terceira ordem (Conteúdos Proposicionais), entidades de segunda ordem (Estados-de-Coisas), entidades de primeira ordem (Indivíduos) e entidades de ordem zero (Propriedades). As entidades de primeira e de zero ordem pertencem à mesma camada, não se estabelece uma relação hierárquica entre elas.

Em muitos idiomas, a gramática é sensível a uma categoria semântica que é uma combinação de categorias semânticas de nível inferior: o Episódio. Episódios são combinações tematicamente coerentes de Estado-de-coisas que são caracterizados por unidade ou continuidade de Localização, Tempo e Indivíduos.

A modalidade deôntica comporta-se como um modificador, podendo ter como orientação um Participante (Orientada para o Participante) ou um Estado-de-Coisas (Orientada para o Evento), estando semanticamente relacionada aos valores deônticos (obrigação, permissão e proibição) expressos pelas expressões modalizadoras, noções de fonte e alvo deônticos.

#### 5.2.2.1 Os valores deônticos

Conforme mencionado acima, consideramos os seguintes valores modais deônticos: obrigação, proibição e permissão, de acordo com a proposta de Lyons (1977), também utilizada nas pesquisas de Lopes (2009); Menezes (2011) e Pessoa (2011). Na tabela a seguir, apresentamos os percentuais dos valores deônticos encontrados no *corpus*:

Tabela 5 - Valores deônticos na coluna Confronto das Ideias.<sup>21</sup>

<i>Valor deôntico</i>	<i>Frequência</i>	<i>Porcentagem</i>
<i>Obrigação</i>	<b>122</b>	<b>65,9</b>

<sup>21</sup> Tabela organizada pela autora.

<i>Proibição</i>	38	20,5
<i>Permissão</i>	25	13,4
<i>Total</i>	185	100

Pelo que consta acima, o valor de obrigação é instaurado 77,3% das ocorrências. Este fato se justifica em função dos autores dos textos da coluna exporem opiniões instituindo o comprometimento, ora da fonte ora do alvo, com relação às ações discutidas, uma vez que todos os textos discutem questões sociais, em que são apontados seus causadores e suas possíveis soluções, sempre responsabilizando alguém ou uma entidade. Este resultado confirma nossa hipótese inicial, tendo em vista que a ação verbal que o autor instaura sobre o leitor é movida por pressões referentes a questões sociais e que, através de expressões deônticas, como o modal *dever*, o autor chama os leitores a agirem de determinada forma. Esse mesmo resultado foi tido por Pessoa (2011), na sua tese já citada acima. Ela concluiu, no discurso midiático, o predomínio do valor de *obrigação*, em função dos temas relacionados à opinião estarem sempre em foco. A obrigação é, de fato, o valor prototipicamente associado à modalidade deôntica, e, em textos opinativos, de caráter argumentativo, a sua maior recorrência em relação aos demais valores tem sido confirmada nas pesquisas citadas. Os exemplos a seguir ilustram, nesta ordem, os valores de *obrigação*, *proibição* e *permissão*:

- (18) O Estado **deve** agir para conter a sociedade quando esta não resolve por si os seus conflitos. (Tema 5)
- (19) Suspensões anteriores não foram suficientes para atenuar a violência, que atinge seu ápice em jogos entre Fortaleza e Ceará, em sua imensa maioria fora das praças esportivas, o que demonstra que a mesma é um problema geral de segurança pública e **não se pode** creditar apenas ao futebol. (Tema 28)
- (20) É um contrassenso imaginar que o Brasil **pode** exportar talentos e não recebê-los, ter jogadores atuando nas principais ligas internacionais e técnicos dirigindo outros times e seleções, mas nenhum à frente do escrete brasileiro. (Tema 4)

O excerto (18) foi retirado do tema “O senhor (a) concorda com o projeto que destina exclusivamente todos os assentos dos coletivos em Fortaleza para mulheres, idosos e deficientes físicos?” O trecho compõe a texto de resposta afirmativa à pergunta, exposta por um vereador da cidade de Fortaleza. Como podemos observar, o modal *dever* expressa a *obrigação* do Estado em agir para conter a sociedade. Vemos que o autor instaura, ao Estado, a obrigação de intervir nos problemas da sociedade quando esta não consegue resolvê-los. Esse

comentário se deu em função do autor do texto julgar necessário esse direito ao assento preferencial às pessoas citadas, mas vê que essa lei não é respeitada por todos, devendo o Estado intervir neste problema. O valor deôntico instaurado com referência ao Estado é frequente no *corpus*, visto que as temáticas são, muitas vezes, relacionadas a uma questão social.

O exemplo (19) foi retirado do texto de resposta negativa ao tema “O Ministério Público no Ceará formalizou ação que pede a extinção de três torcidas organizadas do Estado. A eliminação das torcidas organizadas no futebol cearense contribui para o fim da violência nos estádios? ”. O autor, defensor público, defende, no excerto (18), que *não se pode* associar a segurança pública apenas ao futebol. Essa expressão deôntica determina uma *proibição* de creditar apenas ao futebol um problema geral de segurança pública. O autor faz uma crítica e uma advertência em relação a essa prática, ao mesmo tempo em que sugere uma *obrigação* de se tratar o problema como caso de polícia (com detenções, por exemplo), já que as suspensões não são suficientes. O autor nega a crença de que o problema da segurança pública é mais relacionada ao futebol. Ele expõe sua opinião de forma que indetermina o alvo, causando no leitor uma anulação com relação a quem recai o que se diz.

O recorte (20), por sua vez, compõe o texto de opinião afirmativa com relação ao tema “O (a) senhor (a) é favorável que a seleção brasileira de futebol seja dirigida por um técnico estrangeiro? ” O autor do texto é jornalista, e aponta a *permissão* referente ao Brasil poder exportar talentos, mas não ter essa mesma permissão para recebê-los. No caso, o autor deixa claro sua indignação quanto a uma permissão concedida ao Brasil frente a uma negada. Dessa forma, concorda o autor com a ideia de um técnico para a seleção brasileira estrangeira, e lamenta a não permissão do país de importar talentos.

#### 5.2.2.2 A fonte deôntica

No que se refere aos responsáveis pela instauração da modalidade deôntica, buscamos fazer uma análise da fonte baseados em Pessoa (2011), mas nos delimitamos aos tipos possíveis de encontrar no nosso *corpus*: (i) enunciador (autor), (ii) domínio comum, (iv) instituição (v) indivíduo (vi) não-especificado.

Sabendo que a fonte deôntica condiz com *quem* instaura a modalidade deôntica, não sendo obrigatoriamente o autor, posto que ele pode reportar a obrigatoriedade das ações a um indivíduo, uma instituição, a ele mesmo ou, simplesmente, não especificar quem instaura o

comprometimento deôntico. Com base nisso, expomos abaixo os resultados dos tipos de fontes deônticas encontradas no *corpus*.

Tabela 6 - Fontes deônticas na coluna Confronto das Ideias.<sup>22</sup>

<i>Fonte deôntica</i>	<i>Frequência</i>	<i>Porcentagem</i>
<i>Enunciador</i>	<b>117</b>	<b>63,2</b>
<i>Instituição</i>	<b>35</b>	<b>18,9</b>
<i>Não-especificado</i>	<b>20</b>	<b>10,8</b>
<i>Indivíduo</i>	<b>13</b>	<b>7,0</b>
<i>Total</i>	<b>185</b>	<b>100</b>

Pelo que consta na tabela acima, a fonte do tipo *enunciador* apresentou maior manifestação nas ocorrências. Isso é explicado pelo fato de, na maioria dos textos, o autor escrever em seu nome, assumindo seu ponto de vista. Este resultado confirma nossa hipótese de que a fonte deôntica mais recorrente nos textos opinativos da coluna *Confronto das Ideias* seria o *enunciador*. Este resultado coincide com os resultados da pesquisa de Pessoa (2011) no discurso midiático, por exemplo, que aponta a fonte *enunciador* como mais frequente. Nossa justificativa se baseia no fato dos autores utilizarem frequentemente expressões que marcam a sua presença no discurso, realçando que o que está em foco é o seu ponto de vista. A primeira pessoa do plural e adjetivos em função predicativa, além de sintagmas bastante argumentativos indiciam a fonte do tipo *enunciador*, como mostra os excertos abaixo:

- (21) Agora, **precisamos** reconstruir tudo. E o vetor de mudança começa pela mentalidade de quem ocupar o cargo de Felipão. Não é que falem profissionais competentes no País - tampouco sobram. Técnico estrangeiro não é garantia de bons resultados, mas é preciso dessacralizar o Brasil, a seleção e o futebol. (Tema 4)
- (22) Enquanto empresa produtora de bens, **preciso** falar com todos os meus públicos, quem compra, quem usa, quem influencia. (Tema 10)

O trecho (20) foi retirado do mesmo tema do exemplo (19), sendo o mesmo autor respondendo o questionamento de forma positiva, como exposto na seção anterior. A fonte presente no referido exemplo é do tipo *enunciador* é manifestada pelo verbo *precisamos*, flexionado em primeira pessoa do plural, em que o enunciador defende a necessidade de reconstruir a seleção brasileira, com base na escolha do novo técnico. Esse tipo de sintagma é

<sup>22</sup> Tabela organizada pela autora.

comum no *corpus*, e atenua o sentido de obrigatoriedade no discurso do autor. Ao instaurar um determinado valor deôntico, incorporando-se no alvo, o autor suaviza o elemento de vontade em convencer e atribui o comprometimento da ação a ele próprio. O leitor recebe uma ordem, entendendo-a como uma sugestão e, muitas vezes, como uma informação, sem fins alienantes, isso porque, muitas vezes, quando a fonte manifestada é a do tipo enunciador, o alvo manifestado é o do tipo domínio comum. Sobre isso, abordaremos na próxima seção.

Em continuação, o excerto (21) faz parte do texto de um professor de publicidade e propaganda de uma Universidade privada, que responde de forma negativa ao tema “A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República baixou resolução proibindo a veiculação de propaganda comercial tendo como público alvo crianças. O senhor (a) concorda com a medida? ”. No excerto, temos um exemplo da fonte *instituição*, que se sobressaiu com relação à *não-especificado* e à *indivíduo*. O autor reporta o valor deôntico, muitas vezes, a uma autoridade política ou mesmo a uma instituição propriamente dita, mas a maioria delas é o Estado. Em (21), percebemos que o autor escreve não em seu nome, mas em nome da sua empresa, embora o verbo esteja flexionado em primeira pessoa do singular. A expressão “Enquanto empresa produtora de bens” mostra a representatividade que o autor faz com relação à empresa que ele representa. A necessidade exposta pelo verbo modal *preciso* reporta o valor deôntico à empresa e não ao enunciador.

Acreditamos que isso é justificado pelo fato de o posicionamento explícito do autor não surtir o mesmo efeito no leitor se comparado ao manifestado por uma instituição ou entidade. Ao reportar o valor deôntico, seja de obrigação, permissão ou proibição como instituída por uma instituição, o autor instaura, de forma mais diluída e menos comprometedora, tais valores.

Como terceira fonte mais recorrente, temos a do tipo *não-especificado*. Muitas vezes essa fonte aparece com a partícula de indeterminação do sujeito *-se*, que, em muitos contextos, anula marcas enunciativas. O autor deixa o entendimento de que aquele não é, de fato, um posicionamento seu, e o seu argumento se mostra mais objetivo, isentando-o de julgamentos prévios. As informações expostas comportam-se como verdades universais e passa a ressoar de forma prática, sem o envolvimento aparente de quem escreve. Vejamos o excerto:

- (23) **Considera-se** ainda o alcance subjetivo e objetivo da proteção a cargo da Guarda Municipal a qual *deve* cobrir tudo e todos que gravitam em torno dos “bens, serviços e instalações” do município. (Tema 2)

O trecho acima foi retirado do texto afirmativo ao questionamento “O Senado aprovou proposta que concede poder de polícia às guardas municipais. O senhor é a favor da lei que autoriza o uso de armas pelas guardas municipais? ”. O autor do texto, que é guarda municipal, responde afirmativamente à pergunta e expõe no trecho em destaque que a guarda municipal deve proteger e zela pelo município. No excerto acima, percebemos que a partícula –se utilizada no verbo de crença ou opinião *considerar*, indetermina a fonte, por isso ela é classificada como *não-especificada*. Assim, o posicionamento de que é dever da Guarda Municipal cobrir tudo e todos referente ao município não se mostra como uma opinião do autor, mas como algo estipulado por entidades superiores, tornando a informação mais objetiva, distanciando-se um pouco do caráter opinativo e se aproximando do caráter informativo. Vale ressaltar que a fonte de tipo *não-especificada* é mais utilizada quando o tema envolve assuntos polêmicos, como desvios de verbas públicas, violência, problemas sociais que envolvem ações políticas, dentre outros.

### 5.2.2.3 O alvo deôntico

Partindo do pressuposto de que o alvo condiz com sobre em *quem* recai o valor deôntico, procuramos verificar a recorrência da tipologia do alvo baseados em Pessoa (2011), mas limitados aos alvos possíveis de encontrar em nosso *corpus*.

No que se refere ao alvo deôntico, vale salientar que o autor, ao escrever seu texto, procura fazê-lo pensando em determinados elementos comunicativos que possam interferir no seu sentido, pois, tendo em vista a sua intenção comunicativa, ele constrói e instaura a modalidade deôntica com base, também e principalmente, no conhecimento que têm de seus potenciais leitores. Vejamos a frequência dos tipos de alvo no *corpus* estudado:

Tabela 7 - Alvos deônticos na coluna Confronto das Ideias.<sup>23</sup>

<i>Alvo deôntico</i>	<i>Frequência</i>	<i>Porcentagem</i>
<i>Domínio comum</i>	<b>91</b>	<b>49,2</b>
<i>Não-especificado</i>	<b>59</b>	<b>31,9</b>
<i>Instituição</i>	<b>24</b>	<b>13,9</b>
<i>Indivíduo</i>	<b>8</b>	<b>4,3</b>
<i>Enunciador</i>	<b>3</b>	<b>1,6</b>
<i>Total</i>	<b>185</b>	<b>100</b>

<sup>23</sup> Tabela organizada pela autora.

Com base na tabela gerada acima, o alvo que se mostrou mais recorrente no *corpus* foi o *domínio comum*, que, segundo Pessoa (2011), é o tipo de alvo identificado quando o enunciador se insere no público a quem o valor deôntico recai. Esse resultado foi diferente do que teve Menezes (2006) ao analisar a modalidade deôntica em discursos políticos. A linguista constatou que o alvo mais recorrente desses discursos era o não especificado. Apontou também que os enunciadores parecem se afastar do alvo, não se inserindo nele. Abaixo, exemplificamos com um recorte do *corpus* os dois tipos de alvos mais recorrentes:

- (24) **Precisamos**, no Brasil, atacar a origem do mal, investir nas operações de polícia científica e de prevenção. (Tema 2)

O tema do qual retiramos o fragmento acima é o mesmo do exemplo (22) e o autor também é o mesmo. Percebemos que o alvo a quem recai o valor deôntico de obrigação é o próprio enunciador e os demais brasileiros. Assim, o autor se insere também como alvo, e o valor deôntico recai sobre todos, inclusive na fonte enunciativa.

O alvo *instituição* também teve considerável recorrência. Vale ressaltar que a instituição a quem a fonte direciona-se frequentemente é o Estado. Vejamos o excerto abaixo:

- (25) O **Estado** deve agir para conter a sociedade quando esta não resolve por si os seus conflitos. (Tema 5)

O trecho acima compõe o mesmo tema do excerto (17), aliás, é o mesmo exemplo. Vemos que o autor reporta o valor deôntico ao Estado por meio de uma fonte enunciativa, nesse contexto. O Estado, assim, comporta-se como uma instituição, tendo em vista que se mostra como uma que ajuda no funcionamento da sociedade, sendo sua obrigação tudo o que condiga com problemas referentes aos direitos dos cidadãos. Vejamos os trechos abaixo:

- (26) No caso da criança, é a usuária, porém não decisória, função que **cabe** aos responsáveis (Tema 10)
- (27) No Brasil é proibida rinha de galo, de canário, de cães. E rinha humana **pode**? As regras do MMA não garantem a integridade do praticante e por isso não **pode** ser esporte. (Tema 20)

Em (26) temos recorte do mesmo tema do exemplo (21). A ilocução declarativa manifesta a ação deôntica por meio do verbo pleno *caber*, recaindo a obrigação deôntica sobre

os responsáveis pela criança, configurando-se o tipo de alvo *indivíduo*, em que o valor deôntico é direcionado a determinado (s) sujeito (s).

No que diz respeito ao trecho (27), composto por uma ilocução interrogativa, que gera uma reação no leitor e no próprio autor, e outra declarativa, resposta dessa reação, o tipo de alvo nesse excerto nos parece ter sido o próprio *enunciador*, posto que ele lança uma interrogação em que o mesmo responde, estabelecendo assim uma interação pretendida com leitor, mas que se realiza com o próprio enunciador.

Nossas hipóteses não foram confirmadas, pois acreditávamos que o tipo de alvo não especificado seria mais recorrente, assim como no estudo de Pessoa (2011). No entanto, todos os comandos deônticos instaurados caem também sobre a fonte, fato marcado pelo frequente uso da primeira pessoa do plural. Constatamos que, devido à argumentatividade dos autores está aguçada e em função da coluna *Confronto das Ideias* colidir opiniões sobre um mesmo assunto, os autores tentam evitar expressões em que se exponham individualmente, e demonstram constantemente o seu posicionamento, mas o fazem em primeira pessoa do plural, na maioria das vezes, fazendo o leitor entender que o assunto debatido é de interesse e responsabilidade de todos. Em expressões como “Não podemos suportar essa situação”, o autor direciona a proibição aos leitores, e se inclui no que diz. Ao mesmo tempo que instaura a proibição, coloca-se também como alvo e não somente como uma fonte que almeja que suas ideias sejam aceitas, em detrimento de outras.

Vale ressaltar que, durante todos os comentários, referimo-nos exclusivamente à modalidade deôntica, no entanto houve vários momentos em que, na busca de modalizadores deônticos, encontramos-nos com dúvidas acerca da modalidade dominante no enunciado. Vejamos os excertos abaixo para fins de ilustração:

- (28) *Acredito* que essa legislação **poderia** contemplar mediação entre o que é conter a manifestação e o que é exacerbar a expressão das ruas, que **pode** - e **deve** - ser ordeira e legítima. (Tema 18)

Em (28), encontram-se em destaque as expressões *poderia*, *pode* e *deve*. Também em destaque está o termo *acredito*. Essa última expressão, por indicar a crença e o conhecimento do enunciador, modaliza epistemicamente o enunciado e compromete o autor com um conteúdo, também modalizado, que apresenta como possível que a legislação contemple mediação. O verbo *acreditar* assevera a modalidade epistêmica manifestada pelo verbo *poder*, que aparece em seguida. A forma de expressão *poderia* expressa a possibilidade de a manifestação e a expressão das ruas serem ordeiras e legítimas. A expressão *pode* se coloca numa linha tênue entre modalizador epistêmico e deôntico, a depender do olhar do leitor. Essa

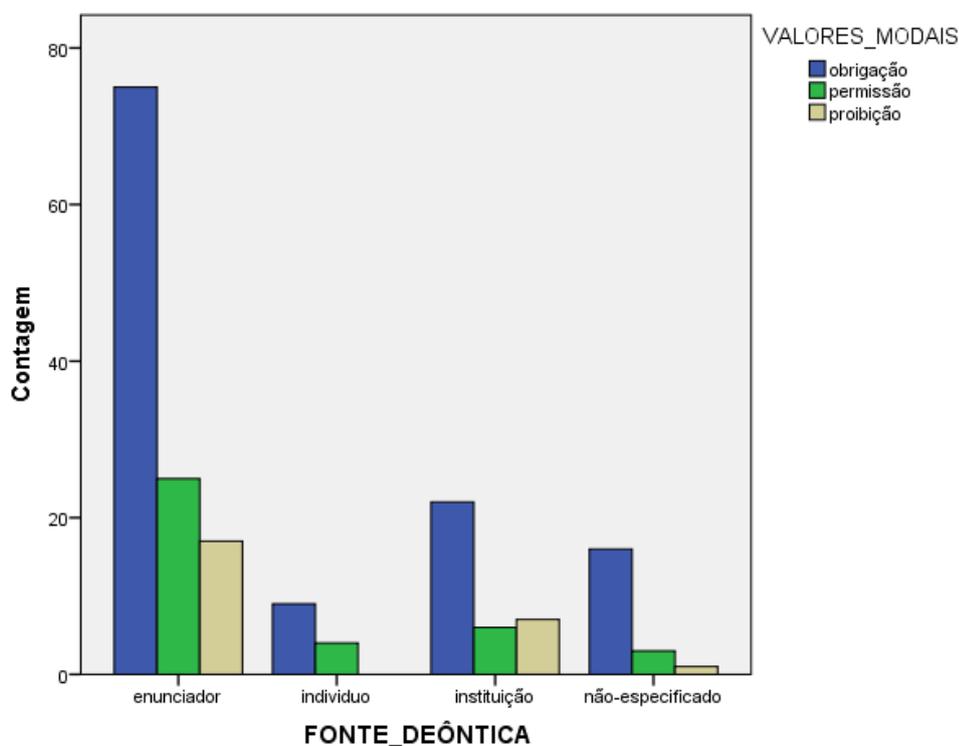
expressão pode indicar a possibilidade de a manifestação e a expressão das ruas serem ordeira e legítima, assim como a permissão em sê-la. O modal *dever* também se configura em um caso duvidoso, transparecendo uma obrigação em ser ordeira e legítima ou a posição do enunciador, que crê nessa legitimidade e organizado.

O que diferencia as duas modalidades é a posição do autor em seus argumentos. Ao indicar a possibilidade de um Estado-de-Coisas, com base no conhecimento do autor, configura-se a modalização epistêmica, que também pode ser manifestada através dos verbos modais *poder e dever*. A modalidade deôntica, por sua vez, como vimos no decorrer da discussão, manifesta um posicionamento do autor, que atribui a si, e/ou a outros, valores de obrigação.

### 5.2.3 Cruzamento dos aspectos morfossintáticos e semânticos

Analisamos a relação que a fonte deôntica pode ter com a instauração dos valores deônticos. Como supúnhamos, e podemos ver no gráfico abaixo a relação entre a fonte deontica e os valores modais.

Figura 4 – Fonte Deôntica x Valores Modais



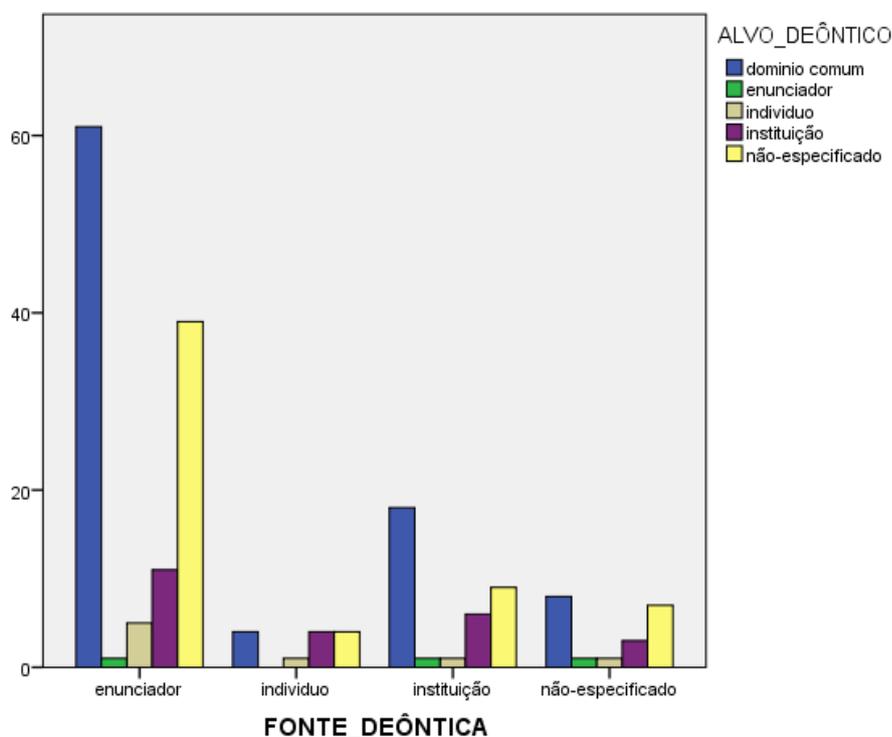
Podemos concluir que a fonte do tipo enunciador manifestou mais frequentemente o valor de obrigação, seguido de permissão e, por último, proibição. O valor de permissão foi emitido com frequência por uma fonte do tipo *enunciador*. A segunda fonte que mais instaurou

o valor de obrigação foi a fonte do tipo *instituição*. O que nos parece claro é que as fontes que mais tentaram agir sobre os leitores de forma a convencer-lhes, induzindo-os a um dever com base em preceitos de condutas sócias foram de fato o *enunciador* e a *instituição*. Como a fonte *instituição* é fortemente marcada pelo Estado ou por empresas relacionadas fica mais fácil instaurar a modalidade deôntica no leitor. O enunciador também o faz, mas pudemos ver que são raras as vezes em que o enunciador se manifesta em primeira pessoa do singular. Ele se manifesta frequentemente na primeira pessoa do plural, isso nos parece um meio de camuflar a opinião sua opinião.

A fonte do tipo *não especificado* foi a que menos instaurou o valor de obrigação da modalidade deôntica, e menos ainda o valor de proibição. Sem marca de fonte torna-se mais difícil interagir com o leitor de forma a agir sobre ele, por isso essa pouca recorrência.

A fonte do tipo *enunciador* manifesta a modalidade deôntica de forma a recair frequentemente no alvo do tipo *domínio comum*, como exposto no gráfico abaixo:

Figura 5 – Fonte Deôntica x Alvo Deôntico



Na coluna *Confronto das ideias*, o autor usa em diversos momentos a primeira pessoa do plural, marcando a fonte como enunciativa e o alvo domínio comum, aquele que o próprio enunciativo se insere. Isso mostrou que mesmo a coluna sendo de caráter crítico,

polêmico e argumentativo, o autor receia em colocar-se no discurso. Esse receio parece ser para evitar expor a sua imagem, embora ele assine pelo que defende. Devido os textos levarem os nomes de seus autores, parece-nos que os mesmos manifestam suas opiniões de forma mais sutil, em que a obrigação e proibição instauradas variaram de sentido dentro da noção de obrigação, pois como defende Lopes (2012), um sentido deôntico diverge do outro cada vez que varia a opção pelo meio linguístico, podendo variar, inclusive, com a utilização do mesmo meio de expressão.

Por fim, as escolhas enunciativas geraram construções argumentativas com base em uma ‘autoridade’ do enunciador, que organiza expressões para que sua intenção chegue ao leitor de forma satisfatória.

### 5.3 Síntese conclusiva

O presente capítulo trata, inicialmente, dos procedimentos metodológicos para a análise da modalidade deôntica na coluna *Confronto das Ideias*. Nesta parte, explicamos que os textos que analisamos são textos de caráter opinativo, em que o jornal disponibiliza uma questão social polêmica, e convida dois profissionais para opinarem sobre o assunto. Cada tema possui dois posicionamentos, um a favor do assunto e outro contra.

Citamos que fizemos análise de 30 temas distintos, distribuídos entre os anos de 2013 e 2014. Expomos ainda nossas categorias de análise. Algumas quantitativas e outras qualitativas. Para a realização da análise quantitativa utilizamos o SPSS. Informamos nesse capítulo que nossa pesquisa é indutiva, posto que, ao iniciar a pesquisa, estivemos providos de expectativas referentes a possível regularidade de expressões investigadas. Neste capítulo, discutimos algumas ideias referentes aos aspectos morfossintáticos, semânticos e pragmáticos. Constatamos que o meio de expressão que mais manifestou a modalidade deôntica foi o *verbo auxiliar*, manifestado pelos verbos *dever*, *poder* e *precisar*. O segundo meio de expressão da modalidade deôntica mais frequente foi o verbo pleno, seguido do *adjetivo em função predicativa, substantivo, adjetivo e advérbio*, em pouca recorrência. O tempo predominante foi o *Presente*, visto que os autores tentam transpor suas ideias de forma atualizada e atemporal aos leitores. O modo recorrente foi o *Indicativo* pelo fato deste dá maior expressividade ao enunciado, sendo utilizado, juntamente com o tempo *Presente*, para assegurar a veracidade dos

fatos apresentados, mostrando-os de maneira atualizada, verdadeira e atemporal aos seus leitores.

Com relação aos aspectos semânticos, constatamos que a fonte deôntica de maior recorrência foi a *enunciador*. Isso porque, em muitos dos textos constitutivos do *corpus*, o autor não omite nem reporta os valores deônticos, mas assume a autoria do que diz sobre os assuntos discutidos. O alvo de maior frequência foi o tipo *domínio comum*, pois ao instaurar a modalidade deôntica o autor expõe suas ideias na primeira pessoa do plural, em que ao mesmo tempo que defende seu ponto de vista, insere a comunidade nele, como se sua opinião já fosse compartilhada pelos leitores.

Discutimos, também, de forma sucinta, a incidência do cruzamento entre os valores deônticos e a fonte deôntica, assim como a fonte deôntica e o alvo. Identificamos que a fonte do tipo *enunciador* manifesta predominantemente os valores de *obrigação* da modalidade deôntica. Constatamos também que a maior parte do *corpus* a fonte *enunciador* instaura uma obrigação sobre um alvo do tipo *domínio comum*.

## 6 CONCLUSÃO

Partindo da teoria Funcionalista da linguagem, que permite entender como as formas linguísticas se relacionam a seus significados, a partir do contexto comunicativo em que se inserem, procuramos entender como as expressões linguísticas da modalidade deôntica se comportam na construção de argumentos formulados por autores da coluna *Confronto das Ideias* do jornal O povo.

Como exposto no corpo do trabalho, realizamos a análise com base em 30 temas polêmicos relativos à cidade de Fortaleza, ao Estado do Ceará e ao Brasil. Sobre cada um dos temas, o jornal faz uma pergunta que é respondida em dois textos com pontos de vista contrários. Assim, analisamos, nestes textos, os meios de expressão da modalidade deôntica, os valores instaurados, o tipo de fonte e alvo mais recorrente, o tempo e modo verbal que mais apareciam os modais deônticos e a influência de outras modalidades sobre a modalidade deôntica no mesmo contexto.

Formulamos a hipótese de que a modalidade deôntica seria, sim, uma estratégia comunicativa frequentemente utilizada pelos autores da coluna *Confronto das Ideias* para expressar suas ideias aos leitores, a fim de que estes adiram a uma opinião em detrimento de outra. Hipotetizamos também que as formas de expressão mais constantes seriam os verbos “dever” e “poder”, e ainda que a fonte do tipo enunciador seria a mais frequente.

Dessa forma, com base na concepção de que a modalidade deôntica modifica conteúdos e intenções do leitor/ouvinte, percebemos que a coluna *Confronto das Ideias* mostrou-se como um gênero em que seus autores se utilizam fortemente da modalidade deôntica como recurso argumentativo a fim de organizar e levar ao leitor, de forma eficiente, suas ideias e conteúdos, de forma a fazer-se acreditar pelo leitor. Constatamos que o verbo auxiliar foi a expressão mais frequente do *corpus*, manifestado pelos verbos *dever* e *poder*, mas este polarizado negativamente. Na maioria dos casos em que o verbo “poder” apareceu na polaridade positiva foi manifestando a modalidade epistêmica, indicando possibilidade, e não instaurando permissão, valor deôntico atribuído, muitas vezes, a este modal.

Ainda com relação aos aspectos morfossintáticos, o tempo verbal de maior destaque foi o *presente*, atrelado ao modo *indicativo*. Cremos que este fato se dá porque os autores objetivam passar as informações que embasam suas opiniões de forma atualizada, contundente, pontual e atemporal, uma vez que, dentro de determinado período, essas informações sejam vistas como verdadeiras, impactante e atuais o máximo possível. Verificamos, com isso, que a

modalidade deôntica, por embasar-se no meio pelo qual o autor constrói o enunciado a fim de convencer o seu leitor, procura por meio dessas categorias verbais (modo e tempo) assegurar a veracidade dos fatos apresentados, mostrando-os de maneira atualizada, enfática e atemporal aos seus leitores. Vale ressaltar que observamos poucas ocorrências do modo *subjuntivo*, em função deste não expressar a realidade dos fatos, transparecendo, assim, incerteza ou baixa convicção a respeito deles.

Quanto aos aspectos semânticos analisados, detectamos que o valor mais frequente foi de *obrigação*, seguido pelo valor de *proibição*. Este último nos surpreendeu, visto que esperávamos o valor de *permissão*, pois os textos são opinativos e há um certo cuidado por parte do autor em expressar-se em gêneros desse caráter. Percebemos, no entanto, que os autores mostraram firmeza e assertividade nas suas colocações, embora demonstrem sutileza em muitos contextos. As expressões *devemos* e *não pode* foram bastante frequentes, o que nos leva a pensar que os autores possuem propriedade e expressividade ao escrever, passando segurança no que afirmam. A fonte deôntica, outro aspecto sobre o qual empreendemos análise, confirmou nossa hipótese, ou seja, a fonte do tipo *enunciador* foi a mais recorrente. Os autores expõem suas ideias indiciando sua autoria, mostrando que a opinião expressa é realmente sua, havendo poucas marcas de anulação do enunciador nos textos. É interessante expor também que o alvo deôntico que mais apareceu foi o *domínio comum*, em que o enunciador se insere na sociedade-alvo para o qual está expresso o valor deôntico. Ao passo que os autores defendiam suas ideias e se reportavam aos leitores para a busca de seus direitos, eles se colocavam como alvo, recorrendo, muitas vezes, ao uso da primeira pessoa do plural. Tal atitude atenua o valor deôntico e deixa o texto um pouco mais sutil.

Cruzamos a fonte deôntica com os valores modais e concluímos que a fonte do tipo *enunciador* é a que mais manifesta o valor de *obrigação*, confirmando que o enunciador toma posicionamentos claros e precisos frente ao tema discutido, reportando aos leitores a noção de dever. Percebemos também que, quando a fonte deôntica é do tipo *enunciador*, o alvo mais recorrente é o *domínio comum*, ou seja, os autores utilizam frequentemente verbos na primeira pessoa do plural, em que a obrigatoriedade de ações sociais é instaurada a toda a comunidade, inclusive ao enunciador. Notamos também que, em alguns contextos, há indícios da modalidade epistêmica colidindo ou competindo com a modalidade deôntica. Essas expressões, como o verbo *poder*, amenizam a obrigatoriedade imposta por outras expressões, como o verbo *dever*.

Constatamos, com essa análise, que a modalidade deôntica é um importante recurso argumentativo utilizado em colunas jornalísticas, com base na análise feita em amostras de

textos da coluna *Confronto das Ideias* do jornal O povo. Percebemos, assim, que muitas expressões, tais como verbos, adjetivos, substantivos e advérbios são ótimas opções lexicais para se expressar ideias, vontades, intenções e ações. Vale ressaltar, que as expressões não sobrevivem nem expressam ideias de forma autônoma, neutra, mas atreladas a elas está um conjunto de marcas linguísticas que auxiliam e constroem os múltiplos efeitos de sentido, dentre eles os sentidos deônticos, como pudemos conferir.

Vimos que a coluna é um gênero em que identificamos o uso frequente de diferentes tipos de modalizadores deônticos, mas, como pudemos ver em outros estudos, a presença de um modalizador ou de outro, ou seja, de uma expressão ou de outra, assim como os valores, depende de vários fatores contextuais, dentre eles, o gênero, a intensidade de expressão do autor, o meio social no qual são produzidos os enunciados, o perfil dos destinatários, o assunto discutido, a modalidade de apresentação do texto (oral ou escrito), o perfil dos enunciadores e da coluna e a forma como o gênero é estruturado. Dessa forma, a modalidade deôntica não é um recurso utilizado aleatoriamente, mas a depender de determinados fatores. Esses fatores citados podem ser variáveis de futuros trabalhos, pois, analisados separadamente, podem incorrer em novos resultados. Neste trabalho, separamos algumas categorias de análise por questões de objetividade. Mas observar outras variáveis pode surpreender e trazer resultados inusitados. Analisar colunas de diferentes jornais também pode surpreender, assim como contrastar a coluna com outro gênero, de natureza escrita ou oral.

Dessa forma, acreditamos que as expressões da modalidade deôntica se manifestam de acordo com a necessidade do autor/enunciador de posicionar-se em determinado contexto comunicativo. Nesse caso, supomos que, se o objetivo da coluna jornalística não fosse interagir com o ouvinte/leitor nem atuar sobre ele, não haveria por que utilizar a modalidade deôntica. No entanto, a coluna *Confronto das Ideias* é um dos meios pelos quais diversos autores, de profissões habituais da cidade de Fortaleza, comunicam-se com os leitores sobre problemas recorrentes na cidade, no estado e no país, problemas estes que envolvem as autoridades políticas, assim como a mobilização da população. Faz-se necessária, assim, a utilização de estratégias argumentativas que auxiliem os autores na construção e disseminação das suas ideias, estejam eles respondendo afirmativa ou negativamente a uma indagação feita pelo jornal. A modalidade deôntica se mostrou como uma estratégia que os autores da coluna *Confronto das Ideias* utilizam para interagir, ampliar, modificar ou até substituir informações dos leitores, por isso se encaixa adequadamente, nas propostas funcionalistas, como objeto de descrição e análise linguística.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. de. **A categoria modalidade**. Ponta Grossa: Uniletras, 1988.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37.ed., rev., ampl. e atual. conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 2009. 671p
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo, SP: Contexto, 2010. 768 p.
- CORACINI, M. J. **Um fazer persuasivo: o discurso subjetivo da ciência**. São Paulo: Educ. Pontes, 1991.
- COMPARINI, A. M. P. **A modalização deôntica no discurso jurídico**. 002.101f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos – Área de concentração: Análise Linguística). Unesp. São José do Rio Preto, 1991.
- O povo. **Confronto das ideias**. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/jornaldehoje/opiniao/confrontodasideias/>> Data de acesso: 10/03/2015
- DIK, Simon. C. **The theory of functional Grammar**. Foris Publications. Dordrecht-Holland/Providence RI – USA. 1989.
- \_\_\_\_\_. **The Theory of Funcional Grammar**. Ed by Hengeveld (Kess) Berlin/ New York : Mouton de Gruyter, vol. 1. 1997.
- FERREIRA, Armando M. **SPSS – Manual de Utilização**. Escola Superior Agrária de Castelo Branco. 1999.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas: 2002.
- GIVÓN, T. **Functionalism and grammar**. Amsterdam: John Benjamins, 1995.
- GIVÓN, Talmy. **Syntax. An introduction**. Jonh Benjamins. Amsterdam/Philadelphia, v.1. 2001.
- HALLIDAY, M. A. K. **An indroction to funcional grammar**. London: Edward Arnold Publishers, 1985.
- \_\_\_\_\_. **An Introduction to Functional Grammar**. Baltimore: Edward Arnold, 2004.
- HENGEVELD, Kess. **Illocution, mood and modality in a functional grammar of Spanish**. In: Journal of Semantics, v. 6, p. 227-269. 1988.
- \_\_\_\_\_. **The architecture of a Functional Discourse Grammar**. In: MACKENZIE, J. L.; GÓMEZ -GONZÁLEZ, M. Á. (Eds.) A new architecture for Functional Grammar. Berlin: Mouton de Gruyter Amsterdam, p. 1-21. 2004.
- \_\_\_\_\_; MACKENZIE, J. L. **Functional Discourse Grammar: a typologically-based theory of language structure**. Oxford University Press, 2008.

HYMES, D. H. (1971). On communicative competence. In J. Pride and J. Holmes (Eds.), *Sociolinguistics*. Penguin, 1972. (Excerpt from the paper published 1971, Philadelphia, University of Pennsylvania Press.)

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Argumentação e linguagem**. 3. ed. São Paulo, SP: Cortez, 1993. 240p

\_\_\_\_\_. **Linguagem e Argumentação**. A inter-ação pela linguagem. 3ª. Ed. São Paulo: Contexto, 1997.

\_\_\_\_\_. **Argumentação e linguagem**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LAKATOS, E. M. e MARCONI, de A. **Metodologia do trabalho científico**. 4ª ed., São Paulo: Atlas, 1992.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3ª ed. São Paulo: Atlas S.A, 2003.

LYONS, J.. Modality. *In: Semantics*. v.2. Cambridge, Cambridge University Press, p. 787-849. 1977.

\_\_\_\_\_. **Language and Linguistics: An Introduction**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981 p 166.

\_\_\_\_\_. **Linguagem e linguística: uma introdução**. Tradução: Marilda Winkler Averburg, Clarisse Sieckenius de Souza. Rio de Janeiro: LTC, 2009

LOPES, M. F. V. **A modalidade deôntica na aula de inglês ministrada em português**. Fortaleza, CE, 2009. 263f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza - CE, 2009.

\_\_\_\_\_, M. F. V. **Gramática de significados**. Fortaleza, CE: Edições UFC, 2012. 182 p. (Coleção de Estudos Pós-Graduação)

MARTINET, André. **Elementos de Linguística General**. Traducción del francés por Julio Calonge Ruiz. Madrid: Gredos, 1968.

MENEZES, Léia Cruz de. **A modalidade deôntica na construção da persuasão em discursos políticos [manuscrito]**. 2006. 187f. Dissertação (Mestrado) em Linguística. Universidade Federal do Ceará, 2006. Léia Cruz de Menezes; Márcia Teixeira Nogueira (orientador).

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Christina. **Introdução à Linguística: fundamentos epistemológicos**. São Paulo: Cortez, Volume 3. 5º ed. 2011.

NAGAMURA, G. H. O tratamento da subjetividade na Gramática Discursivo-Funcional. **Revista do SELL**, v. 4, nº 1, ISSN: 1983-3873

NEVES, M. H. de M. A modalidade. *In: KOCH, I.G.V. (org.). Gramática do português falado*. Campinas: Editora da UNICAMP – FAPESP, p. 163-199.1996.

\_\_\_\_\_, M. H. de M. **A gramática funcional**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1997. 160p.

\_\_\_\_\_, M. H. de M. **Texto e gramática**. São Paulo, SP: Contexto, 2011. 334 p. ISBN 9788572443319 (broch.)

NICHOLS, J. Functional Theories of Grammar. **Annual Review of Anthropology**, v. 13, 1984.

- NOGUEIRA, Márcia Teixeira; LOPES, Maria Fabiola Vasconcelos. **Modo e modalidade**: gramática, discurso e interação. Fortaleza, CE: Edições UFC, 2011. 328 p.
- PALMER, F. R. **Mood and Modality**. Cambridge: Cambridge University Press, p 96, 1986.
- PALMER, F. Negation and the modals of possibility and necessity. In: BYBEE, J.; FLEISCHMAN, S. (Eds.) **Modality in grammar and discourse**, Philadelphia: John Benjamins Publishing, p 1995.
- PARRET, Herman. Enunciação e Pragmática. Tradução: Eni P. Orlandi; Marco A. Escobar; Maria A. Babo; Paulo Otoni; Raquel S. Fiard e Rodolfo Ilari. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.
- PESSOA, Nadja Paulino; NOGUEIRA, Márcia Teixeira. **Modalidade deôntica e discurso midiático**: uma análise baseada na gramática discursivo-funcional. 2010. 221f. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza- CE, 2011.
- PEZATTI, Erotilde G. **O Funcionalismo em Linguística**. Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos. (Org. MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina). São Paulo: Cortez, 2011. 2v.
- SCHLEE, M. B. O finito e a modalidade em editoriais de jornal. **33rd ISFC**. UERJ, 2006.
- SEARLE, J. R. **Os actos de fala**. Um ensaio de Filosofia da Linguagem. Coordenação de tradução: VOGT, Carlos. Coimbra: Livraria Almeida, 1981.
- \_\_\_\_\_, J. R. **Speech acts**: an essay in the philosophy of language. Cambridge: Cambridge University Press, 1969.
- SAINT-PIERRE, L. (1991), Effets de l'enseignement de stratégies cognitives et métacognitives sur les méthodes de travail des élèves faibles en mathématiques au collégial, Essai de maîtrise, Faculté d'éducation, Université de Sherbrooke
- SOUZA, E. R. **Funcionalismo Linguístico**: novas tendências teóricas. Editora Contexto, 2012.
- SWALES, J. M. **Genre analysis**: English in academic and researching settings. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- SWEETSER, E. E. **From etymology to pragmatics**. New York: Cambridge University Press, 1990.
- VERSTRAETE, J. C. The problem of subjective modality in the Functional Grammar model. In: GÓMES GONZÁLES, M. A.; MACKENZIE, J. L. (eds.). **A new architecture for functional grammar**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004.

# **ANEXO**

*Corpus*

TEMA 1

## CONFRONTO DAS IDEIAS: GREVE DOS PROFESSORES DE FORTALEZA 01/08/2014

Os professores da rede pública de Fortaleza entram em greve hoje. Os motivos alegados para a paralisação são justificáveis?

**SIM** - Sou do tempo em que a escola pública conseguia cumprir o eu papel de orientar e fornecer educação, cidadania e qualidade de vida para os filhos das classes menos favorecidas. O tempo passou a escola mudou e se não fosse a luta dos movimentos sindicais não teríamos nunca chegado à escola que hoje temos e lutamos. Mas o que seria dessa escola se não tivéssemos levantado a bandeira do piso, ido às ruas e lutado para que o mesmo existisse, mesmo com a descrença de muitos de nossos companheiros? Nossos professores, infelizmente não têm acesso a alimentação de qualidade, pois com um vale alimentação de R\$ 7,50, não terão nunca a tranquilidade de se alimentar em restaurante digno. Vivemos hoje a mercê de uma juventude cada dia mais dispersa e endividada com o mundo das drogas, juventude essa que foi retirada de maneira abrupta das imediações de suas casas e dos convívios de sua comunidade e transferidas para as escolas polo, quando da reestruturação das Ejas. Nos discursos que hoje são travados no limiar do momento político que se inicia, percebemos a “valorização que é dada ao professor e à escola pública”, mas sabemos que essa é uma conversa jogada ao vento, pois a escola de qualidade passa pelo concurso público, o que hoje não acontece com o modismo da contratação temporária, pela valorização do professor e pela aplicação daquilo que na luta foi conquistado. A lei 11738/08 deve ser obedecida e o professor tem que ter o seu direito de planejar e elaborar uma aula de melhor qualidade para o seu aluno. O poeta Beto Guedes na canção “O sal da terra”, nos fala do chão da casa que tem que ser arrumado. Parafraseando, dizemos que o chão da escola também o tem que ser, pois somente assim poderemos esperar ou predizer vida melhor para aqueles que dela precisam e que serão os construtores do futuro do país.

*"Vivemos hoje a mercê de uma juventude cada dia mais dispersa e endividada com o mundo das drogas"*

**Marcos Fábio**, Professor

**NÃO** - Foi com surpresa que a Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza (SME) viu a decisão do Sindiute. Havia negociação em curso, com reuniões que tiveram a participação do prefeito Roberto Cláudio. O anúncio é surpreendente porque rompe canal de negociação que tem marcado as relações entre sindicato e Prefeitura. Ontem, inclusive, a SME compareceu à audiência de mediação no Ministério Público Estadual para, mais uma vez, tentar negociar com os professores, que faltaram. Sabemos de demandas históricas que, ao longo do tempo, foram songadas, mas é preciso repassar ao conjunto dos educadores informações sobre as propostas da gestão, para evitar que se imponha uma realidade distorcida. Nunca pensamos

em suprimir qualquer direito dos professores, como tentam disseminar. Muito pelo contrário. No curso das negociações, a SME apresentou seis propostas às reivindicações, dentre as quais, o pagamento de dois anuênios, em 2014, sendo o primeiro em agosto e o segundo em novembro. Também foi proposta substituição do vale-refeição pelo Auxílio de Dedicção Exclusiva, no valor de R\$ 10. A SME assegura o cronograma de implantação do 1/3 da carga horária da educação infantil para planejamento, já implantado no Ensino Fundamental, além de enviar à Câmara mensagem contemplando o Projeto de Lei do Dificil Acesso que garante a ampliação a número maior de professores. A postura da atual gestão vem resultando em ganhos para a categoria. Entre abril de 2013 e julho de 2014, foram repassados R\$ 34,3 milhões, referente a licenças-prêmio transformadas em pecúnia, reconhecimento de dívidas, progressão por tempo de serviço por qualificação e promoção por titulação. Em vista disso, a Prefeitura apela no sentido de evitar a interrupção das aulas e de voltar à mesa de negociação, espaço que a PMF sempre manteve aberto.

*"Nunca pensamos em suprimir qualquer direito dos professores, como tentam disseminar"*

**Joaquim Aristides de Oliveira**, secretário municipal da  
Educação de Fortaleza

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/opiniaio/confrontodasideias/2014/08/01/notconfrontoideias,3291169/os-professores-da-rede-publica-de-fortaleza-entram-em-greve-hoje-os-motivos-alegados-para-a-paralisacao-sao-justificaveis.shtml>

## TEMA 2

### CONFRONTO DAS IDEIAS: GUARDA MUNICIPAL ARMADA 25/07/2014

O Senado aprovou proposta que concede poder de polícia às guardas municipais. O senhor é a favor da lei que autoriza o uso de armas pelas guardas municipais?

**SIM** - Essas considerações foram feitas tendo em tela a atual redação do oitavo parágrafo do Art. 144 da Constituição Federal. Afinal, são as leis vigentes e não opiniões que determinam e regulam a atividades dos servidores públicos. A Carta Magna facultou aos municípios a criação de Guardas para a “proteção de seus bens, serviços e instalações”. Nem todas as cidades possuem tais órgãos, mas espera-se que aquelas que optaram por constituir Guardas, utilizem-nas como estabelece a lei, ou seja, com a finalidade da proteção de fato. Um conceito amplamente aceito diz que “proteção é um conjunto de providências contra o dano ou prejuízo”. Proteger, portanto, é agir preventivamente de forma a “dar segurança”. Logo, proteção eficaz é aquela que se antecipa ao sinistro ou ao fato danoso. Considera-se ainda o alcance subjetivo e objetivo da proteção a cargo da Guarda Municipal a qual deve cobrir tudo

e todos que gravitam em torno dos “bens, serviços e instalações” do município. Será possível fazer essa proteção sem o treinamento e os equipamentos adequados à natureza deste serviço? É preciso também que sejam levados em conta o ambiente e as circunstâncias em que esse trabalhador irá desempenhar sua função. Mesmo que a atuação da Guarda Municipal fosse restrita ao material ou espaço físico (bens e instalações), ainda seriam, neste contexto de guerrilha urbana, imprescindíveis medidas que possibilitassem aos profissionais à consecução do serviço de segurança e o direito de legítima defesa. Ora, o guarda deve não apenas impedir a depredação da praça (bem) por vândalos. Ele deve também atuar de forma a garantir a legítima fruição desse espaço pela sociedade fornecendo a proteção daqueles usuários. Como, eu pergunto ao leitor, o guarda cumprirá com excelência tal tarefa para a sociedade contando apenas com sua sorte e um bastão? Honestamente, está o guarda protegendo algo, alguém ou a si mesmo, de fato? E, você, caro leitor, desempenharia tal serviço em Fortaleza nessas condições?

*"Ora, o guarda deve não apenas impedir a depredação da praça (bem) por vândalos"*

**Esli Pompeu**

Guarda municipal e diretor  
do Sindiguardas-CE

**NÃO-** A destinação e competência das guardas municipais estão explicitadas no Art. 144, § 8º, da Constituição Federal de 1988, que diz: “Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei”. Recentemente, no último dia 16 de julho, o Senado Federal aprovou o projeto de lei 39/2014 que prevê a possibilidade dos guardas municipais serem investidos de poder de polícia nas hipóteses relacionadas na lei e de portar armas. A lei referenciada é a de n.º 10.086, de 22 de dezembro de 2003, que instituiu o Estatuto do Desarmamento, no seu art. 6º, inciso III, que permite aos “integrantes das guardas municipais das capitais dos Estados e dos Municípios com mais de quinhentos mil habitantes, nas condições estabelecidas no regulamento desta Lei”, o porte de arma de fogo. O decreto federal n.º 5.123/2004, que regulamentou o Estatuto prevê várias exigências para que esta categoria profissional possa enquadrar-se nesta facilidade, dentre as quais a que compete ao comando do Exército autorizar a aquisição de armas de fogo e munição, a comprovação de prévio treinamento técnico em cursos e estágios específicos, além da restrição de uso de armas de calibre próprio das forças policiais e forças armadas. O certo e penso que ninguém discorda, é que diante da insegurança que impera atualmente no Brasil, não apenas os guardas municipais, mas outros agentes públicos vêm tentando minar o espírito da Lei n.º 10.086/2003, facilitando o porte de armas a um universo de pessoas que não integram o aparato policial repressor do Estado. Não creio, depois de mais de três décadas integrando a Polícia Federal, que a incorporação das guardas municipais ao aparato policial, consiga-se guardar melhor o patrimônio público, preservar as instituições e dar mais segurança aos cidadãos. Precisamos, no Brasil, atacar a origem do mal, investir nas operações de polícia científica e de prevenção, mapeando as áreas de insegurança

e dando aos organismos policiais existentes, plenas e efetivas condições de agirem como tal. Guarda Municipal armada não é, desgraçadamente, a melhor solução. É o que penso.

*"Precisamos, no Brasil, atacar a origem do mal, investir nas operações de policia científica e de prevenção"*

**Cesar Bertosi**

Presidente da Comissão de Segurança Pública da OAB/CE

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/opiniao/confrontodasideias/2014/07/25/notconfrontoideias,3287483/o-senado-aprovou-proposta-que-concede-poder-de-policia-as-guardas-municipais-o-senhor-e-a-favor-da-lei-que-autoriza-o-uso-de-armas-pelas-guardas-municipais.shtml>

### TEMA 3

#### CONFRONTO DAS IDEIAS: PRISÃO DE MANIFESTANTES 18/07/2014

As detenções preventivas de ativistas com o intuito de reprimir manifestações são legais?

**SIM** - O evento das detenções preventivas de manifestantes, ocorrido no Rio de Janeiro, é um episódio novo na jovem democracia brasileira. Por isso, deve ser observado sem as paixões ou os ortodoxismos, que costumam cegar até o mais rigoroso analista. Sendo pauta a ser discutida em descolado de preceitos morais ou do senso comum, que costumam ensejar conclusões apressadas e preconceituosas. Como ponto de partida, melhor, talvez, valer-se do que indica a Constituição Federal e considerar, a partir do que foi noticiado amplamente pela imprensa, que estamos diante de uma proporcionalidade de valores. Tem-se, de um lado, o direito à livre manifestação do pensamento e da expressão, sem nenhuma restrição de que seja em via pública, e, no anverso, o direito à segurança pública com respeito ao ir e vir dos demais cidadãos. A manifestação individual ou de grupos não pode colocar em risco a segurança individual ou coletiva. O confronto racional e objetivo destes dois valores é que vai indicar qual deva ser a atitude do Estado: se prende ou não, se prende preventivamente ou se aguarda a ocorrência do delito, se protege uma liberdade ou se cerceia uma liberdade. Foi pensando assim que, ao saber da prisão dos ativistas com base na acusação de crime de formação de quadrilha armada, o presidente da OAB do Rio de Janeiro, Felipe Santa Cruz, emitiu uma nota em que a seccional fluminense demonstra “preocupação” e, mais a frente, afirma que “as prisões parecem ter caráter intimidatório”. Se confirmada a suspeita, a intimidação atingiria não só os ativistas, mas a democracia. A OAB, trincheira cívica da cidadania, guardiã que é da democracia, está alerta, em todo o país, para denunciar e impedir possíveis arbitrariedades do Estado. No caso

específico das detenções preventivas, é de se esperar que a polícia apresente provas robustas do risco coletivo. O que diferencia a ditadura da democracia é que, na democracia, o Estado fica obrigado a investigar, a antever, para só então atuar.

*"A manifestação individual ou de grupos não pode colocar em risco a segurança individual ou coletiva"*

### **Valdetário Monteiro**

Presidente da OAB-CE

**NÃO** - Há uma tendência histórica para que a irracionalidade capitalista se imponha mais aos espíritos pela sedução do que pela força. Mas basta que determinados atos ameacem a pretensa paz mercantil instaurada – mesmo sem serem ainda atos de um novo movimento social com ares emancipatórios, que ponha em questão a forma de vida moderna fundada na lógica mercantil – para que a força bruta do aparato policial volte a lembrar que a única coisa de que o Estado jamais abrirá mão é daquilo que o constitui desde sua origem moderna: a violência. A grande operação conjunta das polícias e do judiciário, que não é isolada, lembra que o Estado pode até abandonar terrenos como educação, saúde e cultura – em função da crise do limite histórico da valorização do valor que o sustenta –, mas ele usará todas as armas para gerir essa crise e para que nela ainda algumas ilhas de valorização deem certo e não sejam perturbadas por quaisquer descontentes. Portanto, essas prisões não só são ilegais, mas demonstram uma tendência mundial de criminalização daqueles que ousam desrespeitar a passividade de um mundo que se desfaz impiedosamente. Impotente diante dessa ruína, o Estado age em desespero para tentar desqualificar os manifestantes como criminosos. Com o aguçamento da crise da lógica mercantil e o desabar cotidianamente visível da forma de vida capitalista, numa barbárie cotidiana em fogo baixo, muitas lutas deverão surgir e muita gente deverá manifestar-se e ocupar as ruas. E é preciso contribuir para que essas lutas sigam por um rumo emancipatório. Sendo assim, somos solidários e não aceitamos que pessoas que lutam, por mais críticas que possamos fazer a seus conteúdos e métodos, sejam enquadradas como componentes de quadrilhas em processos obscuros que pretendem apenas passar a já rota lição de que a forma capitalista de vida é a última palavra da história. Liberdade já para os presos políticos do Brasil e do mundo!

*"O Estado age em desespero para tentar desqualificar os manifestantes como criminosos"*

### **Robson de Oliveira**

Crítica Radical, doutorando em psicologia social pela Uerj

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/opiniao/confrontodasideias/2014/07/18/nota-confrontoideias,3284161/as-detencoes-preventivas-de-ativistas-com-o-intuito-de-reprimir-manife.shtml>

#### TEMA 4

### CONFRONTO DAS IDEIAS: MUDANÇA NO COMANDO DA SELEÇÃO BRASILEIRA 11/07/2014

O (a) senhor (a) é favorável que a seleção brasileira de futebol seja dirigida por um técnico estrangeiro?

**SIM-** É um contrassenso imaginar que o Brasil pode exportar talentos e não recebê-los, ter jogadores atuando nas principais ligas internacionais e técnicos dirigindo outros times e seleções, mas nenhum à frente do escrete brasileiro. Há intercâmbio de atletas - por que não haveria de técnicos? Se importarmos Mourinho ou Pep Guardiola, o DNA do nosso futebol, que aqui se confunde com arte, perderá a essência?

Se a seleção brasileira já teve uma marca pela qual era reconhecida e se tornou famosa, arrebatando uma legião de fãs; se, depois de cinco copas vencidas, o futebol jogado aqui é esse embaraçoso entrechoque de volantes, ligações diretas e centroavantes desastrados - isso não é obra de estrangeiros. Foram os de casa mesmo a afundar o navio. Parreira, Mano e Lazaroni. CBF, Marin, Del Nero e Ricardo Teixeira. Agora, precisamos reconstruir tudo. E o vetor de mudança começa pela mentalidade de quem ocupar o cargo de Felipão. Não é que falem profissionais competentes no País - tampouco sobram. Técnico estrangeiro não é garantia de bons resultados, mas é preciso dessacralizar o Brasil, a seleção e o futebol. O fatídico 8 de julho ajudou nessa tarefa. Depois dele, será difícil falar em "mística da amarelinha" e não dar risada. O futebol se modernizou; o Brasil e a CBF, não. Ainda dependemos do gênio. No início da Copa de 2014, Alejandro Sabella, técnico da Argentina, já avisara: não há mais favoritos. Ainda na fase de grupos, Itália, Inglaterra e Espanha deram adeus ao campeonato. E o Brasil... Bem, todo mundo já sabe a história. Jogadores deixam o País para se aperfeiçoar. Ficam enquanto podem, e logo chega a hora em que precisam, sob pena de perder o trem das onze, ir embora. Façamos o caminho inverso: trazer o melhor que há no mundo para fazer do nosso futebol o que esperamos que seja: o feliz encontro entre a arte e o esporte. A goleada de 7 a 1 ensinou: humildade é a palavra-chave. Hoje, o melhor futebol está longe daqui. E não é o mundo que precisa copiar o Brasil. É o Brasil que precisa copiar o que acontece lá fora.

*"Precisamos reconstruir tudo. E o vetor de mudança começa pela mentalidade de quem suceder Felipão"* **Henrique Araújo** (Jornalista).

**NÃO** - Escolher o técnico brasileiro e seus métodos como o maior responsável pela crise do nosso futebol é um jeito de simplificar o problema, exposto na extravagante goleada de 7x1 da última terça-feira, no confronto da seleção nacional com a Alemanha. A discussão

que o momento impõe requer muito mais aprofundamento na busca das causas da crise, até como forma de o País demonstrar algum aprendizado com o que aconteceu em 1950, quando optou-se apenas por apontar o dedo em direção ao goleiro Barbosa como reação na época à dolorosa derrota diante do Uruguai por 2x1 no jogo final. A história mostra que escolher vilão, como já aconteceu, não é a saída. Culpa-se a figura do “técnico brasileiro”, agora, como meio de escamotear a intenção de dizer que Luiz Felipe Scolari é quem deve pagar pelo fracasso de 2014.

O “x” da questão não está no idioma de quem vai selecionar e treinar os jogadores. Há um caminho anterior a percorrer, sem o qual trazer o mais competente técnico à disposição no mundo será de pouca serventia. A reforma esperada e necessária exige um nível de profundidade que a simples importação de profissionais específicos parecerá insuficiente como forma de provocar as mudanças na dimensão real exigida.

Há responsabilidades gerais que precisam ser analisadas evitando-se o simplismo de imaginar que a troca de nacionalidade do técnico trará de volta o talento que levou o Brasil à elite do futebol mundial. Daqui a pouco, continuando no esforço prioritário de encontrar soluções fáceis e capazes de resolver tudo no imediato, para a próxima partida, se possível, se chegará à conclusão de que talvez corte caminho ainda mais rápido criar uma estratégia de atrair bons jogadores nascidos em outros países como meio de dar um jeito logo na nossa aparente perda de força e de qualidade para continuar no topo das grandes competições. Um exagero da minha parte, talvez. Por enquanto, talvez.

*"O "x" da questão não diz respeito ao idioma de quem vai selecionar e treinar os jogadores brasileiros"*

**Gualter George**

Jornalista

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/opiniaio/confrontodasideias/2014/07/11/noticonfrontoideias,3280330/o-a-senhor-a-e-favoravel-que-a-selecao-brasileira-de-futebol-seja-dirigida-por-um-tecnico-estrangeiro.shtml>

## TEMA 5

CONFRONTO DAS IDEIAS: ASSENTO PREFERENCIAL NOS COLETIVOS 04/07/2014

O senhor (a) concorda com o projeto que destina exclusivamente todos os assentos dos coletivos em Fortaleza para mulheres, idosos e deficientes físicos?

**SIM** - Pois não se trata apenas de garantir o direito de quem mais precisa. Estamos falando da promoção de equidade, que nada tem relação com tratar a todos do mesmo jeito, mas de tratar a cada grupo de acordo com a sua necessidade imediata. Algumas pessoas estão tentando mudar o foco principal da nossa iniciativa, reduzindo-a apenas ao estabelecimento do que seria um “privilégio” para as mulheres. Longe disso. A garantia de preferência para as mulheres soma-se ao direito que fará jus os deficientes físicos, os idosos, os obesos e as pessoas com mobilidade limitada. É fazer com que esse público tenha a preferência nos assentos dos transportes coletivos da cidade. Não é possível fugir da constatação de que os pouquíssimos assentos diferenciados já não atendem à demanda e à circunstância atual. Teremos cada vez mais idosos. E por consequência de uma sociedade eminentemente urbana, violenta, também mais pessoas com limitações físicas. Isto é fato. Outro dado irrefutável, é que o tratamento dispensado a essas pessoas, dentro dos coletivos, é desrespeitoso, descortês, violento. São comuns os casos em que idosos, gestantes e até deficientes físicos viajam em pé, quando os assentos amarelos estão ocupados. É como se ficassem invisíveis ao seu direito. Da mesma forma as mulheres, alvo da polêmica desse projeto, são vítimas de abuso sexual, coagidas e muitas vezes agredidas. Por esta situação circunstancial, mas tão presente em nossa cultura de desrespeito, de um machismo exacerbado, também farão jus ao direito de preferência nos assentos. O Estado deve agir para conter a sociedade quando esta não resolve por si os seus conflitos. Esta é a relação fundamental e a própria razão de ser do poder estatal. O projeto certamente será sancionado pelo chefe do Executivo, que poderá regulamentá-lo, inclusive estabelecendo as penalidades e a forma de como atuará a fiscalização. E com o passar do tempo, Fortaleza será conhecida não somente pelas suas belas paisagens ou por seu povo hospitaleiro, mas também pelo respeito, pela cortesia e pela urbanidade nos seus transportes coletivos.

*"São comuns os casos em que idosos, gestantes e até deficientes físicos viajam em pé"*

**Carlos Dutra**

Vereador (PSDB) de Fortaleza

**NÃO** - O referido Projeto de Lei parece ter a nobre intenção de moderar o convívio social. Porém, leis que obriguem ou proíbam obviedades só revelam o nosso atraso cultural. A aceitação desta condição reforça o indesejável entendimento de que bom-senso e respeito sejam dispensáveis até que se tornem lei.

Se valorizarmos a civilidade, com ou sem lei, o respeito impera. Diferente disso, criam-se leis que só são respeitadas com presença policial, criando ainda mais conflitos sociais. Efeito contrário ao que se pretende. A prioridade já existente é desrespeitada com frequência, justamente pela falta de civismo. Esta nova prioridade pode seguir o mesmo caminho. Portanto, a minha defesa é que o foco seja na educação, como na maioria dos países antigos e mais avançados, onde a criação de proibições e obrigações sofrem rejeição da população por seu caráter invasivo nas relações humanas e no livre arbítrio, precisando ser muito justificadas. As

filas para adentrar os ônibus, quando formadas, são imediatamente desrespeitadas no momento em que o veículo estaciona, “atropelando” pessoas à frente, especialmente as que mereceriam prioridade. É comum o relato de passageiros sentados em assento prioritário que “dormem” imediatamente ao perceber a chegada de alguém a quem deveria ceder o lugar, tentando constranger quem tem o direito ao invés de levantar-se voluntariamente e sentir-se bem com isso. Louvo o justíssimo propósito do referido PL, porém, entendo que insistir em aumentar nossa imensa legislação, tentando imaginar o que devemos e o que não podemos fazer em todas as situações possíveis e imagináveis, é persistir no erro. A educação é o fator chave para que essas questões, assim como outras não previstas, se resolvam sempre da melhor maneira para todos.

*"A prioridade já existente é desrespeitada com frequência, justamente pela falta de civismo"*

**Dimas Barreira**

Presidente do Sindiônibus

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/opiniao/confrontodasideias/2014/07/04/nota-confrontoideias,3276923/o-senhor-a-concorda-com-o-projeto-que-destina-exclusivamente-todos-os-assentos-dos-coletivos-em-fortaleza-para-mulheres-idosos-e-deficientes-fisicos.shtml>

TEMA 6

CONFRONTO DAS IDEIAS: EFEITOS DA COPA DO MUNDO NA ECONOMIA 27/06/2014

Para a economia cearense, até agora, os resultados gerados pelo movimento da Copa do Mundo têm sido satisfatórios?

**SIM** - Mais do que os R\$ 500 milhões já captados pela economia de Fortaleza, além de outros R\$ 228 milhões previstos até o final da competição, a Copa do Mundo 2014 permite que a cidade fique em evidência, por muitos anos, entre os 95 mil estrangeiros que já nos visitaram e mais 48 mil que deverão vir para os dois jogos restantes na Arena Castelão. A expectativa é que cerca de 20% desses torcedores retornem a Fortaleza pelos próximos 18 meses. Em termos de economia, segundo projeção do Ministério do Turismo, Fortaleza será a terceira das cidades-sedes a ter mais ganhos com a presença de turistas e torcedores, durante o período da Copa. Maior vitrine do mundo, a Copa permite que Fortaleza apresente suas praias, seu artesanato, sua gastronomia, sua rede hoteleira e, principalmente, a hospitalidade de sua gente, fator de maior destaque na opinião da maioria de nossos visitantes. A nova Praia do Futuro e a Monsenhor Tabosa têm virado “point” de torcedores de todo o mundo. As obras da nova Beira Mar geram expectativa da orla marítima mais bela do mundo, pelos próximos meses. Na receptividade de nossas Casas do Turista, onde contamos com universitários bilíngues, são comuns os comentários de estrangeiros e brasileiros de um retorno para conferir a Beira Mar, após suas obras de requalificação. Enquanto os recursos naturais da cidade fazem a sua parte,

assim como nossos artistas e a nossa gente, a Prefeitura de Fortaleza também tem feito sua parte. Por meio da Secretaria de Turismo, temos aproveitado a presença dos turistas neste período para consolidarmos também o turismo de eventos e, em breve, o histórico-cultural. Em novembro, Fortaleza sediará importante evento esportivo, que é o Ironman. Novamente, receberemos grande número de estrangeiros e turistas brasileiros. A experiência adquirida pela cidade na Copa das Confederações e agora na Copa do Mundo, nos dá a certeza de estarmos prontos para a realização de grandes eventos pelos próximos anos.

*"A expectativa é que cerca de 20% desses torcedores retornem a Fortaleza pelos próximos 18 meses"*

**Salmito Filho**

Secretário de Turismo de Fortaleza

**NÃO** - Debruçado sobre a infalível conta matemática que norteia as relações comerciais em todo o mundo, afirmo categoricamente que o setor lojista representado legalmente pelo Sindilojas Fortaleza está em situação de prejuízo neste belo momento pelo qual passa o Brasil. A Copa do Mundo é e será sempre bem-vinda, torcer pela vitória da nossa Seleção compõe o DNA do povo brasileiro mas, na verdade, os setores que atualmente estão lucrando com o evento são os de serviços e o do comércio de alimentos e bebidas em bares, restaurantes, mercados, supermercados e hipermercados. Os demais estão em “marcha lenta”, acumulando perdas, esperando a euforia passar para tentar reverter toda a carga deficitária que se acumula, tanto nas empresas, como para o trabalhador do setor de vendas que, com certeza, está se remunerando menos que em iguais meses de anos passados. Quanto ao legado? Tenho certeza que se instalará de forma irreversível uma vez que as mais variadas culturas e hábitos, notadamente as dos nórdicos e suas civilizações milenares, contribuirão positivamente nos nossos cotidianos amalgamando mais firmemente as relações sociais do povo brasileiro.

Afirmo que este momento é historicamente positivo em todos os sentidos e aspectos mesmo que nós, lojistas, estejamos a sofrer. Somente assim sabemos que é possível ter segurança, ruas limpas, e uma série de coisinhas que normalmente não desfrutamos como contrapartida de nossos suados impostos. Será o padrão Fifa mais eficaz que o padrão Brasil?!

*"O momento é positivo em todos os sentidos e aspectos mesmo que nós, lojistas, estejamos a sofrer"*

**Cid Alves**

Presidente do Sindilojas

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/opiniaio/confrontodasideias/2014/06/27/notconfrontoideias,3273395/para-a-economia-cearense-ate-agora-os-resultados-gerados-pelo-movimento-da-copa-do-mundo-tem-sido-satisfatorios.shtml>

### TEMA 7

#### CONFRONTO DAS IDEIAS: LEGALIZAÇÃO DA MACONHA 20/06/2014

Você é a favor da legalização da maconha no Brasil?

**Sim** - É o tráfico que mata todos os dias no nosso País dezenas de jovens pobres e negros. É preciso dizer - claramente - para os moradores das periferias que o tráfico existe por causa da proibição, uma vez que é essa política de drogas proibicionista que garante o monopólio do mercado. É preciso difundir o debate sobre legalização, é necessário a regulamentação da produção e distribuição e não apenas do consumo, para que o consumo legal não alimente organizações criminosas. A legalização do cultivo de caseiro de maconha vai enfraquecer o tráfico, pois os usuários, em vez de comprar do traficante, poderão plantar em casa, e não correr risco no mercado ilegal. A proibição existe há mais de 100 anos e o seu maior resultado é tornar as drogas cada dia mais perigosas e acessíveis. Não é preciso ser um especialista pra ter claro que a política de guerra as drogas fracassou. Os usuários morrem mais por conta do tráfico, do que pelo abuso de drogas. Os dogmas religiosos, e o conservadorismo, impedem que a maioria da sociedade fale sobre este assunto, e é papel de todos nós jogar esse debate em todos os espaços, seja ele qual for. Se analisarmos experiencias como as de Portugal e Holanda, ou mesmo as políticas adotadas ao cigarro no Brasil, como regulamentação de locais de uso, proibição de propagandas, exigência de propaganda negativa em embalagens, fica fácil perceber que se consegue controlar muito melhor o consumo regulamentando do que proibindo. Com os lucros obtidos pelo mercado controlado pelo Estado, e revertendo os gastos com repressão, podemos investir mais na área da saúde, no tratamento e em campanhas de prevenção para os usuários de drogas. Por isso, defendemos a descriminalização dos usuários de drogas e a legalização do uso industrial, nutricional, medicinal, religioso e recreativo da maconha, assim como a regulamentação do cultivo para consumo pessoal e do comércio baseado em pequenas produções.

*"Os usuários morrem mais por conta do tráfico, do que pelo abuso de drogas"*

#### **Lucas Moreira**

Estudante e membro da organização da Marcha da Maconha Fortaleza

**Não** - A maconha é uma droga leve? - Isso é mito, vejamos: a maconha aumenta a probabilidade de surtos psicóticos; se for usada 10 vezes antes dos 18 anos, a probabilidade destes surtos é 10 vezes maior. A maconha diminui em cerca de 10% a inteligência em adolescentes, além de causar dependência em pelo menos 10% dos que a usam. E mais; a maconha causa esterilidade sexual. Esta droga também causa a síndrome amotivacional, resultando baixo rendimento

escolar. Uma pergunta básica: Você confiaria em um piloto de avião ou em um cirurgião que antes do seu turno de trabalho fumasse um baseado? “A maconha tem fins médicos, sendo utilizada para dores crônicas e aumentar peso em pacientes com câncer” - Outro mito. Não existe nenhum estudo provando a superioridade da droga em relação aos tratamentos convencionais nestas condições. Agora, a própria maconha, sim; esta pode causar câncer. Em alguns pacientes, ela pode ser útil, mas não a fumada (que querem legalizar) e sim, a deglutida. Se houvesse o real desejo de disponibilizar a maconha para uso medicinal, bastaria lutar pela maconha oral, já disponível em vários países. “A guerra contra as drogas não pode ser ganha, então é melhor legalizar, pois diminuiria o tráfico”-Equívoco grave. Os traficantes não traficam apenas maconha, então legalizá-la seria inócuo, pois as outras drogas continuariam a ser traficadas. “As drogas legais fazem mais mal que a maconha” - Verdade. O uso de álcool e cigarro mata cerca de 300 mil brasileiros por ano. Estamos vencendo a guerra contra o tabaco, tendo a quantidade de brasileiros fumantes diminuído nos últimos 30 anos. O álcool ainda é uma guerra a ser vencida. Não necessitamos legalizar mais drogas, pois estas irão causar mais danos aos nossos jovens. A luta que devemos travar agora é para reduzir o uso de todas as drogas, legais e ilegais, mostrando assim responsabilidade com a saúde da nossa população e das futuras gerações.

*"Os traficantes não traficam apenas maconha, então legalizá-la seria inócuo"*

**Fábio Gomes de Matos**

PhD em Psiquiatria e professor da UFC

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/opiniaio/confrontodasideias/2014/06/20/notconfrontoideias,3269728/voce-e-a-favor-da-legalizacao-da-maconha-no-brasil.shtml>

## TEMA 8

CONFRONTO DAS IDEIAS: MANIFESTAÇÕES DURANTE A COPA DO MUNDO 06/06/2014

O (a) senhor (a) concorda que trabalhadores aproveitem o período da Copa do Mundo no Brasil para reforçar manifestações específicas de suas categorias?

**SIM** - Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. O mais desatento dos brasileiros sabe da importância de ser o país sede de um campeonato patrocinado pela Fifa. Também sabe que depois da Copa ficará o “legado das melhorias em infraestrutura e da mobilidade urbana de nossas cidades-sede”, ou quase isso. Uma onda ufanista toma conta de nossos corações na época desses mundiais, embalada pela trilha sonora do “canal 100”, mas aí é outra coisa. Que bonito ver ruas transmudarem-se do cinza pálido para o verde e amarelo resplandecente da seleção canarina; que bonito a bandeira nacional tremulando nas ruas da periferia; que bonito nosso amor pela pátria. Longe de ser movimento contra uma paixão

nacional, o dos policiais civis do Ceará, além de ser questão social, é eminentemente profissional, de resgate institucional, a bem da boa prestação de serviço. Com a Copa, conflita apenas o calendário e a agenda dos políticos e da Fifa. Uma coisa é certa: o povo irá às ruas. Seja para protestar ou festejar os gols da “trupe do Felipão”. Os primeiros, talvez cansados de esperar pelo divino e pela boa vontade dos palácios governamentais, subverterão a ordem e se apropriarão das ruas e das praças para empunharem cartazes como bandeira e cantarem palavras de ordem ao invés do monossilábico grito de gol. Já o segundo grupo, embora possa comungar da mesma indignação daqueles, fará a festa da mesma forma: regozijando-se como se fora ele o craque da hora. Como se fora ele quem dera aquele drible desconcertante para cravar a “pelota” na rede do oponente. Muito embora saiba que não será ele quem ficará com a melhor parte da partilha das obras superfaturadas e muito menos com o suado dinheirinho da publicidade. Pra frente Brasil! Assim, não há de se falar em momento inoportuno ou apelar para chantagens emocionais mascaradas de patriotismo para que engulamos nossos gritos e sufoquem nossas esperanças. Que venha a copa! Também somos filhos da pátria! Seremos campeões!

*"não há de se falar em momento inoportuno ou apelar para chantagens emocionais mascaradas "*

**Gustavo Simplício** - Presidente do Sindicato dos Policiais Civis de Carreira do Ceará

**Não** - A Copa do Mundo é sim vitrine para qualquer país que receba um evento de alcance mundial, que deverá ter mais de 3 bilhões de telespectadores. Então, que este evento seja oportunidade para debatermos questões mundiais: o não ao racismo, as práticas sustentáveis de construção, turismo e consumo, os desafios da mobilidade em grandes centros urbanos. Problemas que afetem populações em todo o globo podem e devem estar em debate nesta vitrine e o Brasil pode apresentar suas respostas a esta pauta do planeta. É plausível achar que a mídia internacional irá se voltar para questões intrínsecas a sociedade brasileira? Não é mais provável que as manifestações sejam retratadas como instabilidade da nossa democracia ou de uma possível crise institucional de Estado, trazendo prejuízo a nossa posição econômica no mundo, com repercussões para o nosso país, que depois de décadas de sacrifício da população começa a ser respeitado no cenário internacional? Não somos defensores do silêncio, de esconder casa mal arrumada e fazer bonito para “inglês ver”. O Brasil, ao apresentar a candidatura para a Copa, mostrou sua cara e este era o momento do debate: queremos ou não a Copa? Levamos aos organizadores nossas credenciais para organizá-lo. Fomos aceitos e aceitamos as condições estabelecidas pela Fifa. A candidatura não foi de um governo, foi de uma nação. Esta nação, que há quatro anos não foi às ruas lutar pela não candidatura ao evento, não pode agora virar às costas a pátria e levar às ruas grito diferente. O que vemos agora, na construção civil, por exemplo, é a utilização do maior evento esportivo do planeta como trampolim para manifestações ligadas ao movimento sindical, com forte cunho político em ano eleitoral, que não permite avançar em negociações salariais prejudicando assim os nossos colaboradores. Isso levou ao Sinduscon Ceará, o sindicato das construtoras, a lançar campanha É Hora de Vestir a Camisa, em que convocamos a sociedade de Fortaleza a mostrar o que a

gente tem de melhor e torcer pelo Brasil.

*"aceitamos as condições estabelecidas pela Fifa. A candidatura não foi de um governo, foi de uma nação"*

**Fernando Pinto**

Vice-Presidente de Relações Trabalhistas do Sinduscon-CE

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/opiniao/confrontodasideias/2014/06/06/notconfrontoideias,3262660/o-a-senhor-a-concorda-que-trabalhadores-aproveitem-o-periodo-da-copa-do-mundo-no-brasil-para-reforcar-manifestacoes-especificas-de-suas-categorias.shtml>

TEMA 9

CONFRONTO DAS IDEIAS: TAXAS SOBRE CARTÕES DE CONSUMO 25/04/2014

O Procon está fiscalizando estabelecimentos que cobram taxas por perda dos chamados cartões de consumo. O senhor (a) concorda com o uso do sistema por parte dos estabelecimentos?

**SIM** - Uma das formas mais eficazes de controle de consumação em estabelecimentos comerciais do tipo bar, casa noturna, baladas em geral, é através das comandas. Geralmente os estabelecimentos optam por colocar uma advertência na mesma: que a perda dela implica no pagamento do valor máximo previsto pelo cliente. O objetivo é fazer com que as pessoas tenham mais cuidado com a comanda, evitando deixá-la, por exemplo, em cima de uma mesa, onde um oportunista pode furtá-la e então gastar a vontade e depois jogá-la fora. Há também os que a “perdem” propositalmente, alguns por desonestidade e, não poucos, a esquecem após o quinto ou sexto copo de bebida. Quando alguém perde ou “perde” a comanda, o proprietário do estabelecimento, apesar da previsão, tenta levantar qual seria o gasto do cliente, negociar com ele o pagamento, pois caso contrário, isso resultaria em prejuízo. Engana-se quem acha que apenas o proprietário da casa é que é prejudicado quando alguns clientes não pagam. Como toda empresa, ela tem que ter faturamento para pagar despesas pelos produtos e serviços que oferece. Se parte da clientela não paga, a que paga terá que fazê-lo por si e pelo restante, nos preços dos referidos produtos e serviços. É que empresas vivem do que vendem, não podem como o governo emitir moedas ou impor mais um tributo. E têm que ter lucro ou, no mínimo, equilíbrio entre despesa e receita, ou então, quebram. Esta é a lei do sistema capitalista, infelizmente, é o único que tem dado certo. A comanda na mão do consumidor é a forma mais honesta e transparente de relacionamento entre o comerciante e seu cliente. Na nossa opinião, ela deve ser preservada.

*"A comanda é a forma mais honesta e transparente de relacionamento entre o comerciante e seu cliente"*

**Percival Maricato**, diretor jurídico da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel)

**NÃO** - A cobrança de multa por perda de comanda de consumo, consiste em ofensa ao Direito do Consumidor, medida extrema, desproporcional, aliada sempre de intimidação por seguranças. Inexiste lei que obrigue alguém a pagar quantia a título de “multa” ou “taxa” por ter perdido uma comanda. A casa deve manter o controle da venda, o ônus da prova é sempre do fornecedor, não cabendo o repasse desta responsabilidade ao consumidor. Onde fica a credibilidade de quem não consegue controlar o que vende em seu próprio comércio? Ademais, o fato constitui crime, com infração tipificada no Código de Defesa do Consumidor (CDC), artigos 61 e 71. No caso, há coação moral, geralmente física, ocorrendo cobrança indevida, por culpa exclusiva da casa, que não controlou o que vendeu, constituindo-se constrangimento ilegal, previsto no artigo 146 do Código Penal (CP), pois o consumidor está sendo constrangido, mediante ameaça, a fazer o que a lei não manda. Há, ainda, situação em que o consumidor, ao perder a comanda, é impedido por seguranças de deixar a casa se não pagar a multa, configurando-se crime de sequestro e cárcere privado, previsto no artigo 148 do CP. Quando a multa é manifestamente desproporcional, o responsável pela cobrança estará praticando crime de extorsão, artigo 158 do CP, cuja pena alcança 12 anos de reclusão. Entendemos que, além das infrações administrativas tipificadas no CDC, vários crimes podem ser praticados contra o consumidor, ensejando atitude imediata da vítima, no sentido de proteger sua liberdade individual, acionando a polícia. Quando isso não for possível, por circunstâncias alheias a sua vontade, caso a vítima ceda a pressão psicológica e/ou física e pagar a multa, deverá pedir devolução em dobro do valor pago, afora indenização por danos morais, sem prejuízo da ação penal, devendo comparecer a delegacia a fim de lavrar Boletim de Ocorrência (B.O.).

*"Onde fica a credibilidade de quem não consegue controlar o que vende em seu próprio comércio?"*

**João Gualberto Soares**, secretário- executivo em exercício do Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (Decon)

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/opiniaio/confrontodasideias/2014/04/25/notconfrontoideias,3241325/o-procon-esta-fiscalizando-estabelecimentos-que-cobram-taxas-por-perda-dos-chamados-cartoes-de-consumo-o-senhor-a-concorda-com-o-uso-do-sistema-por-parte-dos-estabelecimentos.shtml>

## CONFRONTO DAS IDEIAS: PROPAGANDA COMERCIAL PARA CRIANÇAS 18/04/2014

A Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República baixou resolução proibindo a veiculação de propaganda comercial tendo como público alvo crianças. O senhor (a) concorda com a medida?

**SIM** - A Resolução 163 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), válida desde 4 de abril, considera como abusiva toda a comunicação mercadológica voltada à criança. O texto diz que “a prática do direcionamento de publicidade e comunicação mercadológica à criança com a intenção de persuadi-la para o consumo de qualquer produto ou serviço” é abusiva e, portanto, ilegal segundo o Código de Defesa do Consumidor. A aprovação do texto é uma vitória histórica da sociedade civil, que gere o conselho de forma paritária com o governo. O direcionamento de publicidade à infância reforça a noção da criança como consumidora e promotora de vendas. Segundo pesquisa do Interscience (2003), as crianças participam do processo decisório de 80% das compras da casa. A comunicação mercadológica voltada à criança tira proveito de um indivíduo em desenvolvimento físico, social e psíquico que, portanto, ainda não atingiu a plenitude de seu senso crítico para compreender o caráter persuasivo da mensagem publicitária. Entre as consequências da exposição de crianças a esses estímulos comerciais estão a obesidade infantil, a introjeção de valores materialistas e a erotização precoce. À revelia da lei, o mercado continua incorrendo nesse direcionamento às crianças. Com isso, tenta deslegitimar o Conanda e, por conseguinte, a participação da sociedade civil em instâncias deliberativas. O chavão do mercado diz que a restrição à publicidade infantil fere a liberdade de expressão. Fizeram o mesmo quando se discutia a proibição da publicidade de cigarros. A Resolução em nada fere a liberdade de expressão, pois versa sobre ações comerciais abusivas e não sobre conteúdo ideológico, político ou religioso. Não há ingerência do Estado, mas sim um freio na intromissão do mercado no padrão de consumo das crianças.

*"Entre as consequências da exposição de crianças a esses estímulos comerciais estão a obesidade infantil"*

**Renato Godoy** é jornalista, sociólogo e pesquisador do Instituto Alana

**NÃO** - O mundo midiaticizado é palco de muitos abusos no que diz respeito ao fluxo de informações ao qual estamos submetidos. No entanto, necessitamos de prudência ao dispor de dispositivos de controle para tentar solucionar o problema e não incidirmos em outro equívoco, que seria a retomada da censura. Temos que reconhecer que a publicidade está a serviço da administração mercadológica. Isto implica na existência de um produto, de um público específico de consumo e este precisa saber da existência do produto para consumi-lo. Devemos reconhecer que existem diferentes modos de relacionamento com o produto: o usuário, o financiador, o decisor, o influenciador, que podem ou não ser a mesma pessoa. No caso da criança, é a usuária, porém não decisora, função que cabe aos responsáveis. Enquanto empresa produtora de bens, preciso falar com todos os meus públicos, quem compra, quem usa,

quem influencia. No momento em que sou tolhido no direito de falar com qualquer um, surge a censura. O universo lúdico sempre fez parte da publicidade e da forma de a propaganda relacionar-se com seu público-alvo. Ao adotarmos postura punitiva no que tange ao formato de abordagem seria ignorar que este é reflexo das experiências do mercado. A criança deve ser preservada, e a comunicação dirigida a ela ser feita de forma que não vos seja prejudicial. O que se faz urgente é olhar crítico e cauteloso sobre o discurso propagandístico adotado, tendo em vista que este é o elemento fundamentalmente ideológico e que deve estar pautado por filosofia que compreenda o público-alvo dentro de limitações e extensões demográficas e psicológicas. Muito além de implantar dispositivos de controle, faz-se necessário colocar em prática os procedimentos de fiscalização, bem como reforçar o tema da ética e legislação publicitária e as discussões dentro das estruturas curriculares dos cursos de Publicidade e Propaganda e sobre respeito ao consumidor em todas as disciplinas voltadas para a gestão e técnica publicitária.

"No caso da criança, ela é a usuária, porém não decisora, função que cabe aos responsáveis"

**Eugênio Furtado**, professor de Publicidade e Propaganda do Centro

Universitário Estácio FIC

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/opiniaio/confrontodasideias/2014/04/18/notconfrontoideias,3238281/a-secretaria-de-direitos-humanos-da-presidencia-da-republica-baixou-resolucao-proibindo-a-veiculacao-de-propaganda-comercial-tendo-como-publico-alvo-criancas-o-senhor-a-concorda-com-a-medida.shtml>

## TEMA 11

### CONFRONTO DAS IDEIAS: FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS ELEITORAIS 11/04/2014

A maioria dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) votou a favor do fim do financiamento de empresas privadas para campanhas eleitorais. O senhor (a) acha correto o fim desse tipo de financiamento?

#### **SIM**

Sim, na medida em que representa passo importante para a legitimidade das eleições. É indispensável a observância no Estado Democrático de Direito da plena igualdade entre os candidatos que uma vez eleitos deverão representar exclusivamente a vontade do eleitor. O titular do poder será o povo, sendo esse poder exercido através de representantes eleitos num processo que deveria ser transparente e igualitário. Nesse sentido, o mandato deve

ser obtido a partir de propostas formuladas pelos candidatos, com base nas quais o cidadão optará por escolher aquele que julgue melhor comungar com suas ideias, afinidades políticas, sociais e econômicas. Esse processo será tanto mais justo quanto menos seja contaminado pela interferência do poder político e econômico. A influência de grandes corporações no processo político tem causado forte desequilíbrio nas disputas eleitorais, uma vez que os agentes econômicos mais poderosos têm realizado verdadeiros investimentos em determinados candidatos de forma a se beneficiar do Estado, comprometendo o livre exercício do mandato, que estará subordinado não mais aos interesses do povo, mas sim do agente financiador de campanha. Não à toa as doações realizadas por pessoas jurídicas em valores mais elevados ocorrem em segmentos nos quais tradicionalmente são mantidos negócios com o Estado, especialmente no que tange às grandes obras de construção civil e setor financeiro, que passam a se tornar verdadeiros senhores da administração pública, em troca de favores danosa ao interesse público. A Constituição Federal, que estabeleceu como princípio o igual valor do voto e se fundamenta na soberania popular, também contempla a necessidade de proteger a normalidade e a legitimidade das eleições contra o poder econômico. Essa soberania passa a ser meramente fictícia em se tratando de um processo político desvirtuado, no qual o maior aporte de recursos se apresenta mais apto a modificar o resultado das eleições que a qualidade das propostas apresentadas.

*"Essa soberania passa a ser meramente fictícia em se tratando de um processo político desvirtuado"*

### **Rômulo Conrado**

Procurador Regional Eleitoral no Ceará

**NÃO-** Há uma concepção oferecida de forma simplificada e ingênua de que o financiamento exclusivamente público de campanhas tende a otimizar o controle de gastos e o combate à corrupção. Pode-se rebater este raciocínio raso de diversas formas, mas antes é preciso entender como a legislação eleitoral brasileira evoluiu até hoje. Atento para dois movimentos cruciais: A Lei dos Partidos (9.096), de 1995; e a Lei das Eleições (9.504), de 1997. Estas são as duas regulamentações fundamentais que consolidaram o atual modelo de financiamento misto (público e privado). Sim, já há financiamento público de campanha e não é pouco. O Fundo Partidário em 2013 consumiu quase R\$ 300 milhões de recursos da União – ou seja, o Estado brasileiro gastou o equivalente a 2,5 mil ônibus escolares para financiar nossos 32 partidos. E o horário eleitoral gratuito permite às emissoras de TV e rádio deduzir 80% do valor que seria cobrado pelo espaço publicitário no Imposto de Renda. É muito dinheiro. É preciso desconstruir essa maliciosa dicotomia que induz o cidadão a acreditar que o país está a escolher entre o financiamento público e o privado. Não está. Possuímos hoje um financiamento misto que precisa ser melhorado dentro de um muito mais complexo projeto de reforma política. Uma reforma que busque combater de forma mais rigorosa o chamado “Caixa 2” e não o varra para debaixo do tapete. Ora, em um sistema de fiscalização eleitoral que já adjetivo como caótico, onde cada candidato a vereador, deputado, prefeito é um comitê financeiro próprio de campanha, como acreditar que os órgãos competentes vão conseguir intensificar a fiscalização

dos recursos repassados? Estamos falando de centenas de milhares de comitês. E mais: como acreditar que os verdadeiros interesses da população, de segmentos organizados, de minorias temáticas, estariam assegurados por uma simples equação na distribuição de verbas? O que trará mais transparência e fiscalização não é a ocupação totalitária do Estado em mais um espaço. É a criação de mecanismos de controle mais eficientes e rigorosos no processo eleitoral. Se não, estaremos apenas enxugando gelo. E o que é pior: com o dinheiro do contribuinte.

*"Estaremos apenas enxugando gelo. E o que é pior: com o dinheiro do contribuinte"*

### **Mendonça Filho**

Deputado federal (PE) e líder do DEM na Câmara dos Deputados

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/opiniaio/confrontodasideias/2014/04/11/notconfrontoideias,3234733/a-maioria-dos-ministros-do-supremo-tribunal-federal-stf-votou-a-favor-do-fim-do-financiamento-de-empresas-privadas-para-campanhas-eleitorais-o-senhor-acha-correto-o-fim-desse-tipo-de-financiamento.shtml>

## TEMA 12

### CONFRONTO DAS IDEIAS 04/04/2014

Projeto de lei aprovado no último dia 19/3 na Câmara dos Deputados garante a reserva de vagas para candidatos negros em concursos públicos. O projeto agora vai ao Senado. O senhor (a) concorda com a medida?

### **COTA PARA NEGROS EM CONCURSOS**

**SIM** - A Câmara dos Deputados levou à votação no mês de março o Projeto de Lei 6738/13, que reserva 20% das vagas em concursos públicos da administração federal para negros e pardos. A matéria foi aprovada com 314 votos favoráveis, 36 contrários, e seis abstenções. Como relator do texto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa, entendo que essa é uma vitória histórica do país e, especialmente, daqueles que combatem a discriminação racial. A aprovação representa um reencontro do Brasil com sua história. Nós fomos o último país do ocidente a abolir a escravidão. Então, devemos pegar os maus exemplos do passado e corrigi-los no presente, de modo que possamos garantir para o futuro, uma sociedade mais igualitária. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apesar de os negros representarem mais de 50% da população, hoje eles ocupam menos de 30% dos cargos na administração pública. O projeto das cotas prevê que as vagas alcancem os cargos efetivos e empregos públicos; o que inclui as autarquias, fundações e empresas públicas, bem como órgãos de sociedade de economia mista controladas pela União. Assim que

for sancionada, a lei terá validade de dez anos a fim de reparar a distorção numérica entre negros e brancos no serviço público. Se levarmos o mérito à esfera jurídica, poderemos observar que todas as constituições federais elaboradas no Brasil trataram da vedação da discriminação, mas restrita ao plano formal.

Ocorre que, infelizmente isso não foi suficiente para acabar com o preconceito enraizado na sociedade brasileira. Apenas dizer que não há discriminação não resolve o problema. Mas a Constituição de 88 ganhou popularmente o nome de ‘Constituição Cidadã’ não foi à toa. Ela traz para o plano material os direitos civis que só eram tratados pelas constituições anteriores apenas no plano formal. E nossa atual Constituição é clara no que tange ao dever do Estado na correção dessa distorção, fundamentada no que prevê a carta magna.

*"infelizmente não foi suficiente para acabar com o preconceito enraizado na sociedade brasileira"*

**Leonardo**

**Picciani**

Deputado federal (PMDB/RJ) e relator do projeto

**Não** - Novamente surgem no cenário jurídico brasileiro as inquietudes próprias dos programas de políticas públicas, cujos objetivos consistem na inclusão social de “minorias”, como forma de promover o reequilíbrio e a minoração das desvantagens sociais perpetradas ao longo da história de nosso país. Também chamadas de “ações afirmativas”, essas medidas visam promover a redução de eventuais desigualdades existentes entre os indivíduos, como forma de permitir uma paritariedade, principalmente, na desumana luta por uma posição digna no competitivo mercado de trabalho. Na verdade, a implementação de tais afirmações políticas encontra previsão no direito brasileiro, antes mesmo do debate atual envolvendo o sistema de cotas em concursos públicos, como por exemplo, na implementação de reserva de vagas para deficientes físicos em certames realizados pelo poder público. É fundamental, entretanto, avaliar com seriedade os fatores que remetem os indivíduos a posições de desvantagens, pois, não se pode negar que a utilização inapropriada destes instrumentos produzirá novas discriminações, contrariando a própria gênese das Affirmative Actions. Mostra-se imprescindível a investigação quanto à razoabilidade do fator *discrímén*, ou seja, tem-se que se verificar se a reserva de vagas em concursos públicos para determinados grupos étnicos raciais apresenta-se de forma adequada e necessária a reduzir eventuais desvantagens. O *discrímén* indicado pelo PL nº 6.783/93 como sendo “idôneo” a assegurar a reserva de vagas em concursos públicos - qual seja, o critério eminentemente racial - isoladamente considerado, não nos levará a qualquer solução segura, pois é preciso a caracterização de um nexos causal lógico entre o elemento discriminador e a finalidade da medida, devendo, portanto, ser explicitado o motivo de se considerar determinado grupo menos favorecido ou digno de tutela especial em relação aos demais, sob pena de incorrer em severa inconstitucionalidade. Sem querer negar as atrocidades do passado, penso que o critério morfológico e o critério genômico não representam, por si só, vantagens ou desvantagens a alguém, ainda mais no Brasil cujo processo de miscigenação foi tão acentuado.

*"O critério eminentemente racial - isoladamente considerado, não nos levará a qualquer solução segura"*

**Fábio Zech Sylvestre**

Presidente da Comissão de Estudos  
Constitucionais da OAB-CE

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/opiniao/confrontodasideias/2014/04/04/nota-confrontoideias,3231218/projeto-de-lei-aprovado-no-ultimo-dia-19-3-na-camara-dos-deputados-gar.shtml>

TEMA 13

CONFRONTO DAS IDEIAS 28/03/2014

Os fatos recentes envolvendo denúncias de irregularidades cometidas por pessoas ligadas à Petrobras podem manchar a imagem de eficiência conquistada ao longo da história pela maior empresa do Brasil?

**IRREGULARIDADES NA PETROBRAS**

**SIM** - Criada por Getúlio Vargas, em 1953, a Petrobras é empresa de propriedade e controle nacional, encarregada de explorar, diretamente ou por subsidiárias, etapas da indústria petrolífera, menos a distribuição. Graças ao empreendedorismo e competência de seus gestores e empregados, ampliou extraordinariamente as atividades nas décadas seguintes, tornando-se modelo em eficiência e segurança, a maior empresa do Brasil e das maiores do mundo. Infelizmente, desde que o PT assumiu a presidência da República, passou a acumular acidentes, diminuição da produção, prejuízos financeiros, e engordar o número de empregados terceirizados. Para se ter ideia da desestruturação da Petrobras, que hoje importa 23% da gasolina e 24% do diesel consumidos no mercado interno, citarei dois casos entre as centenas de irregularidades apontadas pelo TCU, em relação às recentes obras e aquisições da Petrobras: a refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, e a compra da refinaria Pasadena nos Estados Unidos. A Abreu e Lima é tão mal planejada que foi apontada pela atual presidente da Petrobras, Graça Foster, como “exemplo a ser estudado para que jamais volte a acontecer na companhia”. Lançada em 2005 – pelo então presidente Lula, com estardalhaço político – ao custo de US\$ 2,3 bilhões, teve orçamento revisado em julho de 2012 para US\$ 20,1 bilhões. Sem se comentar sobre a nossa refinaria, que não passou de protocolo de intenções. Entre os maiores equívocos que levaram a acumular bilhões de reais em prejuízos, destacam-se os péssimos negócios nas aquisições de refinarias no Japão e EUA, onde pagou US\$ 1,18 bilhão em duas etapas, em 2006 e 2012, a empresa belga Astra Oil, na compra da refinaria Pasadena Refining System.Inc., no Texas, que havia custado apenas US\$ 42,5 milhões, em 2005, à sua agora ex-sócia belga. A derrocada pode ser vista na revisão de seu antigo plano para 2011-2015, em que os objetivos de produção eram chegar a 3,1 milhões de barril/dia em 2015 e a 4,9 milhões em 2020. No novo

planejamento, as metas são mais baixas: 2,5 milhões de barris/dia em 2016 e 4,2 milhões em 2020. Ai estão alguns motivos para a descrença pelos investidores e especialistas do setor.

*"Apontada pela presidente da Petrobras como exemplo a ser estudado para que jamais volte a acontecer"*

### **Raimundo Gomes de Matos**

Médico e deputado federal (PSDB-CE)

**NÃO** - A Petrobras é um dos pilares da indústria e do desenvolvimento científico do país. Não ver isso é fazer o jogo sujo de especuladores que usam a mídia para baixar o preço da empresa e comprar barato suas ações. Desde a descoberta do pré-sal e da mudança do marco regulatório de concessão para partilha, analistas do Brasil e de fora alardeiam a tese de que a empresa está em dificuldades. Será isso o que mostram os números da empresa? Nada disso. Somente com a produção no pré-sal hoje extraímos 415 mil barris/dia, e os indicadores econômico-financeiros são positivos. Em 2010, realizou a maior capitalização da história do capitalismo no mundo, U\$ 70 bilhões, com o objetivo de arrecadar fundos para investimentos na exploração da camada do pré-sal. De 2013 até hoje, captou no mercado U\$ 8,5 bilhões; 3,05 bilhões de Euros e 600 milhões de Libras Esterlinas. Para o leitor ter ideia, para este ano, Santander, Safra e outras corretoras apostam no potencial de valorização de 68 empresas na bolsa. Destas, só 7 ultrapassam os 50%. A estimativa da Petrobras é de 54%. Percebe? Comparação entre os balanços da Petrobras com quatro grandes rivais internacionais – Exxon Mobil, Shell, Chevron e BB – revela verdade inconveniente para os arautos do caos: a Petrobras, ao contrário do que dizem, ostenta números mais saudáveis do que suas rivais. A começar pela última linha do balanço: a do lucro. De 2012 para 2013, avançou 1%, em dólar, enquanto Exxon caiu 27%, Shell recuou 35%, Chevron perdeu 18% e apenas a BP avançou. Os anos de 2006 a 2013 também trazem dados positivos. Entre as cinco, foi a única que expandiu produção (11%), enquanto as outras caíram ou ficaram no lugar: Exxon (-1%), Shell (-8%), Chevron (0%) e BP (-18%). Outro ponto diz respeito aos investimentos. Das cinco, a Petrobras foi a que mais cresceu, 228%, contra 114% da Exxon, 85% da Shell e 152% da Chevron. Fica claro que a Petrobras está sob ataque especulativo, movido por forças que gostariam que o Brasil adotasse novo modelo para a gestão das reservas do pré-sal. Desde a escolha do modelo de partilha, a empresa tem sido submetida a vários questionamentos. O que esses especuladores não querem é que sejamos donos dessa riqueza.

*"Ostenta números mais saudáveis do que suas rivais. A começar pela última linha do balanço: a do lucro"*

### **Lula Morais**

Deputado Estadual (PC do B)

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/opiniao/confrontodasideias/2014/03/28/nota-confrontoideias,3227520/os-fatos-recentes-envolvendo-denuncias-de-irregularidades-cometidas-por-pessoas-ligadas-a-petrobras-podem-manchar-a-imagem-de-eficiencia-conquistada-ao-longo-da-historia-pela-maior-empresa-do-brasil.shtml>

#### TEXTO 14

##### CONFRONTO DAS IDEIAS 21/03/2014

Na semana passada o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece) divulgou o resultado que aponta o crescimento de 3,44% do PIB do Ceará em 2013, que é superior a de 2012 e acima da média nacional. Há o que se comemorar?

##### **PIB ACIMA DA MÉDIA NACIONAL**

**SIM** - O tema é oportuno. A evolução do PIB me parece um gancho para se avaliar o conjunto das políticas públicas germinadas e implementadas na Gestão do Governador Cid Gomes, o que é muito bem-vindo! O PIB cearense cresce há 15 trimestres e há 6 anos consecutivos com taxas superiores ao Brasil, portanto o Governo Cid vence de goleada, 6x1, e de virada. Em 2013 as taxas do Ceará e do Brasil foram 3,44 e 2,30%, respectivamente. A Agropecuária aumentou 2,61%, apesar da escassez de precipitação que marcou os últimos anos. Os Serviços atingiram 2,89%. A Administração Pública e o Comércio representam mais da metade dos Serviços. Face o aumento da Taxa Selic, o crédito mais custoso arrefece o consumo das famílias e o investimento das empresas. Já o investimento público é pujante, somando R\$13,9bilhões na Gestão Cid. Esse volume de recursos, junto ao peso da Administração Pública na economia, é responsável de modo significativo para os contínuos bons resultados. A Indústria teve a maior evolução, com 5,62%. Dado de relevo, pois o crescimento alicerçado no aumento do consumo e na expansão dos serviços pode se mostrar fugaz. Em 2006, com R\$46,3bi, tínhamos 1,95% do PIB Brasil. Em 2013, com R\$105,7bi (+128,40%), saltamos para 2,19% do PIB Brasil. Abocanhamos novos 12,31% da renda nacional e distribuimos com os 8,78milhões de irmãos cearenses. Temos sim o que comemorar, pois houve expressiva inclusão social. Os indicadores de Trabalho e Renda; Pobreza e Extrema Pobreza; Desigualdade; e Educação evidenciam isso. Concluindo, considerando que na relevância entre Rumo X Ritmo o primeiro sempre prepondera, face ao limitado espaço aqui, entendo que o assunto por não se encerra, ao contrário, apenas se inicia. Esse debate é salutar e demonstra pleno alinhamento entre a expectativa da sociedade cearense, de receber a devida prestação de contas; e do Governo Cid Gomes, de evidenciar o muito realizado; pois são conquistas coletivas, consolidadas com o DNA individual de cada cearense herói anônimo!

*"O PIB cearense cresce há 15 trimestres e há 6 anos consecutivos com taxas superiores ao Brasil"*

**Eduardo Diogo**

Secretário do Planejamento e Gestão do Governo do Estado do Ceará

**NÃO** - Uma característica importante da boa gestão, pública ou privada, é a prática continuada do aprendizado a partir dos resultados obtidos. Creio que esse deve ser o caminho que governo e sociedade devem assumir em relação aos números recentes do PIB. O resultado não é bom por dois motivos óbvios: o crescimento (3,44%) foi baixo em relação ao que o Ceará precisa e repete uma tendência de queda nos últimos três anos. O momento não é de comemoração e sim, de reflexão e autocrítica. Por que o crescimento é menor a cada ano? Por que o Ceará não muda de patamar de crescimento? O que mudar? Devemos de imediato abandonar o argumento contraditório de “descolar” do Brasil para comemorar o crescimento maior e “colar” no mesmo para justificar a baixa taxa de crescimento. Devemos também entender que o governo sozinho, via investimento publico, não é capaz de sustentar o crescimento da economia. O que sustenta crescimento é investimento privado e aumento da produtividade. Não podemos negar o esforço do governo em aumentar os investimentos públicos, mas sempre é bom lembrar que o relevante é a qualidade do investimento e não sua quantidade. Uma forma de medir a qualidade do investimento é exatamente sua capacidade de gerar mais PIB. Sempre é importante lembrar que PIB é o valor econômico que a economia agrega e não o valor do investimento, da produção ou da exportação. Digo isso porque ainda hoje leio afirmações que a refinaria vai dobrar o PIB, que o Centro de Eventos vai aumentar o PIB em 50%, que a Copa vai aumentar o PIB em 30%. Isso simplesmente não vai acontecer! A boa notícia é que o Ceara tem potencial econômico e competência dentro e fora do governo para crescer mais. O que precisamos é a postura do aprendizado e a disposição de mudar e inovar. Precisamos de uma estratégia econômica competitiva (para isso temos o Ipece), de uma gestão focada nos resultados (para isso temos a Seplag) e de um processo contínuo de autocrítica e aprendizado que junte governo com o setor produtivo. Assim como o PIB surge da agregação de valor seu crescimento surge da agregação de esforços e competências.

*"O momento não é de comemoração e sim, de reflexão e autocrítica"*

**Marcos C. Holanda**

Professor Titular do Departamento Economia Aplicada

Universidade Federal do Ceará (DEA-UFC)

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/opiniao/confrontodasideias/2014/03/21/notaonfrontoideias,3223800/na-semana-passada-o-instituto-de-pesquisa-e-estrategia-economica-do-ceara-ipece-divulgou-o-resultado-que-aponta-o-crescimento-de-3-44-do-pib-do-ceara-em-2013-que-e-superior-a-de-2012-e-acima-da-media-nacional-ha-o-que-se-comemorar.shtml>

TEMA 15

CONFRONTO DAS IDEIAS: PRAÇA PORTUGAL 14/03/2014

A Prefeitura de Fortaleza apresentou como uma das ações de melhoria da mobilidade urbana na cidade, projeto que visa dividir a Praça Portugal em quatro partes, criando ainda um cruzamento no local. Este é o melhor projeto para a área?

**SIM-** Escrever sobre o projeto da nova Praça é um pouco como Prometeu desafiar os deuses do Olimpo da opinião pública cearense. Todos os dias algum destes deuses vai vir comer um pedaço do meu fígado. Vou logo avisando que meu fígado não anda lá com a bola toda. A Praça Portugal de hoje é uma das coisas mais equivocadas que esta cidade já produziu. Um monumento à ditadura dos carros. Se Caymmi passasse nela, diria que “quem gosta dela é ruim da cabeça ou doente do pé...” A Praça nasceu dos donos dos loteamentos, que resolveram dividir em quatro lotes iguais. Daí surgiu a rotatória como uma solução viária que exige a combinação de atributos (largura e raio de curva da via, velocidade média, faixas de tráfego, acesso e saída) que estão fora de sintonia no atual desenho da Praça. Isso produz conflitos no tráfego. Impossibilidade de acesso ao pedestre. Enfim, uma solução ingênua para o pequeno volume de tráfego da época. Há quem a defenda como componente da memória urbana. Que memória é esta? A memória social é uma construção. Cada povo pode escolher e resignificar o que considera importante. E o que há de importante ali? Quem tem saudades da Praça do Ferreira da época da ditadura? Essa praça é até pior do que aquela. Em todos os aspectos. A área acessível atual dedicada a pedestres não chega a 1.500 m<sup>2</sup> hoje (são as áreas periféricas, fragmentadas com inúmeros bloqueios e pracetas onde estão bancas de revista). A proposta atual vai multiplicar em cinco vezes a área de uso por pedestres, possibilitando a criação de espaço de convivência e de sociabilidade urbana tão necessários à nossa cidade. Os grupos de opinião que torpedeiam o projeto tem objetivos diversos. Partidos cumprem o papel de criticar, pois a maioria de esquerda que estava no poder, depois de arrasar a educação e saúde, resolveu tomar a si a bandeira do verde de forma quase religiosa. Uma parte da galera cumpre seu papel de desafiar a autoridade, qualquer que seja ela, no que estão certos. Os limites são impostos pela autoridade, que, seja qual for, inclusive a paterna, é em geral careta. Acho esta barulheira muito legal. Afinal, mais do que debater obras, estamos aprendendo a pensar processos.

*Há quem a defenda como componente da memória urbana. Que memória é esta?*

**Paulo**

**Linhares**

Doutor em sociologia da cultura, mestre em antropologia urbana e professor da UFC

**NÃO** - Na Praça Portugal pugnamos pela manutenção da rotatória arborizada com a iconografia monumental e pela intervenção nos demais quatro espaços do local para melhorar a mobilidade e fruição. A Praça atual já são cinco “praças” compostas por uma rotatória a preservar e quatro “cantos” onde se faz premente uma intervenção que os valorize para efetiva animação, convívio e melhoria da mobilidade. Esta poderia ser a marca histórica desta

intervenção da Prefeitura na Praça: melhorar a fruição e mobilidade e permitir o acesso à praça central. Patrimônio material e imaterial de Fortaleza, é um dos seus elementos distintivos com estatuto de memória coletiva. Quando se pergunta quais os ícones de Fortaleza aos fortalezenses e visitantes surge entre eles a Praça Portugal com o seu monumento central que homenageia Portugal e o Brasil na esfera armilar pendente do arco e que representa o Brasil na bandeira de D. João VI. Assim, é uma tripla homenagem que Portugal recebe: No nome, no monumento central e por ser um patrimônio intangível dos fortalezenses, radicado na sua afetividade e da comunidade portuguesa e difícil de voltar a ser criado de outra forma. A Praça central tem tido uma fruição distinta, menos acessível para pedestres, mas vitrine de celebrações cívicas, espaço democrático. Por outro lado tem uma fruição de contemplação e beleza. É um dos espaços mais bem cuidados da cidade. O desafio da mobilidade é urgente, mas pode ser conciliado com a maximização que a própria Praça ainda possui para ser muito melhorada com soluções das quais a sociedade civil está a participar com um extraordinário interesse e empenho. Sendo a demolição irreversível, só poderia ser em ultimo recurso, e no caso, como já foi veiculado, poder construir-se mais tarde um túnel seria apenas para esse momento último de uma intervenção na praça central. De outra forma haveria lamento por uma intervenção passada que não esgotou todas as alternativas e teria eliminado desnecessariamente um ícone.

*Patrimônio material e imaterial de Fortaleza, é um elemento com estatuto de memória coletiva*

**Francisco Brandão**

Vice-cônsul de Portugal em Fortaleza

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/opiniao/confrontodasideias/2014/03/14/notconfrontoideias,3220054/a-prefeitura-de-fortaleza-apresentou-c-omo-uma-das-aco-es-de-melhoria-d.shtml>

TEMA 16

CONFRONTO DAS IDEIAS 07/03/2014

Projeto quer alterar o repasse para o trabalhador do percentual da multa do FGTS no caso de demissão sem justa causa. A proposta prevê que o valor será acrescido a cada ano do contrato de trabalho, até o limite de 50%. O senhor (a) concorda?

**MULTA POR DEMISSÃO**

**SIM** - O projeto de lei 5883, de 2013, que apresentei na Câmara dos Deputados, propõe mudar a destinação da contribuição social ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, mais conhecida como multa de 10% do FGTS. No modelo atual, o empresário desembolsa multa de 50% quando demite sem justa causa, sendo 40% para o trabalhador e 10% para a conta única do

FGTS. No final dos anos 90, acumulavam-se perdas substanciais no saldo do FGTS, ao não se aplicar correção monetária adequada nas contas vinculadas de trabalhadores, durante os fracassados Plano Verão e Collor. O valor desse déficit foi estimado em R\$ 40 bilhões à época. Concluiu-se que o dinheiro para recompô-lo deveria vir de diversas fontes e, a mais importante, se deu pela instituição de contribuição de 10% sobre os depósitos na conta do empregado durante seu contrato de trabalho, cobrada na demissão sem justa causa, sem prazo para ser extinta. Ou seja, a partir da vigência dessa contribuição a demissão passou a ser onerada com 50% a título de contribuições ao FGTS: 40% na forma da contribuição trabalhista indenizatória para o trabalhador; e 10% a título de contribuição tributária, depositada em conta única do FGTS. Estudos demonstraram que as perdas que a justificavam já foram repostas. Ocorre que o governo vetou o projeto que acabava com a cobrança e pretende mantê-la em vigor. Em face de tal impasse, é que apresentei o projeto visando dar outro destino a esses recursos que continuam sendo recolhidos ao Caixa do governo. Ou seja, o dinheiro sairá das mãos do governo e passará ao trabalhador. A proposta cumprirá dois papéis: Primeiro, aumenta gradualmente o valor pago ao demitido sem justa causa, de 40% até 50%, dependendo do tempo de serviço. Em segundo, desonera a folha à medida que escalona a multa, acrescentando um ponto percentual a cada ano trabalhado. O benefício ao empregador é inegável, porque deixará de recolher os 10% integrais da multa, sempre que demitir, e pagará 1% por cada ano trabalhado. Se levarmos em conta que a média de tempo de permanência no emprego do trabalhador brasileiro é de 3,5 anos, fica evidente que o empregador dispenderá cerca de 1/3 apenas do que hoje é pago. Muito bom, também, para o empregador!

*"Ou seja, o dinheiro sairá das mãos do governo e passará ao trabalhador"*

**André**

Deputado Federal (PDT/CE)

**Figueiredo**

**NÃO** - Atualmente nos casos de demissão imotivada, as empresas pagam a título de multa, além do aviso prévio recentemente majorado, o percentual de 40% dos valores depositados do FGTS, acrescidos de mais 10%. Este acréscimo foi instituído em 2001, e tinha a finalidade específica de cobrir os déficits das contas do FGTS, provocados pelos Planos Verão e Collor, que foram “zerados” em 2012. A lógica é que o adicional deveria ser automaticamente suprimido, porém ainda hoje está em discussão, devido ao veto da presidente Dilma ao PLP 200/12, que prevê a extinção do descabido acréscimo. Prevendo que o veto deverá cair, já que não tem sustentação legal, nem moral, o deputado André Figueiredo–PDT apresentou o PL 5.886/13 que propõe: “O percentual de 40% será acrescido de um ponto percentual, a cada ano de vigência do contrato de trabalho, até o limite de cinquenta por cento”. A justificativa é que a proposta “desonera a folha de pagamento à medida que escalona a multa e inibe de certa forma a rotatividade”. É consenso entre pessoas com conhecimento técnico e de boa fé que, em nosso País, temos baixa produtividade, alto custo da contratação formal e pouca competitividade no cenário internacional. Suprimidos os extremistas, também é consensual a interdependência entre empregadores e empregados, um não existirá sem o outro. Os excessos na legislação

trabalhista levaram a vários países, até do dito primeiro mundo: Itália, França, Inglaterra e outros, a enfrentarem sérios problemas, tais como estagnação econômica, desemprego, informalidade e pouca competitividade. É isso que nós desejamos? Para formalizar uma contratação, normalmente temos a divulgação, seleção, treinamento e adaptação até o empregado atingir o máximo do seu potencial produtivo, todas estas etapas têm um custo significativo. É um discurso anacrônico querer fazer crer que o empregador se beneficia com uma demissão, e, por isso, deva ser penalizado. O que o nosso País necessita, urgentemente, é de avanços na modernização da legislação trabalhista, através de discussões sérias e transparentes, entendendo e procurando atender as reais necessidades dos atores, sem ranços e ideologias ultrapassadas.

*"O que o nosso País necessita, urgentemente, é de modernização da legislação trabalhista"*

**Fernando** **Pinto**  
Vice-presidente de Relações Trabalhistas do Sinduscon-CE

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/opiniaio/confrontodasideias/2014/03/07/notaonfrontoideias,3216568/projeto-quer-alterar-o-repasse-para-o-trabalhador-do-percentual-da-mul.shtml>

#### TEMA 17

CONFRONTO DAS IDEIAS 28/02/2014

O senhor (a) concorda com a definição de família como núcleo formado a partir somente da união entre homem e mulher, prevista no projeto que cria o Estatuto da Família?

#### **ESTRUTURA FAMILIAR**

**SIM** - Há um cenário com nuances de progresso que é exposto em escala internacional. A ideia de que o conceito de família não mais obedece a padrões é traço essencial deste plano que toma aparência de avanço por afirmar ser esta a tendência automática da instituição: perder, aos poucos, a essência. O Estatuto da Família vê a necessidade de amparar a entidade familiar no calor das transformações sociais e a define como o núcleo formado pela união entre homem e mulher. Essa definição é largamente acolhida com reprovação e, no mínimo, confusão, visto que do embate ideológico atual se tira pouco resultado lógico. Porém, a rápida reflexão e aferição do real nos demonstram que, sim, a família, entidade, é composta apenas pela união entre pessoas de sexo oposto. A constatação não transmite, de forma alguma, preconceito contra diversas orientações sexuais ou restrição à liberdade e direitos de casais de mesmo sexo. Ao contrário, apresenta o óbvio, ainda que a primeira vista tacanho, de que uma

família só pode ser construída por laços entre homem e mulher, numa relação consensual, aberta à fertilidade e de laços afetivos. O estreitamento da família à mera recompensa da afetividade não é satisfatório nem concreto, uma vez que muitos laços afetivos não constituem família e família nem sempre significa afetividade entre seus membros. Abrir o leque do conceito enfraquece a entidade e usurpava o sentido da união. Tal enfraquecimento tem precedentes jurídicos e criam a tendência de desrespeito e menor compreensão da norma e costume. O Estado, por outro lado, precisa promover a família natural e seu vínculo procriativo, visto que essa é “base da sociedade”. É dessa união que provém a única e objetiva segurança, social e psicológica, da formação de um indivíduo: terá entidade paterna e materna. O Estatuto, portanto, não apresenta nenhuma definição nova – “entre homem e mulher” já se encontra descrito na Constituição. Sua contribuição e amparo às famílias é, sem dúvida, de grande valor.

*"Abrir o leque do conceito enfraquece a entidade e usurpava o sentido da união"*

**Daniel**

Universitário e editor do portal novaguia.org

**Duarte**

**NÃO** - A incidência de propostas com claro teor religioso e discriminativo tramitando nas grandes casas legislativas me preocupa. E tal preocupação não ocorre por me opor a alguma doutrina, mas por desacreditar nas reais intenções de seus propositores. O projeto em discussão é de autoria de um deputado pernambucano, pastor e membro da bancada evangélica da Câmara dos Deputados, Anderson Ferreira. Na minha concepção, não é da alçada do Estado, nem tampouco de instituições religiosas – ou de seus representantes – determinar a estrutura familiar do país. Essa decisão cabe apenas ao cidadão, protegido pelo livre arbítrio, e, inclusive, pelo parágrafo 7º do art. 226 da Constituição vigente, que diz: “Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal (...) vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas”. A nós, parlamentares, cabe apenas o dever de propiciar, fiscalizar e fazer valer os direitos de todos os cidadãos. A família deve ser sempre pensada e vivida no plural. Isso significa dizer que qualquer projeto de lei que venha a comprometer e estabelecer controles e normatizações sobre a vida íntima, às liberdades individuais, às formas e arranjos de construções familiares e parentais atua como mecanismo autoritário, coercitivo e restritivo das liberdades individuais e sociais. E aos deputados, senadores e vereadores de todo o país: há tantas outras formas de construir um país melhor e garantir melhores condições de vida. Criar cartilha de “como se viver” ou se deixar de viver não é uma delas. Afinal de contas a autonomia e a liberdade são as paisagens que fundam a diversidade de gênero, de orientação sexual, de credo e de livre escolha, chão comum da democracia. O projeto de lei do senhor Anderson Ferreira é um tiro no pé contra ele próprio, pois tenta transpor um dogma de poucos para a ampla e diversa coletividade. Tenta barrar do que existe mais caro à humanidade, seus sentidos de família, de afetos e, por que não dizer, de amor.

*"O projeto de lei do senhor Anderson Ferreira é um tiro no pé contra ele próprio"*

**Paulo Diógenes**

Vereador, líder do PSD na Câmara dos Vereadores de Fortaleza (CMFor)

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/opiniaio/confrontodasideias/2014/02/28/notconfrontoideias,3213734/o-senhor-a-concorda-com-a-definicao-de-familia-como-nucleo-formado-a-partir-somente-da-uniao-entre-homem-e-mulher-prevista-no-projeto-que-cria-o-estatuto-da-familia.shtml>

TEMA 18

CONFRONTO DAS IDEIAS: TERRORISMO 21/02/2014

Após a morte do cinegrafista Santiago Andrade, ganhou força no Senado a proposta para tipificar o crime de terrorismo no Brasil. O senhor (a) concorda com a medida?

**NÃO** - Estamos assistindo a crescente de movimentações, em todo o país, que está fora da normalidade, e em que se confundem com vandalismo ataques com característica do terror. Começou com vidraça quebrada, ataque a um ônibus. Depois, eram a ônibus, no plural, tendo causado a morte de uma pessoa. Precisamos entender a Constituição Federal como algo amplo, no conjunto de direitos e obrigações. Alguns têm entendido só o lado do direito, mas isso não permite que o sujeito desse entendimento, ao se manifestar ou ao protestar, vá além. É preciso, então, legislação para avaliar, e avaliar bem, o que é vandalismo, o que é ato de terrorismo. Voltando aos casos dos ataques a ônibus, que ocorreram em série no Ceará, não parecem manifestação. Parecem afronta ao Estado. Metralhar a Secretaria de Segurança Pública ou a Secretaria da Justiça e - insisto - atear fogo em um ônibus, no meu entendimento, já sai da manifestação e vai para o ato de terrorismo. Depois da democracia, é a primeira vez que o país vive algo semelhante. O que vai carecer adequação aos novos tempos, através de legislação específica. Legislação que tem que ser discutida para dimensionarmos o que é ato de manifestação, natural, nos termos da Constituição, o que é vandalismo e o que pode ser enquadrado como ato de terror. É preciso que a OAB e a sociedade participem do debate, que é mais amplo do que podem limitar o senso comum e a comodidade dos que, por ventura, vêm-se ameaçados pelo Estado democrático de direito. A conduta das polícias, por exemplo, deve ser observada. Acredito que essa legislação poderia contemplar mediação entre o que é conter a manifestação e o que é exacerbar a expressão das ruas, que pode - e deve - ser ordeira e legítima. Fruto desse debate, teríamos norma objetiva em relação a esta e muitas outras questões do entorno. Entretanto, se o texto da lei, por enquanto chamada de antiterror, vier a ferir direitos e garantias constitucionais, a OAB e a sociedade irão pedir o posicionamento do STF. E o que fazer no futuro, agora que se aproxima a Copa? Não há lacuna na lei. Até que disponhamos de

novo diploma legal, há que se utilizar a legislação atual, para o enquadramento dos crimes. Há que se utilizarem os princípios do Direito, a análise sistemática da legislação, para se encontrar esse enquadramento.

*"Precisamos entender a Constituição Federal como algo amplo, no conjunto de direitos e obrigações "*

**Valdetário**

**Monteiro**

Presidente da Ordem do Advogados do Brasil, Seção Ceará

**NÃO** - “Terrorismo: provocar ou infundir terror ou pânico generalizado mediante ofensa ou tentativa de ofensa à vida, à integridade física ou à saúde ou à privação da liberdade de pessoa. Pena: reclusão de 15 a 30 anos”. Essa é a redação do que poderá se converter no mais grave retrocesso jurídico-político, justo no ano em que se completam 50 anos do golpe civil-militar e 25 anos da promulgação da chamada “Constituição Cidadã”. A ironia é que a aprovação desse projeto—que alguns já apelidaram de o AI-5 da Democracia (em alusão ao instrumento de exceção de dezembro de 1968) – poderá se dar em governo cuja chefe combateu com armas a ditadura e que instituiu comissão da memória e da verdade para levantar o véu das atrocidades cometidas naquele período das trevas. Na verdade, o retrocesso já vinha sendo anunciado desde que a Guarda Nacional foi utilizada na repressão às manifestações de junho passado. No final do ano, o manual das Forças Armadas intitulado “Garantia da Lei e da Ordem” (GLO, Portaria 3; Ministério da Defesa), ao prever o uso das FFAA para “garantia da lei e da ordem”, identificava como “forças oponentes” os “movimentos e organizações sociais”. Tal qual a ideologia da segurança nacional da ditadura o inimigo interno é o povo! A imprecisão e a abertura na conceituação legal de terrorismo permitem que aplicadores da lei possam interpretá-la de forma subjetiva, seguindo tendência conservadora e antidemocrática, sem controle da sociedade. A verdade é que, sob o pretexto de se atender às exigências de uma das entidades privadas mais ricas, corruptas e poderosas do mundo, a Fifa, se caminha para impedir os direitos de manifestação garantidos pela Constituição e acentuar a criminalização dos movimentos sociais. É o que os cientistas sociais chamam de Estado Policial, Estado Penal Máximo, que nada mais é do que a atualização do hobbesiano Estado Absoluto, o Leviatã! Este, sim, responsável por espécie de “terror” institucionalizado. É só ouvir as comunidades ameaçadas de remoções pelas “obras da copa”...

*"Tal qual a ideologia da segurança nacional da ditadura o inimigo interno é o povo!"*

**João Alfredo Telles Melo**

Advogado, professor de Direito, vereador pelo Psol e presidente da Comissão dos Direitos Humanos da Câmara Municipal de Fortaleza

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/opiniao/confrontodasideias/2014/02/21/notconfrontoideias,3210098/apos-a-morte-do-cinegrafista-santiago-andrade-ganhou-forca-no-senado-a-proposta-para-tipificar-o-crime-de-terrorismo-no-brasil-o-senhor-a-concorda-com-a-medida.shtml>

## TEMA 19

### CONFRONTO DAS IDEIAS 14/02/2014

Projeto da vereadora Toinha Rocha (Psol) quer o fechamento da avenida Beira Mar para veículos automotores nos fins de semana. O senhor (a) concorda ?

**SIM** - As cidades são feitas de pessoas, e deveriam ser pensadas para elas. Estruturas, equipamentos devem servir aos que moram no Município e não segregar, apartar, sejam ricos de pobres, seja as pessoas em geral de seus bens naturais. A orla de Fortaleza é um bem de todos, uma marca da nossa cidade, integra a cultura do nosso povo. A ditadura dos carros faz com que pensemos a cidade a partir deles e não das pessoas. Ícones de concreto são levantados, retiram-se as gentes, os verdes, aterram-se os mananciais, acaba-se com a vida em prol desta lógica. Quem anda pela avenida Beira Mar, conhece aquele local, sabe da vida que lá fervilha: “coopistas”, famílias, comércio, turistas etc. Mas também percebe que os espaços são espremidos, tolhidos por causa dos carros. Quem não conhece alguém que adoraria passear mais com a sua “bike”, mas não tem coragem, por causa dos carros? O que estamos propondo não é novidade nas grandes capitais do país: São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Curitiba, Brasília... Iniciativas como estas garantem o direito ao lazer, garantem a qualidade de vida. O que se precisa, para tanto, é ter uma gestão com mínimo de sensibilidade e eficiência, que organize horários, estabeleça as exceções a moradores e a algum outro segmento que se faça necessário. A reivindicação é antiga de grupos organizados no local, como dos “Amigos da Beira Mar”. E não deveria se restringir a esta Avenida. Entendemos que, iniciativas como estas, devem se espalhar a outros locais de Fortaleza, como em certos pontos do Centro. Em relação ao Centro, também fizemos requerimento solicitando estudos da Prefeitura, para viabilizar tal expediente. Muitos lugares de Fortaleza estão entregues à violência e ao descaso, por falta de pessoas, por falta de vida. Iniciativas como estas são mais um passo para a revitalização de nossa cidade. Faça um convite a todos e a todas, vamos reinventar a Cidade, para ela ser da gente, para ela ser do povo!

*"Quem anda pela avenida Beira Mar, conhece aquele local, sabe da vida que lá fervilha"*

**Toinha**

Vereadora (Psol) e autora do Projeto

**Rocha**

**NÃO** - Em minha última viagem ao Rio de Janeiro, tive a oportunidade de fazer um belo passeio pela orla carioca de bicicleta, saindo do aterro do Flamengo e terminando na lagoa Rodrigo de Freitas. Pude ver o quanto os cariocas são privilegiados em ter uma orla tão extensa e estruturada possibilitando que a população possa usufruir de uma das faixas para atividades e passeios nos dias de domingo. Porém, essa ideia não pode ser aplicada a cidade de Fortaleza, pelo menos não nesse momento. Em um futuro próximo, com a reforma prevista para a avenida Beira Mar e a implantação do novo projeto arquitetônico para a área, que inclui o aterramento para ampliação da faixa de areia, talvez isso seja até possível. Para falar a verdade, se não fosse pela inércia da gestão municipal anterior, essa nova estrutura já poderia estar sendo usufruída pelos turistas e, principalmente, por nós fortalezenses. Entre os argumentos que utilizo para discordar desta medida, está o fato da avenida Beira Mar ser a única via que permite o acesso de veículos a essa área da cidade de Fortaleza. Devemos lembrar ainda que não existem áreas de estacionamento próximas, que permitissem aos frequentadores estacionarem os seus veículos e seguirem a pé para o local. Só restaria, dessa forma, o acesso por meio de ônibus ou táxi. Outro fator é que o local além de ser um espaço de lazer e de moradia, também é um espaço comercial, abrigando várias atividades, entre elas destaco muitos bares, restaurantes, lanchonetes, sorveterias, entre outros estabelecimentos. Devemos lembrar que o faturamento desses estabelecimentos se concentra, principalmente, nos finais de semana. Portanto, o fechamento desse trecho da cidade poderá provocar uma elevada queda no fluxo dessas empresas. Por estarem nessa área, os empresários já se submetem aos alugueis mais caros de Fortaleza.

*"Devemos lembrar que o faturamento se concentra, principalmente, nos finais de semana"*

**Ivan Assunção**

Presidente da Associação dos Bares e Restaurantes do Ceará (Abrasel)

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/opiniao/confrontodasideias/2014/02/14/notconfrontoideias.3206505/projeto-da-vereadora-toinha-rocha-psol-quer-o-fechamento-da-avenida-beira-mar-para-veiculos-automotores-nos-fins-de-semana-o-senhor-a-concorda.shtml>

## TEMA 20

CONFRONTO DAS IDEIAS 07/02/2014

A Câmara dos Deputados vai retomar o debate sobre a proposta que proíbe a transmissão de lutas de MMA pela televisão. O senhor concorda com a proibição?

**MMA**

**SIM** - Nos últimos meses projeto de lei de nossa autoria, que busca proibir a transmissão de lutas marciais não-olímpicas e violentas – o MMA - nos canais de televisão, voltou a repercutir. Atribuímos o fato a dois acontecimentos: seminário realizado em agosto de 2013 pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) da Câmara dos Deputados, da qual atualmente aguarda parecer, e a cena chocante da fratura da perna de Anderson Silva na luta contra Chris Weidman. É claro que lesão como aquela pode acontecer em algum esporte. Nesses casos, porém, entre as alternativas possíveis, a ação causadora da lesão ou não é objetivo de tais modalidades ou é proibida pelas suas regras. Na hipótese da ação proibida, mas deliberadamente praticada, seu autor é punido. No MMA os golpes brutais estão dentro da regra. Mas, não nos enganemos, existem lutas piores! Lutas sangrentas, que provocam lesões e mortes. É uma luta que faz lembrar a era dos “gladiadores” da antiga Roma, onde dois começavam a luta e apenas um saía vivo. No Brasil é proibida rinha de galo, de canário, de cães. E rinha humana pode? As regras do MMA não garantem a integridade do praticante e por isso não pode ser esporte. Quanto mais rápidos e contundentes os golpes, mais cedo o lutador comemora a vitória. Não é arte marcial porque prega ao invés da auto defesa, o ataque. Esperamos, com esse debate, que a sociedade compreenda melhor porque Nova York (EUA) e a França, citadas como exemplos civilizados em tantos assuntos, proibem não somente a transmissão pela TV, mas a realização de luta de MMA. Nosso projeto busca impedir que concessão pública, como é a TV, transmita luta sem qualquer outra mensagem que não seja a violência. A preocupação principal é com a influência que a veiculação do MMA na TV causa em crianças e adolescentes. Reconhecemos que se trata de proposta polêmica, mas a discussão séria faz parte do processo democrático que ajudamos a construir. Queremos seguir este debate. Será que o MMA é o tipo de atividade que queremos para promover os valores esportivos ou civilizatórios dos cidadãos brasileiros?

*"As regras do MMA não garantem a integridade do praticante e por isso não pode ser esporte"*

**José Mentor**

Advogado e deputado federal (PT-SP)

**NÃO** - O Brasil é um dos maiores exportadores de lutadores de artes marciais mistas. O MMA é o esporte que mais cresce no mundo e aqui não poderia ser diferente. Para valorizarmos esses atletas, apresentei na Câmara dos Deputados o projeto de lei 2051, propondo a regulamentação e reconhecimento do MMA como prática esportiva.

O objetivo é criar critérios para organizações dos eventos, adequando-os a normas rígidas internacionais e, se caso necessário, até mesmo estabelecer regras especiais no Brasil. O desafio é reduzir a organização de eventos “clandestinos”. Em meio a todo esse trabalho está acirrada a discussão no Congresso Nacional do projeto de lei do deputado José Mentor que pretende vetar a transmissão de lutas marciais pelas emissoras de televisão, o que pode marginalizar o MMA. A minha luta contra é, justamente, porque, ao proibir a transmissão,

também inviabiliza patrocínios e recursos importantes oriundos das televisões, em canais abertos ou fechados, e consegue “acabar” com o esporte que vem mudando a vida de inúmeros brasileiros, criando ídolos e referências de vida e de superação para a juventude.

O esporte muda a vida das pessoas. Eu dormi no chão até os 23 anos, passei fome e encontrei no boxe a saída para dignificar minha vida e de toda minha família. Conquistei quatro títulos mundiais, e reconhecimento de uma nação. Agora, como deputado, luto pelo que acredito e busco dar espaço para que oportunidades como as que tive sejam criadas para cada vez mais brasileiros. O discurso do deputado José Mentor destaca a violência do esporte, inapropriada para exibição em TV. Vale a pena destacar inúmeros programas e filmes violentos que têm espaço garantido na grade das emissoras. Sem contar, novelas e seriados que geram muito mais transtornos, especialmente, na instituição familiar. Censurar não resolve! O problema da violência é uma mazela social que não terá solução com restrições midiáticas, ainda mais atingindo o esporte. Cada vez está claro que instituições sérias estão mobilizadas para garantir a segurança de atletas - que são de alto rendimento - e dos fãs da modalidade.

O MMA é esporte, e estou completamente envolvido nesta causa de regulamentação, reconhecimento e ataque à marginalização das artes marciais mistas.

### **Acelino Popó Freitas**

Tetracampeão mundial de boxe e deputado federal (PRB-BA)

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/opiniao/confrontodasideias/2014/02/07/notconfrontoideias,3203075/a-camara-dos-deputados-vai-retomar-o-debate-sobre-a-proposta-que-proibe-a-transmissao-de-lutas-de-mma-pela-televisao-o-senhor-concorda-com-a-proibicao.shtml>

TEMA 21

CONFROTO DAS IDEIAS 31/01/2014

Prognóstico sobre a quadra invernososa este ano no Ceará aponta para chuvas abaixo da média. O Estado está preparado para um terceiro período seguido de seca?

### **ESTIAGEM**

**SIM** - O governo do Ceará vai continuar com ações emergenciais e estruturantes para conviver com a seca. O Programa Água para Todos, parceria com o Ministério da Integração Nacional, prevê a construção de 1350 sistemas simplificados de abastecimento d’água em 2014. O Projeto

São José, conta com a implantação de 169 projetos financiados pelo Banco Mundial. São sistemas de abastecimento que além da água, incluem banheiro e fossa séptica. 90 já estão em fase de licitação, 48 em execução e 31 sistemas estão sendo analisados. Em 2013, foram implantadas 29 mil 544 cisternas em parcerias com Ministério do Desenvolvimento Social, Funasa e Ministério da Integração. Até o fim de 2014, o objetivo é concluir 41 mil cisternas e a construção de 8 mil quintais produtivos. O Ceará tem 335 mil agricultores aptos a receber o Garantia-Safra, cerca de 300 mil boletos já foram pagos e os produtores tem até hoje para fazer o pagamento e garantir o benefício. Em caso de perda de 50% da safra, são cinco parcelas de R\$ 170. O investimento do Governo é de cerca de R\$ 26,56 milhões. Este mês, entregamos 30 caminhões caçamba, 18 caminhões pipa e 32 pás carregadeiras para 80 municípios. Foi um investimento de R\$ 22 milhões. Recursos do Programa de Aceleração do Crescimento 2. Sem contar que já entregamos 181 retroescavadeiras, 181 motoniveladoras, carros-pipa etc. Além disso, temos 5.600 açudes com mais de 5,0 hectares de espelho d'água. 2.700 km de rios perenizados, 360 km de canais (Eixão das Águas e Canal do trabalhador) aptos a armazenar 18 bilhões de m<sup>3</sup> de água. Há ainda a transposição do São Francisco e Cinturão das Águas, fazendo com que as águas cheguem ao Ceará em 2015. Ainda tem a perfuração de mais de 300 poços e a reestruturação da Ematerce. O Ceará é um dos Estados que mais se destaca nas ações de convivência com a seca, tendo recebido reconhecimento da presidente Dilma. As ações que estão em andamento serão ampliadas conforme a necessidade porque, tanto da parte do Estado, como do Governo Federal, não falta recurso.

*"O Ceará é um dos que mais se destaca na convivência com a seca, tendo recebido reconhecimento da presidente"*

**Nelson**

Secretário do Desenvolvimento Agrário

**Martins**

**NÃO** - Apesar das ações implementadas em 2012 e 2013, pelos governos federal, estadual e municipais, através dos programas de mitigação dos efeitos da seca, podemos observar um cenário de desolação da população rural. Tais efeitos podem ser constatados na baixa disponibilidade de água nos açudes do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), com 31% de sua capacidade e da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (Cogerh) com apenas 30%. Falta água para consumo humano e animal em comunidades rurais, vilas, distritos e cidades. A Operação Carro Pipa dispõe de unidades insuficientes para atender a demanda. Em alguns casos, constata-se que a água distribuída é de baixa qualidade. Os poços artesianos perfurados pelo Dnocs e pela Superintendência de Obras Hidráulicas (Sohidra), e instalados pela Defesa Civil, seguem um ritmo lento. A produção tem sido drasticamente afetada pela seca. Na agricultura de sequeiro tivemos perdas de safras de 69,37% em 2012 e de 68,75% em 2013, segundo dados da Empresa de Assistência Técnica de Extensão Rural do Ceará (Ematerce). A pecuária familiar tem sido dizimada pela falta de suporte forrageiro natural e cultivado. O milho é difícil de chegar aos pequenos agricultores, a forragem cultivada nos perímetros irrigados é comercializada exclusivamente para grandes e médios pecuaristas dado o baixo volume ofertado e, conseqüentemente, aos elevados preços do produto. A garantia de renda para as famílias rurais afetadas pela estiagem através do Programa Garantia Safra

2013/2014, R\$ 170,00 mês ou do Programa Bolsa Estiagem, R\$ 80,00, não dá sequer para comprar uma cesta básica que, segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), no mês de dezembro de 2013 custava no Ceará, R\$ 273,47. Face ao exposto, concluo que o Estado e a sociedade cearense não estão preparados para enfrentar ou conviver com uma possível terceira estiagem. Falta uma política de convivência com o semiárido que envolva os três entes federativos e a sociedade civil, garantido terra, infraestrutura hídrica e produtiva para a população rural viver com sustentabilidade.

*"A garantia de renda para as famílias rurais afetadas pela estiagem não dá sequer para comprar uma cesta básica"*

**Luiz Carlos Ribeiro de Lima**

Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará (Fetraece)

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/opiniao/confrontodasideias/2014/01/31/notaonfrontoideias,3199458/prognostico-sobre-a-quadra-invernosa-este-ano-no-ceara-aponta-para-chuvas-abaixo-da-media-o-estado-esta-preparado-para-um-terceiro-periodo-seguido-de-seca.shtml>

## TEXTO 22

### CONFRONTO DAS IDEIAS 24/01/2014

Até o final de janeiro trabalhadores cadastrados começam a receber os cartões do programa Vale-Cultura. A medida vai aumentar o acesso aos bens culturais?

### **CULTURA**

**SIM** - Para um artista que sobrevive da sua arte, ver a cultura começando a ser compreendida como um componente na formação e essencial à vida do ser humano constitui uma verdadeira satisfação. A partir da criação do vale-cultura os produtos culturais e artísticos começam a entrar para o hall das necessidades básicas de todo o brasileiro bem como o vale-transporte e outros benefícios justos, conquistados há alguns anos. Em um primeiro momento não acredito que esse recurso beneficie artistas e produtores que estejam fora da grande mídia. Artistas renomados e suas grandes produções já recebem parte do salário dos trabalhadores e serão os primeiros beneficiados pelo programa. Todavia, o poder do fomento e da oportunidade não pode se prender a dados estatísticos, tampouco devemos subestimar o potencial do nosso povo sempre tão curioso. Os amores e as paixões brotam de lugares inimagináveis. Essa é mais uma oportunidade de fortalecer não só o mercado cultural que emprega e alimenta muita gente,

mas quem sabe apaixonar uma futura Frida ou Neruda da Silva. É questionável fomentar a cultura somente com editais e leis de incentivo, pois isso responsabiliza apenas um dos lados da moeda: artistas e produtores. Esquece-se, porém, uma parte fundamental desse jogo, o público consumidor, que muitas vezes acaba por não ter esse gasto frequentando na maioria das vezes shows e espetáculos gratuitos. Fomenta-se a partir de agora um mercado cultural apoiando não somente aquele que produz, mas alguém que um dia poderá aplaudir, adquirir um livro ou uma pequena obra de arte. À primeira vista, o vale-cultura pode parecer pouco, no entanto, esse valor ainda simbólico, tem potencial para crescer. É preciso vislumbrar o vale-cultura como uma prática que será paulatinamente fomentada no coração daqueles que nunca tiveram oportunidades.

*"O poder do fomento e da oportunidade não pode se prender a dados estatísticos"*

**Gustavo**

**Portela**

Músico, cinegrafista e produtor musical

**NÃO** - pesar dos esforços do Governo Federal e o reconhecimento do trabalho que vem sendo realizado, ainda falta muito para se chegar à plena democratização da cultura. Sabe-se das dificuldades que os programas culturais, como o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), têm enfrentado para fomentá-la em todo o país. Recursos destinados, muitas vezes, não são aplicados devido à ausência de projetos culturais. O Programa de Cultura do Trabalhador instituiu o vale-cultura como instrumento de política pública, que tem por objetivo: possibilitar o acesso e a fruição dos produtos e serviços culturais, o estímulo a visita de estabelecimentos culturais e artísticos através de incentivo de acesso. Apesar da importância desta iniciativa, o vale-cultura somente atingirá seu objetivo principal, se em paralelo à oferta deste instrumento, acontecer a ampliação dos serviços e equipamentos culturais de forma homogênea, pois, no Brasil, temos uma cultura diversificada, com atividades culturais e valores para acesso diferenciados entre cidades e regiões.

É importante que se democratize a cultura, oferecendo opções culturais, também, em cidades afastadas dos grandes centros, incentivando à abertura de salas, formação artística, formação de plateia, criação de museus, teatros e cinemas. Caso contrário o incentivo poderá tornar-se ineficiente. Implantar o vale-cultura é uma grande iniciativa, contudo, não é suficiente para ampliar o acesso à cultura em um país que investe anualmente em seus municípios apenas 1% de seus recursos nesta área.

É importante que sejam observados e atendidos criteriosamente, todos os agentes no processo de incentivo: empresa operadora, empresa beneficiária, usuário e empresa recebedora. A mobilização e a conscientização dos empresários são fundamentais, para que estes se tornem beneficiários e proporcionem aos seus funcionários, maior acesso a cultura.

Concluindo, ressaltamos a importância do programa e dos cuidados que devem acompanhar sua regulamentação, como: processos, execução do programa, a definição de critérios específicos e fiscalização eficiente.

*"Implantar o vale-cultura é uma grande iniciativa, contudo, não é suficiente para ampliar o acesso"*

### **Clélia Monasterio**

Professora e coordenadora- adjunta do curso de Arquitetura da Estácio do Ceará

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/opiniaio/confrontodasideias/2014/01/24/notconfrontoideias,3195868/ate-o-final-de-janeiro-trabalhadores-cadastrados-comecam-a-receber-os-cartoes-do-programa-vale-cultura-a-medida-vai-aumentar-o-acesso-aos-bens-culturais.shtml>

### TEXTO 23

#### CONFRONTO DAS IDEIAS 17/01/2014

O sistema penitenciário do Ceará corre o risco de enfrentar situação semelhante à verificada no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, no Maranhão?

### **SISTEMA PENITENCIÁRIO**

**SIM** - E em homenagem à verdade impõe-se considerar que qualquer unidade da Federação está vulnerável a enfrentar o nefasto cenário tristemente vivenciado pelo Maranhão, afinal, o sistema penitenciário nacional carece de profunda e radical reestruturação. Mas antes importa informar ao leitor que no Maranhão resiste a abominável ideia da terceirização do gerenciamento do sistema prisional e a empresa que “administra” boa fatia da co-gestão maranhense é a Atlântica Segurança que tem como representante oficial Luiz Carlos Catanhêde que vem a ser sócio de Jorge Murad, marido da governadora Roseana Sarney em outra empresa (Pousada dos Lençóis). A aludida empresa recebeu, só em 2013, mais de R\$ 7 milhões do erário público. O nosso Estado acertadamente aboliu a experiência da terceirização quando o governador Cid Gomes assumiu o comando do Estado em seu primeiro mandato. O Brasil figura entre os três países do mundo que mais aprisiona, represando mais de 540 mil homens, suportando déficit de mais de 200 mil vagas. Numerosos estudos acadêmicos apontam a assustadora estatística de 80% de reincidência criminal no Brasil, ou seja, de cada 10 pessoas que deixam o cárcere, 8 retornam a ele; outros, quando devolvidos à sociedade, retornam mais irados e vingativos com a forma nauseabunda com que foram tratados. Estamos diante de ciclo vicioso que precisa ser fraturado. Não temos política penitenciária “de Estado”, mas “de governos”. Enquanto o delinquente preso não sofrer a aplicação de medidas que o possibilitem

recuperação, o fenômeno da criminalidade será cíclico. Resta inadiável uma uniformização de ações de rotina interna nas prisões (disciplina). Exemplifico: o indivíduo preso, se já alfabetizado, cumprirá horários em cursos profissionalizantes nas unidades; se analfabeto, frequentará cursos de alfabetização e dependendo de seu estágio será submetido aos cursos de aceleração pedagógica, etc. Urge a adoção de medidas com escopo de fulminar o ócio. A realidade cearense tem mudado e é forçoso reconhecer avanço, ainda que discreto. Pelo menos antes da atual gestão do governador Cid Gomes tínhamos apenas 5% da população carcerária dedicada a alguma ocupação, cifra hoje ampliada para de 20%. Falta muito, mas é um começo.

*"Enquanto o preso não sofrer a aplicação de medidas que o possibilitem recuperação, o fenômeno será cíclico "*

**Leandro Vasques** Advogado Criminal e representante da OAB no Conselho Estadual de Segurança Pública e no Conselho Penitenciário do Estado do Ceará

**NÃO** - Desde a semana passada a imprensa vem noticiando os fatos ocorridos no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, no Maranhão, com graves violações aos direitos humanos dos presos, os quais, revoltados e devidamente organizados em facções criminosas, resolveram ordenar, de dentro da própria cadeia, mortes de inocentes, que estavam dentro de um ônibus, em pleno centro da Capital, São Luís.

O sistema penitenciário local corre o risco de enfrentar situação semelhante a verificada no Maranhão? A resposta é não, se o Estado do Ceará, por parte de sua Secretaria de Justiça, providenciar a correta aplicação da Lei de Execução Penal (7.210/84), que é desrespeitada do começo ao fim, em diversos aspectos, senão, vejamos.

O primeiro objetivo disposto na Lei, em seu artigo 1º, consiste no preso cumprir a pena a qual foi imposta e para isto existe a necessidade da adequação do sistema trifásico de cumprimento nos regimes fechado, semiaberto e aberto (Seção II, da Lei supra - arts. 110 a 119). Atualmente, no Ceará, notadamente em Fortaleza, os dois últimos regimes mencionados inexistem, resultando em inúmeras concessões de prisões domiciliares, gerando, assim, tanto na pessoa do apenado, como na sociedade em geral, em sentimento de impunidade.

O segundo objetivo da Lei é a ressocialização do condenado, sendo que também neste Estado, principalmente na Capital, o percentual de políticas ressocializadoras no âmbito dos estabelecimentos penais é menor do que 10 %, ocasionando, assim, o retorno de um apenado para a sociedade, muito pior, do que ingressou, no âmbito do sistema, ou seja, os contribuintes estão financiando, através de impostos, escolas de crimes em que se transformaram os presídios locais.

Finalmente, o sistema penitenciário local não corre o risco de enfrentar a mesma situação de Pedrinhas se os seus gestores resolverem, de uma vez por todas, solucionar a questão da superlotação, uma vez que referido fato gera instabilidades dentro dos presídios, ferindo direitos essenciais dos presos, tais os de higiene e alimentação, além de ocasionar excessos dos prazos dos cumprimentos das penas gerando revoltas.

*"O percentual de políticas ressocializadoras no âmbito dos estabelecimentos penais é menor do que 10 %"*

**Camila Barbosa**

Promotora de Justiça da 3ª Vara de Execução Penal de Fortaleza

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/opiniao/confrontodasideias/2014/01/17/notconfrontoideias,3192298/o-sistema-penitenciario-do-ceara-corre-o-risco-de-enfrentar-situacao-semelhante-a-verificada-no-complexo-penitenciario-de-pedrinhas-no-maranhao.shtml>

TEMA 24

CONFRONTO DAS IDEIAS 03/01/2014

Policiais civis e militares cujas áreas de atuação registrarem queda na criminalidade serão premiados pelo Governo do Estado. Você acredita que essa premiação vai contribuir para reduzir o número de crimes?

**SEGURANÇA PÚBLICA**

*SIM - A Segurança Pública no Ceará experimenta uma crise. Estatísticas de diferentes fontes demonstram elevação nas taxas de crimes contra a vida e o patrimônio. A sensação de insegurança é generalizada entre a população. Além de demandar providências, este cenário se apresenta enigmático. Houve investimentos em infraestrutura, capacitação e contratação de efetivo, mas os resultados destes esforços são tímidos. Momentos de crises tendem a ser propícios para que estratégias inovadoras sejam colocadas em práticas. Este parece ser o caso das gratificações aos profissionais da segurança pública condicionadas à redução das taxas dos chamados “crimes violentos letais intencionais”. Obviamente, será necessário intensificar a fiscalização em relação à produção das estatísticas, evitando subnotificações propositais ou que crimes letais ocorridos em uma região sejam registrados em outra. De todo modo, a medida é positiva. A exemplo da estratégia norte-americana ante as disputas armadas entre gangs, “deixar matar” tem sido uma postura recorrente entre as Polícias brasileiras diante do mesmo fenômeno. Em meados do século XX, nos Estados Unidos, as forças policiais saíram parcialmente de cena nas periferias de grandes cidades. Eximiam-se de efetuar prisões de integrantes de gangs, deixando que estes coletivos de jovens se matassem entre si. Ante uma medida que vincula gratificação no salário à redução de crimes*

*letais, a omissão deixa de ser conveniente às Polícias cearenses no que diz respeito às recorrentes “guerras entre gangues rivais” que têm manchado com sangue de crianças e adolescentes as periferias de Fortaleza. Esperamos que as gratificações anunciadas para vastos segmentos das Polícias no Ceará, além de valorizar e incentivar a categoria, venham ampliar seus canais de comunicação com a sociedade e combater a circulação de armas de fogo entre jovens e adolescentes. Isto traria ganhos à Segurança Pública no Estado, cuja qualidade tem sido questionada pela população.*

*"A omissão deixa de ser conveniente às Polícias quanto às “guerras entre gangues rivais”*

### **Jânia Perla Diógenes**

Socióloga e pesquisadora do Laboratório de Estudos da Violência (LEV), da Universidade Federal do Ceará (UFC)

**NÃO** - Como eu gostaria de acreditar que a premiação pecuniária aos policiais possa vir a ser um fator determinante no esforço para reduzir as ocorrências dos graves delitos no Estado.

Somos uma sociedade amedrontada. Mudamos hábitos, comportamentos e percursos, pelos riscos de sermos vítimas da violência. Temos a nítida percepção de que as pessoas agredidas, violentadas, assassinadas nesta cotidiana brutalidade não são apenas as “outras pessoas”. Tomamos consciência de que estamos todos vulneráveis. Também temos clareza de que as ações para modificar este quadro de violência não se restringem tão somente ao poder de intervenção das forças policiais.

Por serem complexos os fatores geradores de violência, envolvendo aspectos sociais, econômicos, culturais e institucionais, é impossível acreditar que só ações policiais modifiquem substancialmente esta realidade. Fortaleza é a quarta capital brasileira em desigualdade social. Precisamos de fortes políticas sociais e educacionais para viabilizar novas expectativas para nossas crianças, adolescentes e juventude. É conhecido o jargão de que justiça que falta tarda. Apenas 1% dos que cometem crimes contra a vida são levados a julgamento e cumprem efetivamente as penas. Estabelecer metas para redução da violência com foco centrado na premiação em dinheiro aos policiais não aponta para uma perspectiva animadora. Poderemos ter anúncios de melhorias de curto prazo, mas sem sustentabilidade. Preocupam-me as distorções passíveis de acontecer neste projeto, como já ocorreu em similares na Colômbia, Rio de Janeiro e São Paulo. Os recursos anunciados poderiam ser usados para garantir aos servidores salários condignos com suas atividades, sustentados num plano de cargos carreiras com ascensão meritória por desempenho e compromisso com a corporação e com a sociedade. Mesmo com estas reflexões, quero acreditar que outras políticas venham a se somar em busca da redução da violência no Ceará.

*"As ações para modificar o quadro de violência não se restringem só ao poder de intervenção da Polícia"*

**Mario Mamede**

Militante dos direitos humanos e médico

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/opiniaio/confrontodasideias/2014/01/03/notconfrontoideias,3185281/policiais-civis-e-militares-cujas-areas-de-atuacao-registrarem-queda-na-criminalidade-serao-premiados-pelo-governo-do-estado-voce-acredita-que-essa-premiacao-vai-contribuir-para-reduzir-o-numero-de-crimes.shtml>

TEXTO 25

CONFRONTO DAS IDEIAS 27/12/2013

O Partido dos Trabalhadores (PT) age corretamente ao defender os políticos condenados do Mensalão?

**POLÍTICA**

**SIM** - O Brasil político moderno aparece de maneira extraordinária quando é possível observá-lo a partir das transformações experimentadas pelo Judiciário nos últimos anos. Foi-se o tempo em que magistrado “falava apenas nos autos”, o que significava, em boa parte dos casos, que a ele era negado o direito de falar quase sobre tudo. Quanto mais mudo o juiz, mais justo ele parecia. Conclusão enganosa e que tinha entre suas consequências mais visíveis a criação de uma aura de intocabilidade para o Poder, inibindo a sociedade de exercer uma possibilidade legítima de crítica. A maior abertura da Justiça aos questionamentos e às discussões é um marco importante da fase moderna da nossa política. O julgamento do mensalão, exageradamente apresentado nas sessões televisonadas do Supremo Tribunal como “maior escândalo” da história, enfrenta críticas da própria comunidade jurídica, de gente sem vínculo ao atual partido no governo e, em alguns casos, profissionais da advocacia até mais ligados à oposição. Por que, então, negar ao PT e aos seus filiados o direito de manifestar de maneira pública seu inconformismo? Tudo dentro do que possibilita um ambiente de liberdade como o que se vive atualmente, graças, em boa parte, à postura deste mesmo STF, que tem barrado tentativas de tolher o direito de exercício de cidadania no Brasil. É salutar ao aparelho judiciário que enxerguemos os magistrados como falíveis, passíveis de cometer erros, como humanos que são; do contrário apenas a má intenção justificaria equívocos em torno de uma sentença. O ruim no episódio do mensalão está no oportunismo de levar o problema específico do julgamento questionado pelos petistas ao ambiente rebaixado do debate político atual, ou seja, entender posturas eventualmente equivocadas de procuradores e ministros como resultado de alinhamentos ao governo ou à oposição. Deu-se ali a aplicação determinante de conceitos e teses raras, confusas, valendo citar o polêmico domínio do fato, para sentenças condenatórias

que, sim, podem ser questionadas e criticadas. É sinal de maturidade nossa que tudo isso seja absorvido como exercício natural de direitos democráticos que, em última instância, o STF existe para preservar. Contra quem quer que seja exercido.

*Por que negar ao PT e filiados o direito de manifestar publicamente seu inconformismo?*

**Guálter George**  
Jornalista do **O POVO**

**NÃO** - Primeiro é preciso destacar que, nesse caso do “agitprop” petista contra o STF, estamos falando de apenas três dos 25 condenados do mensalão: José Dirceu, José Genoino e Delúbio Soares. Outros agentes da trama, que ajudaram a pôr o dinheiro em circulação para fortalecer o partido, foram ignorados e esquecidos porque não são estrelas petistas. Simone Vasconcelos e Kátia Rabello, por exemplo.

Todos os guias do pensamento esquerdista afirmaram que as noções de certo e errado, justo e injusto, verdade e mentira são construções ideológicas da classe dominante, da burguesia, da elite. Lênin disse que “para nós (comunistas), a moralidade está subordinada aos interesses da luta de classe do proletariado”. Qualquer ação praticada alegadamente em benefício do povo é legítima, e qualquer objeção a essas práticas e alegações reproduz a lógica burguesa. Quem os reacionários pensam que são para ousar incriminar os responsáveis pela compra do Legislativo pelo Executivo, se tudo foi feito pelo bem do povo brasileiro?

É por isso que a indignação dos petistas é tão veemente e hiperbólica, e só é verbalizada em benefício dos correligionários. Eles, os membros do partido, não podem ser julgados segundo os critérios da moralidade comum, porque, para eles, tal coisa não existe. Esse negócio de certo e errado é uma piada burguesa. Certo é o que ajuda o partido.

Oito dos 11 juízes que condenaram os petistas foram nomeados por Lula e Dilma. O PT tem o poder central há dez anos. É a maior força no Congresso. Mas os pares ideológicos de Dirceu, Genoino e Delúbio denunciam que eles são presos políticos, assim como alardeavam até anteontem que o Brasil do PT é uma das mais vibrantes democracias do mundo. Também apresentam a favor deles o fato de que, dizem, não enriqueceram pessoalmente. Menos mal. Eles não se juntaram para construir mansões na beira da praia com dinheiro público. Foi só para jogar fora nosso esboço de Estado de Direito e eternizar o partido no poder.

*"Certo é o que ajuda o partido. O PT tem o poder central há dez anos. É a maior força no Congresso"*

**Bruno Pontes**

Jornalista do O POVO

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/opiniaio/confrontodasideias/2013/12/27/notconfrontoideias,3182450/o-partido-dos-trabalhadores-pt-age-corretamente-ao-defender-os-politicos-condenados-do-mensalao.shtml>

TEMA 26

CONFRONTO DE IDEIAS 20/12/2013

Recentemente aprovada pela Assembleia Legislativa, a Contribuição de Melhoria incide sobre imóveis que se valorizam devido à proximidade com obras públicas. Você considera justa a cobrança de Contribuição por Melhoria, proposta pelo Governo do Estado?

**TRIBUTO**

**NÃO**

Nosso Estado Tributário, a 14ª maior carga mundial, absorve 35% do PIB com arrecadação federativa superior a R\$ 1,5 trilhão e impondo ao contribuinte trabalhar 155 dias/ano só para pagar impostos. A natureza do sistema tributário brasileiro é avessa a reformas, centraliza absurdamente sua repartição na União, não apresenta justiça fiscal (paga mais quem ganha menos), pune o consumo desproporcionalmente e não oferta contrapartida razoável de serviços públicos a população. Não é sem razão que a sociedade considera qualquer injusto aumento na carga tributária. Não questionamos a legalidade da Contribuição de Melhoria prevista na Constituição/1988 e no Código Tributário Nacional. Mas alguns pontos controversos estão no Projeto de Lei. O primeiro é seu fato gerador: alguns tributaristas afirmam que a geração do tributo é a obra. Outros, a valorização do imóvel. Como o Governo do Ceará entende que a valorização do imóvel é o fato gerador, e que será cobrada sem caráter retroativo até nas obras em execução, a lei cearense agride o art. 82 do CTN, uma vez que devem ser observados requisitos mínimos e prévios: memorial descritivo do projeto, orçamento do custo da obra, parcela do custo da obra a ser financiada pelo imposto, delimitação da zona beneficiada e fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas nela contidas. Como não houve respeito a tais critérios legais, bem como ao prazo para impugnação do imposto, a lei não poderá cobrar das obras em execução ou executadas. Mais um problema é que todas as obras públicas a serem realizadas poderão gerar a Contribuição de Melhoria. Assim, tais obras que são pagas com nossos tributos e representam uma obrigação da gestão estatal incidirão em mais tungada ao contribuinte. É o “efeito cascata”. O contribuinte que já pagou impostos para que ocorressem as melhorias, vai bancar, além do novo imposto, os

repasses dos custos fixos e dos preços dos produtos dos estabelecimentos comerciais que pagarem esse tributo.

**Laécio Noronha Xavier**

**Presidente da Comissão de Política Urbana e Direito Urbanístico da OAB/CE**

### **SIM**

A Contribuição de Melhoria é um tributo antigo. Na Inglaterra é cobrado desde 1250, com a finalidade de reembolsar a coroa inglesa em relação aos custos das obras de represamento do rio Tâmisa. No Brasil, apesar de ser cobrado desde o século XIX em plena monarquia, entrou no arcabouço constitucional em 1934, posteriormente foi previsto no Código Tributário Nacional de 1966 que foi ampliado pelo Decreto Lei 195/67. Na Constituição Federal de 1988 está insculpido no art. 145, III daquele diploma legal. O tributo em comento é considerado justo, se partirmos do princípio de que, havendo benefícios diretos para alguns proprietários de imóveis, é plausível que o seu custeio não seja suportado pela sociedade igualmente, e sim principalmente por quem obteve benefícios patrimoniais da obra pública específica. Corroborando com este entendimento, o eminente professor Hugo de Brito Machado ensina que “a contribuição de melhoria é um tributo destinado a evitar uma injusta repartição dos benefícios decorrentes de obras públicas”. É importante salientar que existem requisitos relevantes que devem ser observados para que seja realizada a cobrança do referido tributo, como, por exemplo: a publicação prévia do memorial descritivo do projeto, o orçamento do custo da obra, delimitação da zona beneficiada, entre outros, oferecendo ao contribuinte a possibilidade de impugnar caso existam distorções; ou seja, sem sombras de dúvidas, é o tributo mais transparente que existe em nosso ordenamento jurídico. No caso do Ceará, o projeto de lei aprovado pela Assembleia Legislativa alcança os contribuintes com o maior poder aquisitivo, pois ficam isentos os proprietários titular do domínio útil ou detentor ou possuir a qualquer título de imóveis rural ou urbano com valor de mercado até 50.000 ufirce, que equivale a R\$ 152.035,00. Não serão tributados também aqueles que possuem um único imóvel para moradia e os que tem renda mensal de até 550 ufirce, que corresponde a R\$ 1.672.

**Pedro Jorge Medeiros**

**Advogado tributarista e presidente da Comissão de Estudos Tributários da OAB/CE**

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/opiniaio/confrontodasideias/2013/12/20/notconfrontoideias,3179761/recentemente-aprovada-pela-assembleia-legislativa-a-contribuicao-de.shtml>

### CONFRONTO DAS IDEIAS 13/12/2013

Crianças de 3 anos não terão mais creche em tempo integral em Fortaleza. Segundo a Prefeitura, a mudança aumentará a quantidade de famílias atendidas por creche. A iniciativa vai ajudar a melhorar a educação infantil?

### **EDUCAÇÃO INFANTIL**

**SIM** - A Educação Infantil faz parte da história recente da legislação educacional brasileira, isto é, somente com a promulgação da LDB/1996 esta etapa passou a ser reconhecida como integrante da Educação Básica do País. Falarmos de Educação Infantil é muito mais do que falar de prédios ou da função social.

É perceber a criança como sujeito de direito à educação de qualidade. O interesse a essa etapa da educação tem evoluído de forma gradativa. O atendimento em instituições de educação infantil, marcado inicialmente pela ideia de prestar assistencialismo, evoluiu e as ações pedagógicas estão voltadas para o cuidado e a educação de forma indissociável. Apesar das conquistas em termos de direito, ainda há muito a fazer. Em Fortaleza, dados do Censo Escolar mostram que houve uma estagnação na oferta de vagas para creche nos últimos anos, não havendo um aumento expressivo no acesso de crianças nos três primeiros anos da Educação Infantil, enquanto a população nessa faixa etária cresceu. Essa situação agrava-se no atendimento às crianças de 1 ano, que enfrentam uma longa lista de espera para vaga em creches municipais. Ações emergenciais são necessárias para garantir a ampliação do atendimento. Com oferecimento provisório do tempo parcial para todo o Infantil III, a rede municipal poderá ampliar o atendimento integral para crianças do Infantil I e II, além de aumentar vagas na jornada parcial para o Infantil III, garantindo que outras três mil famílias tenham acesso a essas unidades. Oportunizar o atendimento a outras famílias é priorizar a Educação Infantil como uma etapa importante no desenvolvimento integral, considerando que todo o tempo que a criança passa nesta instituição é pedagógico e que essa etapa pode ser oferecida em tempo parcial e/ou integral, conforme legislação vigente (LDB/1996; Resolução nº05/2009, CME/CEB). Ampliar o olhar à Educação Infantil e às possibilidades de acesso à creche é reconhecer a criança como cidadão com plena possibilidade de desenvolvimento e aprendizagem, sendo um objetivo a ser perseguido por todos nós.

*"Oportunizar o atendimento a outras famílias é priorizar a Educação Infantil"*

#### **Simone Calandrine**

Pedagoga, especialista em gestão educacional e gerente da Célula de Apoio à Gestão da Ed. Infantil da Secretaria Municipal de Educação

**NÃO** - Temos duas questões muito importantes a serem sublinhadas: uma relativa à questão de vagas na educação e outra relativa a melhor opção para as crianças, regime integral

ou parcial de escolaridade. Em um país que não forma médicos, engenheiros ou professores suficientes, qualquer diminuição de vagas já conquistadas seria um descalabro. Temos um enorme déficit educacional. Para completar esse problema quantitativo, temos sérios problemas na qualidade educacional. Nosso aluno que já conquistou sua vaga na escola não logra obter os conhecimentos mínimos para se inserir socialmente no mundo letrado. O fato é que, mesmo na rede privada de ensino, temos sérios problemas de qualidade e de resultados face aos investimentos feitos. Assim, a redução no atendimento das crianças de 3 anos atinge diretamente as conquistas já alcançadas na educação de Fortaleza. Pode-se argumentar que a adoção do tempo parcial aumenta o atendimento. Ora, baixar a qualidade para lograr aumentos efetivos de matrículas é tratar criança como boiada. Não se faz educação dentro desses esquemas de “tira aqui, coloca ali”. Nos países mais desenvolvidos, que buscam melhorias efetivas na educação, o tempo de permanência da criança na escola é considerado um dos principais diferenciais na qualificação da educação. Nada pode ser melhor para uma criança de 2 a 7 anos do que ficar na escola, almoçar, brincar e preparar-se para novas conquistas. Podemos dar à criança da escola pública o direito de brincar e realizar atividades diversificadas se a colocamos em tempo integral. A diversificação das atividades no segundo turno, por si só, oferece às crianças menos privilegiadas a oportunidade de experiências que lhes são negadas em suas vidas cotidianas. Se para crianças abastadas a educação em tempo integral é benéfica, para os menos favorecidos torna-se uma necessidade. Por fim, as mães precisam trabalhar e deixar seus filhos em segurança. A escola em tempo integral converte-se em um serviço útil também para as famílias.

*"Baixar a qualidade para lograr aumentos efetivos de matrículas é tratar criança como boiada"*

**Adriana Oliveira Lima**

Educadora e doutora em Educação

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/opiniaio/confrontodasideias/2013/12/13/notaonfrontoideias,3176327/criancas-de-3-anos-nao-terao-mais-creche-em-tempo-integral-em-fortaleza-segundo-a-prefeitura-a-mudanca-aumentara-a-quantidade-de-familias-atendidas-por-creche-a-iniciativa-vai-ajudar-a-melhorar-a-educacao-infantil.shtml>

## TEMA 28

CONFRONTO DAS IDEIAS 29/11/2013

O Ministério Público no Ceará formalizou ação que pede a extinção de três torcidas organizadas do Estado. A eliminação das torcidas organizadas no futebol cearense contribui para o fim da violência nos estádios?

## ESPORTES

**SIM** - O Estatuto do Torcedor define torcida organizada como “a pessoa jurídica de direito privado ou existente de fato, que se organize para o fim de torcer e apoiar entidade de prática esportiva de qualquer natureza ou modalidade”. Infelizmente, em nosso Estado, algumas torcidas vêm constantemente se envolvendo em atos de vandalismo ou até mesmo com o crime organizado. Além disso, costumam disseminar o ódio, o terror e a violência, por vezes através dos próprios cânticos e símbolos de conteúdo violento e homofóbico. Em um Estado Democrático de Direito, que deve prezar pela liberdade e paz social, esse comportamento não deve ser admitido. É bem verdade que a Constituição Federal dispõe que é plena a liberdade de associação para fins lícitos, o que impede, conseqüentemente, a associação para outros fins, como vem ocorrendo em nossa Capital. Foi por isso que, em abril deste ano, o Ministério Público do Ceará ingressou com uma Ação Civil Pública, requerendo a extinção de três grandes torcidas, as quais, atualmente, estão com as atividades suspensas por decisão judicial, o que impede, por exemplo, o funcionamento das lojas, promoção de eventos e o ingresso nos estádios de torcedores com objetos ou vestimentas que tenham qualquer símbolo dessas torcidas. Sabemos que a extinção não resolveria definitivamente o problema da violência, contribuindo apenas para seu controle. Defendemos que a melhor medida para a contenção da violência nos estádios seria a identificação de todos os seus frequentadores, que seriam cadastrados no ato da compra do ingresso, mediante a apresentação de um documento oficial de identidade e a informação do seu respectivo endereço, e o auxílio de monitoramento por imagem das catracas e instalação de equipamento de gravação fotográfica do rosto, a fim de identificar os torcedores e relacioná-los com o ingresso adquirido. Projeto de lei com esse teor está em tramitação na Assembleia Legislativa do Ceará.

*"Costumam disseminar o ódio e o terror, por vezes pelos cânticos e símbolos violentos"*

### **José Wilson Sales Júnior**

Procurador de Justiça e coordenador do Núcleo do Desporto e Defesa do Torcedor (Nudetor) do Ministério Público do Estado do Ceará

**NÃO** - Inicialmente, ressalta-se que o Estatuto do Torcedor, que dispõe especificamente sobre os deveres e direitos dos torcedores, em seu artigo 39-A, não prevê a possibilidade de extinção de torcida organizada que, em evento esportivo, comprovadamente tenha realizado tumulto, tendo como sanção máxima a suspensão de comparecer a eventos esportivos pelo prazo de três anos, o que vai ao encontro da Constituição Federal que veda qualquer pena de caráter perpétuo. Suspensões anteriores não foram suficientes para atenuar a violência, que atinge seu ápice em jogos entre Fortaleza e Ceará, em sua imensa maioria fora das praças esportivas, o que demonstra que a mesma é um problema geral de segurança pública e não se pode creditar apenas ao futebol. Para quem atua no Juizado do Torcedor, também se constata que a violência não é prática exclusiva apenas dos associados de torcidas organizadas.

Como extinguir tais associações, que não podem ser responsabilizadas objetivamente pela conduta de indivíduos, em sua maioria fora dos estádios, sem seu controle, sendo associados ou não, com o intuito de diminuição da violência sem punir e reeducar individualmente e de forme eficaz o torcedor que comprovadamente tenha provocado tumulto? É solução punir uma entidade, partido-se de um viés de estigma generalista, em razão de condutas individuais, as quais comprova-se que numericamente são exceção e não regra? A estruturação do juizado do torcedor aliada à administração dos eventos é um grande passo para a identificação e resposta mais célere para a violência nos estádios, afora a atuação da justiça comum para a imensa maioria de fatos que ocorre fora dos estádios e é imputado ao futebol. Deve ser articulada com um serviço policial de inteligência, recursos audiovisuais, controle de venda de ingressos, que possibilite que as transações e punições sejam devidamente fiscalizadas e cumpridas. Sem esse trabalho, difícil crer que tal medida será a solução definitiva da violência dentro e fora dos estádios.

*"A violência é um problema de segurança pública; não se pode creditar só ao futebol"*

**José Vagner de Farias**

Defensor público e mestrando em Direito Constitucional

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/opiniao/confrontodasideias/2013/11/29/notconfrontoideias,3169977/o-ministerio-publico-no-ceara-formalizou-acao-que-pede-a-extincao-de-tres-torcidas-organizadas-do-estado-a-eliminacao-das-torcidas-organizadas-no-futebol-cearense-contribui-para-o-fim-da-violencia-nos-estadios.shtml>

TEMA 29

CONFRONTO DAS IDEIAS 15/11/2013

A defesa da preservação da intimidade é um argumento válido para o controle de produção de biografias?

**BIOGRAFIA NÃO AUTORIZADA**

**SIM** - Parte da imprensa brasileira se alimenta de polêmicas cotidianas. Desde aquelas que envolvem os bastidores da política, como, por exemplo, casos de corrupção em que os agentes do poder fazem uso particular do bem público, até as recorrentes e rumorosas separações de casais famosos, nas quais celebridades veem sua privacidade invadida pela “bisbilhotice coletiva”. O que as duas situações têm em comum? A discussão sociológica a respeito da necessidade de estabelecermos uma fronteira entre o público e o privado. Sou a favor da liberdade de expressão, da liberdade de opinião e da liberdade de imprensa. Mas é evidente que deve haver bom senso quanto à decisão de publicar ou não biografias que tragam conteúdo difamatório ou com a intenção exclusiva de expor a intimidade do biografado. Afinal,

o que é de interesse “do público” nem sempre é de “interesse público”. Na busca pelo furo jornalístico ou pela notícia bombástica, o jornal britânico News of the World espionava, por meio de grampos telefônicos, cidadãos comuns e celebridades do show bizz. Aqui no Brasil já se sabe que o “assassinato de reputação” (como costuma dizer o jornalista Luis Nassif) promovido por uma revista de circulação nacional era motivado apenas por interesses comerciais e eleitorais. Entretanto, deve-se ter o cuidado necessário para que a defesa do direito à privacidade não motive atitudes autoritárias, como nos tempos da ditadura militar, ou a recorrente judicialização das relações sociais, em que as contendas são resolvidas nos tribunais. Creio que a construção da democracia no Brasil passa não só pela criação de instrumentos legais que regulem o direito à intimidade, mas, sobretudo, por um novo marco ético/social que estabeleça parâmetros legítimos que preservem a intimidade e a individualidade. Como afirma o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos, devemos “lutar pela igualdade sempre que as diferenças nos discriminem; lutar pela diferença sempre que a igualdade nos descaracterize”.

*"A biografia é um importante fator de geração de conhecimento"*

**Cícero Robson Pereira**

Sociólogo, professor e servidor público da Assembleia Legislativa

**NÃO** - Cumpre destacar, inicialmente, que esta não é uma posição oficial da OAB, instituição que represento. Retrata meu pensamento. O tema das biografias é polêmico e envolve sopesamento de preceitos constitucionais fundamentais - a liberdade de expressão (CF, art. 5º, IV e IX), o direito à informação (CF, art. 5º, XIV) e o direito à intimidade (CF, art. 5º, X). Nessa esteira, emerge a discussão sobre a constitucionalidade dos arts. 20 e 21 do Código Civil. Na ordem constitucional é comum o conflito de direitos fundamentais. As inúmeras possibilidades albergadas pela estrutura normativa não poderiam ser previamente estipuladas com contornos precisos, tendo em vista a complexidade humana. Em casos de princípios conflitantes existem as técnicas científico-jurídicas da proporcionalidade, da ponderação e dos freios e contrapesos utilizadas pelo STF, foro do debate. Na hipótese, acredito que o critério objetivo do interesse público do fato a ser divulgado na biografia faz a balança da intimidade e da liberdade de expressão mudar de eixo. Quando um fato, um documento, uma imagem revestem-se de importância histórica, política, cultural, de benefício coletivo e geral, os reflexos de sua publicização, no campo do direito à intimidade, são minimizados ante ao sobrepeso do interesse público. A informação relevante é fator de construção da memória, da história, do exercício do jornalismo, da opinião, da crítica e da livre produção de obras literárias, artísticas e científicas. A tese ganha musculatura quando os protagonistas são pessoas públicas. Após recente redemocratização do País, causa espécie haver, ainda, prescrição de prévia autorização da expressão e da criação, mesmo que se trate de exposição da intimidade alheia. Há, no ordenamento brasileiro, normas nas áreas penal, civil e disciplinar para coibir abusos, injúria, calúnia ou difamação, bem como a exibição gratuita, desrespeitosa e despropositada da vida privada. A biografia é uma forma de interpretação da realidade e é importante fator de geração de conhecimento.

*O que é de interesse “do público” nem sempre é de “interesse público”*

**Ricardo Bacelar**

Advogado e vice-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Ceará (OAB-CE)

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/opiniao/confrontodasideias/2013/11/15/notconfrontoideias,3163503/a-defesa-da-preservacao-da-intimidade-e-um-argumento-valido-para-o-con.shtml>

TEMA 30

CONFRONTO DAS IDEIAS 08/11/2013

Viaduto na Aguanambi: Você concorda com a construção de um viaduto por cima da rotatória da avenida Aguanambi para a requalificação da via?

**SIM** - Há poucos anos, na gestão da prefeita Luizianne Lins, foi feita uma qualificação na área do entroncamento da avenida Aguanambi com a BR 1116, inclusive com passarela para pedestre. Na época, o trânsito ficou muito complicado, pois os motoristas não se entendiam com relação a se manter na posição de direção, causando muitos acidentes e, por consequência, o caos. A solução foi instalar semáforos e, aos poucos, o trânsito ficou disciplinado. Quanto a ideia de se construir um viaduto sobre a rotatória da Aguanambi acredito que possa vir a melhorar a mobilidade local, embora reconheça que existem outros locais precisando de providências mais urgentes. Por exemplo, a mobilidade nas proximidades da Igreja de Nossa Senhora Aparecida, no Bairro Montese está necessitando de uma qualificação há muito tempo. Uma sugestão é prolongar a avenida Senador Carlos Jereissati (do aeroporto Pinto Martins) interligando a avenida Expedicionários e a Avenida Luciano Carneiro, desafogando, portanto, as avenidas Professor Gomes de Matos e Alberto Magno, no Montese. Como taxista, usuário diariamente dos trechos aqui citados, espero dos técnicos da prefeitura que façam um estudo da área e apresentem uma solução ao prefeito de Fortaleza, Roberto Cláudio, no sentido de desafogar o acesso ao aeroporto e diversos bairros da zona sul de Fortaleza. Outro local que precisa de mais atenção por parte da prefeitura, onde o trânsito é caótico por exemplo, é a rua Germano Franklin, Dedé Brasil até a Avenida Godofredo Maciel, avenida Osório de Paiva, no trecho que vai do mergulho na Parangaba até o Instituto José Frota de Parangaba, esta área precisa de uma atenção especial da prefeitura, já que na área constam gargalos históricos.

*"Quanto a ideia de se construir um viaduto sobre a rotatória da Aguanambi acredito que possa vir a melhorar a mobilidade local"*

**Cezário Oliveira**

Diretor do Sindicato dos Taxistas de Fortaleza (Sinditáxi)

**NÃO** - Em princípio, a construção de viadutos é indefensável, seja na rotatória da avenida Aguanambi, seja no entroncamento das avenidas Engenheiro Santana Jr. e Antônio Sales. Antes considerados soluções inteligentes para desafogar o trânsito de metrópoles cujo paradigma tinha como destinatário final o carro, viadutos vêm gradativamente perdendo espaço. Não é que tenham se tornado ineficazes - em alguns casos, é também isso. É que, considerando-se a deterioração que provocam - e mencionar todo o prejuízo ambiental e a agressão à estética das cidades é apenas parte do problema -, desengasgar o fluxo de veículos acaba se tornando um ganho pequeno. Ainda que consideremos o deslocamento mais rápido de ônibus, o aumento da velocidade média e a facilidade no desembarque e embarque de passageiros, erguê-los é a resposta precária a um panorama urbano de cujo centro de interesses o carro particular foi alijado. Exatamente porque essa mudança não é pequena, levará ainda algum tempo até que os gestores compreendam que o cardápio de antigas soluções foi recusado por todos que foram às ruas desde junho. De alguma maneira, oferecer viadutos quando a cidade espera outra resposta é prova de cegueira política. Ora, viadutos são uma espécie de Midas ao contrário: transformam em pedra tudo que tocam. A comparação não é exagerada. Avenida 13 de Maio, Bezerra de Menezes, Washington Soares. Convido os leitores a visitar o entorno de cada um dos elevados construídos nessas vias. Por eles, bem ou mal, o trânsito flui a custo da degradação do espaço e do empobrecimento das relações entre nós e Fortaleza. Em princípio, é o que viadutos fazem: vistos de longe, parecem um mimo arquitetônico imprescindível. De perto, porém, são grandes Cavalos de Troia.

*"Erguer viadutos é a resposta precária a uma cidade de cujo centro de interesses o carro particular foi alijado"*

**Henrique Araújo**

Editor-adjunto do Núcleo de Cotidiano do **O POVO**

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/opiniaio/confrontodasideias/2013/11/08/notc>

[onfrontoideias,3160272/viaduto-na-aguanambi-voce-concorda-com-a-construcao-de-um-viaduto-por-cima-da-rotatoria-da-avenida-aguanambi-para-a-requalificacao-da-via.shtml](http://www.opovo.com.br/app/opovo/opiniaio/confrontodasideias/2013/11/08/notconfrontoideias,3160272/viaduto-na-aguanambi-voce-concorda-com-a-construcao-de-um-viaduto-por-cima-da-rotatoria-da-avenida-aguanambi-para-a-requalificacao-da-via.shtml)